

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Wagner Rodrigues da Cruz

CONGADO DE ABAETÉ: gênese, formação e atualidade

Belo Horizonte

2016

Wagner Rodrigues da Cruz

CONGADO DE ABAETÉ: gênese, formação e atualidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Geraldo Cantarela

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C957c Cruz, Wagner Rodrigues da
Congado de Abaeté: gênese, formação e atualidade / Wagner Rodrigues da Cruz. Belo Horizonte, 2016.
97 f. : il.

Orientador: Antônio Geraldo Cantarela
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

1. Congadas - Abaeté (MG). 2. Festas religiosas - Negros. 3. Irmandades. 4. Catolicismo. 5. Ritos e cerimônias. I. Cantarela, Antônio Geraldo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 398.33

Wagner Rodrigues da Cruz

CONGADO DE ABAETÉ: gênese, formação e atualidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Prof. Dr. Antônio Geraldo Cantarela – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Profª. Dra. Ana Mônica Henriques Lopes – UFOP (Banca Examinadora)

Profª. Dra. Júlia Calvo – PUC Minas (Suplente)

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2016.

Dedico esta dissertação a todos os meus familiares. À minha esposa, Patrícia, pelo companheirismo e paciência nas horas difíceis. Às minhas filhas, Beatriz e Ana Laura, razão do meu viver. Ao meu pai, por me ensinar o gosto pelas coisas simples da vida. Em especial, à minha mãe, que sempre acreditou no meu potencial e, quando eu já não apostava mais em mim, me fez enxergar a vida em outra dimensão e retomar o caminho dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao povo e aos congadeiros da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, pela acolhida e fonte de inspiração deste trabalho.

À Universidade do Estado de Minas Gerais, em Abaeté, por ter sido meu suporte acadêmico nesses anos de pesquisa sobre o congado local.

Ao meu orientador, professor Antônio Geraldo Cantarela, que, sabendo das minhas limitações, sempre me apontou os caminhos das pedras para que superasse os desafios.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, especialmente ao professor Márcio Paiva que, com a doçura de suas palavras, sensibilizou muito meu coração.

Ao grande amigo Ari, que compartilhou comigo muitas horas sobre os mistérios e saberes da vida, mas que, infelizmente, não resistiu à fúria do século XXI. Muito obrigado, companheiro!

A todos que acreditaram em mim e tornou possível a realização deste sonho.

SALVE MARIA!

*O verdadeiro saber é de saber reconhecer a verdade, ainda que seja
Filha de outros olhos ou de outro entendimento, e não se cegar com o próprio!*

Padre Antônio Vieira

RESUMO

A história do congado em Abaeté inicia por volta de 1730 quando os primeiros sertanistas acompanhados de negros escravos chegaram à região do Alto São Francisco para tomarem posses das suas sesmarias. Desde a chegada e à medida que o município foi se consolidando a presença de negros na cidade foi aumentando consideravelmente. Alguns vieram com os próprios sertanistas outros com os padres vindos de Pernambuco sede do bispado da qual respondia Abaeté. No final do século XVIII, Abaeté sitiava-se entre dois grandes bispados e Irmandades. Bispado de Pernambuco, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos Livres em Paracatu. Bispado de Mariana, Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na cidade de Pitangui. Essas Irmandades por receberem e acolherem padres e negros de diversos lugares do país contribuiu para numa nova convergência social na região ocorrendo uma variedade de cultos e crenças, entre elas o congado. Nesse sentido, o congado de Abaeté surge em meio à mistura do catolicismo dos padres peregrinos e a crenças africanas dos negros escravos. Durante todo o período do século XIX e até os anos de 1960, o congado em Abaeté sobreviveu à margem da sociedade por ser formado por negros, mas, sobretudo pelas conotações pejorativas que o mesmo recebeu. “Conhecido” por abrigar pessoas de índole questionável, essa visão do congado, só começou a modificar e ter uma aceitação pela população de Abaeté a partir de 1965 quando da criação da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté e a legalização 1979 com a efetivação do CNPJ. Desde 1999, os congadeiros através da Associação passaram a receber subvenções para custear as guardas e os festejos de Nossa Senhora do Rosário. Em 2007, o congado de Abaeté é reconhecido nacionalmente pelo Ministério da Cultura, através do Prêmio de Culturas Populares Mestre Duda 100 Anos de Frevo. Desde a chegada dos primeiros negros até o reconhecimento nacional, a história do congado é contada através dos cantos e danças pelas guardas que manifestam o reinado coroando reis e rainhas relembrando a vivência dos negros na África ou no tempo dos cativos e suas devoções aos Santos Pretos com ênfase em Nossa Senhora do Rosário. Em Abaeté, os festejos de Nossa Senhora do Rosário, onde o congado se expressa através do reinado acontece sempre na segunda semana do mês julho de sexta a segunda-feira.

Palavras-chave: Abaeté, congado, reinado, negros, irmandades, catolicismo.

ABSTRACT

The history of congado in Abaete starts around 1730 when the first explorers accompanied by black slaves arrived in the Upper São Francisco region to take possession of their allotments. Since the arrival and as the municipality has consolidated the presence of blacks in the city has increased considerably. Some came with their own sertanistas others with the priests coming from Pernambuco bishopric seat which responded Abaete. In the late eighteenth century, Abaete is besieging between two great bishoprics and Brotherhoods. Bishopric of Pernambuco, Brotherhood of Our Lady of the Rosary of Black Men Free in Paracatu. Bishopric of Mariana Brotherhood Our Lady of the Rosary of the Blacks in the town of Pitangui. These brotherhoods for receiving and receiving and black priests from around the country contributed to a new social convergence in the region experiencing a variety of cults and beliefs, including the congado. In this sense, the congado of Abaete comes amid the mix of Catholicism pilgrims priests and African beliefs of slaves. Throughout the period of the nineteenth century until the 1960s, the congado in Abaete survived the margins of society to be formed by blacks, but above all the pejorative connotations it received. "Known" for harboring people of questionable character, this view of congado, only began to change and have an acceptance by the population of Abaete from 1965 when the creation of Congado the Association of Our Lady of Abaete Rosario and legalization in 1979 with the realization of the CNPJ. Since 1999, congadeiros through the Association have received grants to pay for the guards and the festivities of Our Lady of the Rosary. In 2007, the congado of Abaete is nationally recognized by the Ministry of Culture, through the Culture Award Popular Master Duda 100 Years of Frevo. Since the arrival of the first black to national recognition, the history of congado is told through the songs and dances by the guards who manifest the reign crowning kings and queens recalling the experience of blacks in Africa or the time of the captives and their devotions to the Saints Black with emphasis on Our Lady of the Rosary. In Abaete, the festivities of Our Lady of the Rosary, where the congado is expressed through the reign always happen in the second week of the month July from Friday to Monday.

Keywords: Abaete, congado, kingdom, black, sororities, Catholicism.

LISTA DE FIGURAS

FOTO 1 - Vista Parcial de Abaeté (1970)	48
FOTO 2 - Guarda do Divino Espírito Santo	74
FOTO 3 - Guarda das Escravas	77
FOTO 4 - Vista Parcial de Abaeté (2013)	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Arcebispado e Bispados do Brasil, no século XVIII	48
QUADRO 2 - Irmandades do Bispado de Pernambuco	50
QUADRO 3 - Irmandades do Bispado de Mariana	50
QUADRO 4 - Leis para aprovação de subvenções destinadas congado de Abaeté	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CONGADO.....	18
2.1 O cristianismo na África.....	20
2.2 Nossa Senhora do Rosário e as Irmandades.....	25
2.3 Os bantos.....	31
2.4 Configurações sociais no surgimento do congado.....	34
2.5 O congado em Minas Gerais e a história de Chico Rei.....	37
2.6 A estrutura do congado.....	39
3 A HISTORIA DE ABAETÉ.....	42
3.1 As sesmarias e os fundadores.....	43
3.2 Os nomes da cidade.....	47
3.3 A Igreja Católica na fundação da cidade.....	48
3.4 A presença dos negros escravos em Abaeté.....	60
4 O CONGADO E A CIDADE DE ABAETÉ.....	66
4.1 A institucionalização do congado.....	67
4.2 Os festejos de Nossa Senhora do Rosário em Abaeté.....	69
4.3 As guardas de congado.....	70
4.4 O reconhecimento nacional do congado de Abaeté.....	77
4.5 A relação do congado com o poder público.....	80
5 CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Qualquer forma de estudo que busque analisar alguma vertente do congado requer uma abordagem multidisciplinar, devido aos vários entendimentos em torno deste, que variam de acordo com o contexto regional. Nesse sentido, as Ciências da Religião, por meio da sua abordagem multidisciplinar e metodologia diversificada, têm implementado o debate a respeito dos vários elos do congado e também contribuído numa análise que busca compreender o que possa ser esse fenômeno religioso, haja vista a quantidade de dissertações e teses com o referido tema. Desvinculada de um caráter confessional, as bases epistemológicas das Ciências da Religião têm proporcionado uma cientificidade acerca das pesquisas realizadas na área, como apresenta Usarski (2006):

A Ciência da Religião é virtualmente irrestrita quanto aos fenômenos considerados por ela dignos de investigação. Aproxima-se de seus objetos por um interesse primário isento de motivos apologéticos ou missionários. A consciência da relatividade e a postura de um não etnocentrismo diante das expressões múltiplas no mundo religioso, a capacidade potencial de abstração religiosa de si mesmo e indiferença a respeito das contraditórias pretensões da verdade com as quais o pesquisador é confrontado na realização de seus projetos, são competências-chave que caracterizam a Ciência da Religião. (USARSKI, 2006, p. 17).

Além dessa questão metodológica, as Ciências da Religião possuem um aspecto peculiar de manter relação estreita sobre o objeto analisado, diferenciando-se das demais ciências, que têm por norte o estudo de objetos visíveis, por se interessar, também, por aquilo que é invisível. Sendo assim, a compreensão do congado, neste estudo, passa pela sua representação ritualística e simbólica, na qual existe uma ligação dimensional não visual que une e fornece identidade ao congado. Essa dimensão é o que denominamos *ethos* do congado. Nessa perspectiva, de acordo com Usarski (2006), “continuamente ‘tocado’ pela essência divina no decorrer da história, o ser humano concretiza sua relação com o sagrado na vida através de símbolos, ritos e expressões estéticas culturalmente pré-estruturadas.” (USARSKI, 2006, p. 206).

Segundo Greschat (2005), no livro *O que é Ciência da Religião*, “o que é identificado como essencial une as religiões; o que é menos importante separa-as” (GRESCHAT, 2005, p. 19). Nesse sentido, o que nos interessa é aquilo que une as abordagens do congado, cujas

manifestações, vale salientar, ocorrem quase ao mesmo tempo. Em Minas Gerais, chamamos a atenção ao congado de Ouro Preto, que acontece paralelamente ao de Abaeté, ambos do século XVIII. Apesar de alguns acontecimentos diferenciarem o surgimento de um e outro por serem de localidades distintas, ambos mantinham um mesmo pano de fundo: a liberdade.

Em Ouro Preto, à medida que Chico Rei foi descobrindo ouro e alforriando aqueles que pertenciam à sua corte original, da África, as guardas foram se constituindo e seu reinado sendo formado. Em Abaeté, como o município estava para se constituir e a demanda por mão de obra escrava em grande escala era urgente, veio uma leva enorme de negros do Nordeste na iminência de edificar, primeiramente, a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, que seria a padroeira da cidade. Nesse contexto, a liberdade almejada por esses negros seria conquistada à força ou no exílio (quilombos), fato que marca a história da escravidão no Brasil, iniciada na região nordestina. As primeiras manifestações de liberdade e os chamados quilombolas também surgem nessa região, por exemplo, o de Palmares. Por isso, podemos considerar que os negros que chegam a Abaeté para trabalhar na construção do município eram dotados de um senso maior de liberdade, gozavam de certa organicidade quanto aos seus objetivos.

O tema da liberdade é algo notório em todas as guardas de congado, independentemente da sua região, o que evidencia o espírito de uma época. Outra questão observada diz respeito aos cânticos entoados pelos congadeiros: além da questão da liberdade, eles inseriam, na musicalidade, crença e devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Essa mistura política e religiosa só foi possível porque houve uma tolerância religiosa por parte da Igreja. O sincretismo perceptível no congado, em pleno século XVIII, comunga tanto os interesses políticos como os religiosos. Políticos porque havia uma configuração política do negro em torno da liberdade, mas, também, os senhores de engenho enxergavam no congado uma forma de acalmar os negros mais revoltosos. Religioso, porque o catolicismo era a única forma de crença permitida. Com o congado, os negros puderam atender à ordem religiosa expressa, mas fizeram adaptações de suas divindades aos santos católicos. Portanto, a construção de um *ethos* do congado, uma morada que, de fato, fosse segura perpassaria a questão religiosa. A abertura religiosa, principalmente no que concerne ao comprometimento com o outro, em torno de uma causa única, dá ao congado uma eticidade nos eventos que o circunda, como nos dizeres de Rios (2001), “cada sociedade possui um *ethos*, ou se compõe de um conjunto de *ethos*, jeitos de ser, que conferem um caráter social àquela organização social.” (RIOS, 2001, p. 21).

Essa organização social denominada congado, no período de escravidão do Brasil, foi responsável por viabilizar uma morada segura para os negros. Essa morada, além da busca

pela liberdade, era uma maneira encontrada, por eles, de reverenciarem suas divindades. Hoje, mesmo tendo a liberdade civil e política e com toda a abertura religiosa, o congado representa um *ethos* específico de pessoas, por exemplo, que tendem a devotar a Nossa Senhora do Rosário, seja aos moldes dos tempos do cativo ou com a modernidade do século XXI.

Esse é o panorama no qual esta dissertação se desenvolve, dividida em três capítulos, além desta Introdução e da Conclusão, que buscam referenciar aquilo de mais importante que a trajetória do congado nos apresenta, desde suas bases africanas até chegar em Abaeté e como tem sido desde então. A seguir, descrevemos uma síntese do conteúdo de cada capítulo.

Como o objetivo é analisar o congado, sua gênese, formação e atualidade no município de Abaeté, o primeiro capítulo trará uma abordagem das raízes históricas dessa cidade, que foi fundada em torno do congado. Acredita-se que este tenha início na África, a partir da chegada do cristianismo no continente. Diante disso, esse tema será elucidado fazendo um comparativo entre o cristianismo do catolicismo e a religião tradicional africana. Para tanto, apresentaremos a figura de Frumêncio, que foi decisiva na discussão e implementação da religião oriunda de Cristo e aquela exercida na corte africana de Axum; as relações entre os monarcas de Axum, Elle Ameda e Ezana, com o imperador Constantino e como este poderia ter influenciado na aceitação do cristianismo; e as especificidades da religião africana com suas crenças diversas e a demarcação do cristianismo.

Ainda nesse primeiro capítulo, será feita uma abordagem acerca da presença de Nossa Senhora do Rosário como símbolo de devoção em solo africano, bem como sobre a importância de São Domingo Gusmão e as irmandades na construção de um sincretismo que viesse congregar os interesses religiosos católicos com as crenças africanas. Quando o tráfico negreiro começou a ganhar força, os principais povos a serem escravizados na África foram os bantos, que, conhecidos pela sua diversidade, trazem, na linguagem, um exemplo de riqueza cultural. Eles foram trazidos para os mais variados lugares do Brasil, carregando consigo traços marcantes da cultura africana, sendo os responsáveis por introduzir o congado no país. A maneira distinta como os bantos viviam na África se fez sentir também aqui, por isso, em cada região do país, o congado guarda suas especificidades, seguindo seus antepassados. O mais conhecido dos congados do Brasil é o de Vila Rica, atual Ouro Preto, através de Chico Rei, por isso, como fonte de informação, será apresentado o cenário no qual esse congado se formou, bem como a história de Chico Rei e a formação de sua corte até o início do seu reinado, inaugurando as congadas mineiras.

Como apresentado anteriormente, o congado baseia-se em alguns princípios comuns, mas guarda algo de específico, que varia de acordo com a região onde ocorre, portanto, o

primeiro capítulo encerra-se destacando o que é próprio do congado em geral e o que pode variar em termos de estrutura. Nesse sentido, é possível perceber, inicialmente, um ponto em comum: a devoção a Nossa Senhora. As variações encontram-se nas estruturas internas do congado: em alguns lugares, como o congado comporta uma representação de uma corte e hierarquias militares, pode ser chamado de guardas ou ternos, além disso, podem ser formados por homens, mulheres e crianças, misturados ou separadamente.

O segundo capítulo retrata a história de Abaeté, apresentando os principais processos de sesmarias da região e como a distribuição destas teve relação com os fundadores do município. É sabido que as cartas de sesmarias eram distribuídas para pessoas de grande influência e que tinham como objetivos atender aos interesses da Corte, ou seja, levar o desenvolvimento a regiões com pouco ou nenhum povoamento. Os sesmeiros eram pessoas de posses, sendo a grande qualidade o perfil de desbravadores. Conhecidos como sesmeiros, fundadores e/ou sertanistas, eles chegaram à região do Alto São Francisco, no início do século XVIII, e foram os responsáveis por estabelecer uma série de localidades, fundando, inclusive, o arraial que viria ser Abaeté. Chancelados pela Igreja, fundaram um arraial que, na sua nomenclatura, levou em conta várias questões, entre elas a quantidade nominativa que o município teve no seu processo de evolução – *Arraial Novo de Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada de Olhos d'Água* –, mas sempre conservando a menção a Nossa Senhora até o nome definitivo.

A presença da Igreja Católica nas bases do município foi tão intensa que é justamente a partir da construção da primeira capela local que o então arraial passou a ter o respaldo das autoridades legais da região. O trabalho missionário dos lazaristas e redentoristas foram determinantes na consolidação das fronteiras do município, mas, sobretudo, na divulgação da mensagem cristã, possibilitando um diálogo maior entre a Santa Sé e os cidadãos da região. Além disso, o trabalho missionário estreitou os laços do bispado de Olinda com as irmandades da região, o que, na história do congado, significou, também, uma aproximação dos negros com o catolicismo.

Esse segundo capítulo tem como foco os aspectos históricos de Abaeté, abordando, concomitantemente, a questão do negro no município: como foi a chegada dos negros na região; a relação de compra e venda pelos senhores; os trabalhos realizados, castigos, o cativo e como eram vistos pela população da época. Ainda nesse capítulo, destacamos a reação dos negros e da população diante dos acontecimentos de 13 de maio de 1888, quando da abolição da escravatura. Enfim, indícios históricos de tudo o que fora necessário para que o

congado tivesse um terreno fértil a se desenvolver em Abaeté, tornando-se uma característica praticamente inerente dos abaeteenses.

O terceiro capítulo tem como tema o congado e a cidade de Abaeté. Por que a cidade de Abaeté? A história de construção do município mostra-nos que seu desenvolvimento tem uma estreita relação com a evolução do congado na cidade. Diante disso, será discutido como se deu todo o processo de institucionalização do congado em Abaeté; os trâmites sociais da necessidade de legalização do congado; a mobilização social, as pessoas que participaram desse momento; as dificuldades do congado na cidade pela interdição da Igreja; a receptividade ao novo discurso de aproximação da Igreja Católica com outras tradições religiosas após o Concílio Vaticano II; e a fundação da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté.

Nesse capítulo, apresentaremos, ainda, alguns aspectos do congado de Abaeté: como são os festejos de Nossa Senhora do Rosário ao longo dos 50 anos da fundação da Associação do Congado, a programação e como são vivenciados, pelos congadeiros, os três dias de festa; a formação das guardas que representam o congado através do reinado, origem, características, o papel que cada uma exerce na composição do congado de Abaeté, enfim, apresentaremos a trajetória desse congado ao longo dos 50 anos de festejos legalizados. Ainda destacaremos a relação do congado com a população da cidade e o poder público, o reconhecimento nacional do congado de Abaeté pelo Ministério da Cultura e os efeitos desse reconhecimento para o município; as subvenções municipais para o fortalecimento do congado local e o feriado de Nossa Senhora do Rosário, no mês de julho, fazendo do congado um grande atrativo turístico e fonte de renda para os cidadãos. Esse capítulo encerra-se com demonstrações de como o congado representa uma parcela grandiosa, não só da cultura do município, mas um elo de várias gerações através dos tempos, em torno de um tema que comporta fé, crenças e contemplam ideais de um povo ao longo de mais de um século.

Na conclusão, serão apresentados os aspectos gerais da dissertação, destacando o congado de Abaeté, sua gênese, formação e atualidade. Além disso, a partir da ótica das Ciências da Religião, o congado será abordado como fenômeno religioso que comporta, nas suas estruturas, uma simbologia, ora visível, ora invisível, que enaltece e reforça a crença dos que comungam, nesse congado, um sincretismo sagrado, ilustrado nos Santos Pretos e, principalmente, em Nossa Senhora do Rosário.

Tendo em vista, o que foi exposto, a motivação deste trabalho é compreender como uma crença surgida no continente africano pode ter uma influência tão grande numa cidade e no dia a dia dos abaeteenses, no interior das Gerais. Algo extraordinário deve estar ligado ao

congado, que encanta pessoas por todas as regiões do país, portanto, conhecer e poder divulgar esse fenômeno religioso é um dever de todo pesquisador, principalmente das Ciências da Religião.

Portanto, a metodologia adotada se baseou numa ANÁLISE DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA:

- Arquivos do 1º e 2º ofício do cartório de Abaeté.
- Artigos, jornais e revistas do arquivo público mineiro.
- Ata e livro de registro da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté.
- Dissertações e teses sobre o congado
- Obras de autores e comentadores a respeito do congado.
- Sites especializados sobre o congado.

2 AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CONGADO

Os jovens, a cada dia, se interessam menos pelas suas raízes. Obviamente, há exceções, caso contrário, muito do que temos e sabemos teria se perdido, pois a preservação da memória, principalmente cultural, tem sido sustentada por aqueles que ousaram ser “caretas” em momentos de grandes transformações sociais ou mesmo científicas, como as inovações tecnológicas, o advento das redes sociais, etc. Isso não quer dizer, necessariamente, que a mudança, a perspectiva do novo, tenha sido impertinente, pelo contrário, só aconteceu por causa de um conjunto de ideias e pensamentos preservados, possibilitando um caminhar no futuro. As inovações, não são um atentado ao passado, mas contribuem para a sua preservação, na medida em que, por exemplo, permitem digitalizar ou restaurar grandes acervos. A questão é que, muitas das vezes, os homens esquecem-se daquilo que fundamenta suas vidas, tomando suas memórias como antiquadas.

É interessante observar que, em civilizações mais antigas, existe toda uma preocupação com a reverência de seus ancestrais. No Brasil, inclusive, reservamos o dia 2 de novembro à memória dos que já se foram, mas que permanecem presentes nas nossas mentes e, principalmente, nos corações: o Dia de Finados. Caso alguém questione como temos lidado com esse dia no país, o que fica mais evidente é uma onda exacerbada de comerciantes vendendo flores e velas, chegando, muitas das vezes, a perturbar a derradeira saudade de quem quer lembrar aqueles que não jazem em corpo por aqui. Mas afora toda a agitação do comércio e o que gira em torno disso, podemos pensar essa data como um culto à memória.

Nas épocas pré-republicanas do Brasil, os escravos tinham uma forma muito específica de referenciar suas memórias, preservando um costume dos seus antepassados. Boa parte da história dos povos africanos se deve à oralidade dos acontecimentos, narradas por gerações após gerações. Entre os cativos das senzalas, não foi diferente, porém, um fato chamava atenção até dos Senhores do Engenho: dia e noite, os negros mantinham o fogo aceso dentro das senzalas. O fogo tinha uma dupla acepção: uma simbólica e outra funcional. A simbólica diz respeito à representatividade do fogo em termos de vivacidade: a palavra viva que não se extingue jamais, a chama de um povo que perdura através dos tempos. Nesse sentido, as responsabilidades das narrativas estavam associadas aos anciãos, o Preto Velho, o

pai de todos, senhor das chaves do passado, considerado uma figura divina entre os seus. Segundo Pomian (2000):

Na prática, esta arte da memória é uma arte da linguagem: ensina a conservar as narrativas e permite, pois, a um indivíduo tornar-se o depositário das recordações daqueles a quem nunca conheceu porque morreram muito antes do seu nascimento, e por sua vez transmitir estas recordações aos seus descendentes. Assim se forma a tradição oral que, durante milênios, constituiu o principal conteúdo da memória coletiva e transgeracional. (POMIAN, 2000, p. 509).

A questão funcional do fogo estaria condicionada a duas situações: uma diz respeito ao ambiente, pois, no inverno, servia para aquecer e, mesmo no verão, as brasas acesas não incomodavam, porque a fumaça saía pelas chaminés e servia para espantar os mosquitos; a outra situação diz respeito a alimentos: o calor produzido pelas brasas era útil para a defumação dos alimentos, possibilitando, sempre que as condições favorecessem, estocagem de alimentos por mais tempo. Portanto, os negros mesmo em situações adversas, procuraram preservar suas memórias, e, por causa disso, hoje, temos condições de refletir sobre sua história.

Nesse sentido, é importante entender a memória como a capacidade não apenas de reter conhecimentos adquiridos, mas, também, como meio de torná-los possíveis no dia a dia. Podemos pensá-la como algo além de uma faculdade subjetiva que absorve aquilo que apraz ou não cada pessoa, é objetiva quando concretiza ideias, perpetuando fatos de outrora. Le Goff (1990) também aponta que a evolução da memória ligada ao aparecimento e à difusão da escrita colaborou para o desenvolvimento urbano, já que as estruturas das cidades não seriam fixáveis na memória oral e corporal.

Retomando registros da memória, as raízes do congado serão elucidadas, neste estudo, a partir da sua gênese, percorrendo sua trajetória da África até chegar à Abaeté, no Brasil. Apresentaremos, a partir disso, as nuances que envolvem a chegada do cristianismo à África e o sincretismo religioso, envolvendo o cristianismo e a religião africana. É importante salientar que o conceito de sincretismo no Brasil pode ser visto sob vários aspectos, desde a constituição social, envolvendo mistura de raças como branco, negro e indígena, à de várias crenças religiosas, que, nesse caso, trata-se da junção entre o catolicismo e as crenças africanas. Devido à diversidade de crenças no continente africano, mesmo que não seja de uma forma geral, mas por amostragem, a referência de crenças é a etíope, como apresenta Mekouria (2010). Para completar, cabe ressaltar que, segundo o Dicionário de Sociologia

(1970), sincretismo é a fusão de dois ou mais elementos culturais num único elemento, continuando perceptíveis alguns sinais de suas origens diversas. Pretendemos, ainda, abordar os aspectos históricos da origem de Nossa Senhora do Rosário, como chegou à África e a relação com os dominicanos. Outro aspecto preponderante será conhecer a ancestralidade dos congadeiros, sua etnia, aspectos culturais, características que possam elucidar os antepassados daqueles que vieram da África para Brasil, instituindo aqui o congado. Nesse caso, os bantos são a referência a ser analisada em terras brasileiras, identificando os caminhos do congado até chegar a Abaeté. Nesse sentido, este capítulo fará um levantamento histórico dos principais pontos que levaram ao surgimento, desenvolvimento e consolidação do congado.

Como o Brasil comporta um regionalismo muito grande, apesar de alguns pontos em comum, o congado apresenta, na sua estrutura, variantes de um lugar para outro. Por isso, a análise final deste capítulo apresenta a estrutura comum do congado, apontando aquilo que se refere ao vivenciado em Abaeté. Depois de conhecido o congado e a estrutura desse manifesto no município, será possível destacar como se deu a gênese, formação e correspondências desse manifesto atualmente.

2.1 O cristianismo na África

Ainda que não seja uma abordagem geral a respeito de toda a inserção dos cristãos no continente africano, devido à dimensão da sua historicidade, destacamos, nesta seção, a presença da doutrina cristã a partir da Etiópia, no reino de Axum.

É interessante, então, que pensemos na África como um continente complexo e plural, em que a marca mais forte é a diversidade sociocultural. Várias Áfricas, várias culturas! Nenhuma dessas pessoas ou grupos, isoladamente, contudo, explica por si a história do continente. É preciso olhar para as várias histórias para entender a(s) história(s) da África. (MUNANGA, 1996, p.10)

De acordo com Mekouria (2010), com a presença do cristianismo no continente africano, a partir século IV, na Etiópia, alguns princípios cristãos começam a ser inseridos na cultura africana, formas diversas de abordar o sagrado passam a fazer parte do cotidiano do etíope. Não se pode ainda afirmar que se trata do congado, mas uma mistura de crenças está

acontecendo naquele momento. Sabemos que o congado comporta, na sua estrutura, uma junção religiosa entre o catolicismo e as religiões de matrizes africanas – “as nanãs das águas africanas, Zâmbi, o supremo Deus banto, os antepassados e toda a sofisticada gnoses africana, resultado de uma filosofia telúrica que reconhece na natureza certa medida do humano.” (MARTINS, 2002, p. 82). Por isso, cabe salientar como essa junção foi se dando ao longo dos anos.

O pesquisador Opoku (2010) relata, em seus estudos, que a religião africana está diretamente relacionada com todos os setores da vida social, ou seja, com toda sua cultura. A onipresença no modo de viver dos povos africanos dá um contorno global da religião no dia a dia desses povos e está baseada em uma visão particular de mundo, que não inclui somente a percepção do sobrenatural, mas também a compreensão da natureza do universo, dos seres humanos e do seu lugar no mundo. Ela vincula-se, também, a um maior entendimento da natureza de Deus, mesmo sua nomenclatura, variando de uma região para outra, haja vista a vastidão do continente africano. De um modo geral, Deus, como espírito, não possui imagens ou nenhuma outra forma de representação física, é o criador e pilar do mundo. No entanto, para os africanos, poder, justiça, beneficência e eternidade são seus atributos a partir dos quais, como fonte de todo o poder, governa a vida e a morte, Deus recompensa os homens, mas também os castiga quando agem mal. É interessante ressaltar que, de uma forma peculiar, Deus não se assemelha aos seres humanos e é totalmente superior à sua criação, mas, ao mesmo tempo, envolve-se nos negócios dos homens, sustentando a criação e defendendo a ordem moral. Deus, portanto, é, ao mesmo tempo, transcendente e imanente.

Existe uma hierarquia dos espíritos. Abaixo de Deus, estão os espíritos ancestrais, sempre tratados com reverência e temor. Depois, as deidades ou os deuses, que muitos acreditam terem o poder de recompensar os seres humanos ou de castigá-los com má sorte, doenças e até a morte. As divindades têm seus cultos, sacerdotes e altares, algumas estão ligadas a diversas características do ambiente. Além das deidades sobrenaturais, existem outros espíritos ou poderes místicos reconhecidos pela capacidade de ajudar ou de prejudicar os seres humanos, pertencem a essa esfera todos os agentes da feitiçaria, magia e bruxaria. Por fim, encontram-se os encantos, amuletos e os talismãs, que tanto são empregados para proteção como para agressão. É importante salientar que, muitos desses aspectos serão incorporados nas vestimentas ou nos rituais do congado.

Segundo Opoku (2010), a concepção geral do homem entre os africanos era a de que o ser humano compõe-se de substância material e imaterial, a parte imaterial (a alma) sobrevive à morte, e a parte material (o corpo) se desintegra. A morte, portanto, não significa o fim da

vida, é, antes, a continuidade e a extensão da vida. Os mortos permanecem membros da sociedade e acredita-se que exista, ao lado da comunidade dos vivos, uma comunidade dos mortos, entre ambas, ocorre uma relação simbiótica. A sociedade humana, portanto, é uma família unida composta pelos mortos, vivos e por aqueles que ainda não nasceram.

No que concerne à relação do homem com a sociedade, o ser humano significa pertencer a uma comunidade, isso implica participação em crenças, cerimônias, rituais e festas. O viver em comunidade ou mesmo na sociedade implica em cumprir obrigações que fortificam e consolidam nossas relações sociais, além disso, a vida humana é considerada e compreendida como um ciclo de nascimento, casamento, procriação morte e vida pós-morte. O indivíduo nunca se fixa em uma etapa da existência, necessariamente, passa-se à etapa seguinte e, para tornar a transição mais fácil, cumprem-se ritos especiais para garantir que nenhuma ruptura se produza e que o movimento e a regeneração não se deem perpetuamente.

A religião africana não apenas é onipresente, mas também une os homens aos poderes invisíveis, ajudando-os a estabelecer relações justas com as potências extra-humanas e com seus semelhantes. A religião é o elo que dá às sociedades humanas solidez, estabilidade e coesão, além disso, ajuda os homens a compreender e dominar os acontecimentos, a se libertar de suas dúvidas, angústias e sentimentos de culpa.

Uma das características dos homens é que tudo que esteja relacionado à humanidade não é estática. Na religião africana não é diferente, apesar de conservarem toda uma riqueza que compõe o ideal religioso africano, de geração em geração, as mudanças foram ocorrendo e novos componentes sagrados inseridos. Por exemplo, não há deuses ciumentos que proibam a aceitação ou o acréscimo de novos deuses e novas crenças, novos cultos, novos altares, enquanto outros declinam. Os deuses que tinham revelado poderes possuíam altares por toda a parte e é frequente que grupos étnicos vencidos adotem os deuses dos adversários vitoriosos. E, como o movimento é a essência da vida, as mudanças eram consideradas normais na medida em que não transgredisse os valores africanos. Essa caracterização de uma forma mais abrangente da religião africana aponta nuances que, analisando meticulosamente, serão muito evidentes nas apresentações do congado.

Ainda sobre a religião, é importante destacar quando e como, de fato, o cristianismo entra no continente africano, abrindo espaço para o catolicismo, proporcionando, conseqüentemente, um sincretismo religioso. A religião fundada por Cristo e propagada por seus adeptos vai encontrar, na África, uma sociedade politeísta. Atribui-se a Frumêncio o primado de ter introduzido o cristianismo na África, inicialmente na Etiópia.

Segundo Mekouria (2010), a chegada de Frumêncio à África, mais especificamente à Etiópia, se deu por causa de um ataque sofrido pela embarcação, rumo às Índias, da qual fazia parte. Nesse ataque, sobreviveram ele e seu irmão Edésio que, capturados, foram conduzidos à corte do rei de Axum. Por ser mais jovem, Edésio tornou-se escansão, enquanto Frumêncio, graças à sua cultura grega, fez-se tesoureiro, conselheiro do rei e tutor de seus filhos. Considerando-se a data de chegada dos dois, é de se crer que esse rei tenha sido Elle Ameda. Após a morte de Elle Ameda, sua esposa tornou-se regente e pediu aos dois jovens para permanecerem com ela a fim de administrar o país, até que seu filho Ezana estivesse em idade de reinar. Assim, Frumêncio pode educar o jovem príncipe no amor à nova religião.

Tendo preparado o terreno ao cultivo do cristianismo, Frumêncio retirou-se com seu irmão Edésio, que retornou a Tiro para acompanhar seus parentes idosos. Frumêncio dirigiu-se a Alexandria, onde visitou o patriarca Atanásio e relatou a boa acolhida do cristianismo pela família real. O patriarca, então, ficou de enviar um bispo àquele país e, como não queria enviar alguém que desconhecesse a língua e os costumes do lugar, consagrou Frumêncio bispo de Axum. De volta à Etiópia, coube a Frumêncio a honra de batizar o rei e toda a família real e, a partir dessa data, o cristianismo se consolidou em Axum.

A boa aceitação do cristianismo em Axum pode ter acontecido, também, pelas boas relações comerciais com Constantinopla, Tendo em vista que as trocas comerciais e culturais entre os dois países eram consideráveis. O imperador de Constantinopla, Constantino, presidiu o Concílio de Nicéia, em 325, e era contemporâneo tanto de Elle Ameda quanto de Ezana. O esplendor de sua corte e sua inclinação pelo cristianismo devem ter exercido grande influência em Axum e no próprio Frumêncio, grego-fenício de nascimento, criado nessa cultura e religião, que encontrou o rei e sua família dispostos a acolher a nova fé, já difundida em Constantinopla.

A mudança de uma religião para outra nunca é fácil, particularmente para os reis axumitas que amavam seu deus como ao próprio pai. A honra de um rei estava sempre ligada ao seu deus, e os interesses da corte e dos chefes religiosos geralmente se identificavam. Quando um rei qualificava seu deus de invencível, estava, na verdade, pensando em si mesmo e, mediante esse atributo, buscava sua própria invencibilidade.

Desde a introdução do cristianismo na África, alguns convertidos aceitaram a nova fé por completo. Outros, ao contrário, aceitaram-na com base naquilo que já sabiam, compreendendo o cristianismo a partir dos conceitos fundamentais da religião africana tradicional, de modo a associar a mensagem de Cristo às suas profundas necessidades religiosas.

Nessas condições, o cristianismo não vinha simplesmente substituir as crenças e práticas religiosas tradicionais, mas completá-las. Em outras palavras, alguns cristãos africanos empregavam o cristianismo para reforçar aspectos mais frágeis das crenças tradicionais, do mesmo modo como recorriam às crenças tradicionais para reforçar supostas lacunas do cristianismo. Assim, chegaram ao que sinceramente acreditavam ser uma religião repleta de sentido, podendo esse cristianismo ser considerado como expressão do modo de ser religioso africano. Ao associar o cristianismo à tradição africana, surgiram as igrejas independentes ou autóctones, baseadas em fatores a elas externas, que acreditavam que, fora de sua esfera, existe um ponto de referência mais importante. Buscavam satisfazer a fome espiritual de seus adeptos, representando o Evangelho de forma mais compatível com a visão de mundo africana tradicional.

Diversas formas de adoração foram encontradas para satisfazer às necessidades espirituais e emocionais dos membros dessa igreja: permitiu-se ao cristianismo, tal como religião tradicional, abranger todas as dimensões da vida humana e preencher todas as carências do homem, entre elas, o desejo de cura, noção cujo caráter central, na religião tradicional e no cristianismo africano, nunca será demasiado acentuar. A cura contribui para a plenitude do homem e a esse respeito a religião é essencial. Além da cura, as necessidades religiosas de adivinhação, profecia e de visões também são satisfeitas, pois existe a firme crença de que Deus revela o futuro e as causas do infortúnio por meio de visões. Enquanto as igrejas missionárias negavam a existência da força do mal, como o feitiço e a bruxaria, as igrejas autóctones reconheciam-nas e garantiam proteção cristã contra esses poderes negativos, acreditando, profundamente, que Jesus Cristo podia proteger e curar.

O reconhecimento da realidade das forças do mal, como a feitiçaria, constitui, ao mesmo tempo, uma aceitação da visão africana do mundo e uma reminiscência do universo bíblico, que reconhecia a existência de demônios e espíritos malignos, assim como dos príncipes, das potências e dos senhores das trevas deste mundo. Negá-los era ser ocidental, mas não forçosamente bíblico, já que a Bíblia reconhecia esses poderes, ao mesmo tempo em que proclamava que Deus tinha domínio sobre eles. O aparecimento das igrejas cristãs autóctones deu oportunidade aos africanos de desenvolver um cristianismo próprio e autônomo. Essas igrejas atravessaram as fronteiras étnicas e internacionais, unindo vários povos na mesma fé e na mesma prática, o maior exemplo foi quando houve a imposição européia na África.

Toda a intervenção européia fundamentava-se no postulado de que, para implantar o progresso, era preciso transformar ou mesmo destruir por completo a cultura africana. E,

como a cultura africana estava intimamente ligada à religião, era fácil perceber que a política europeia iria se chocar violentamente com os princípios da religião tradicional que constituía as próprias bases da sociedade africana. Os missionários foram os porta-vozes da cultura ocidental e sempre foram claros quanto à religião africana: queriam efetivamente converter os africanos ao cristianismo. Quando o mercado negreiro floresceu, os africanos reagiram de muitas maneiras aos ataques sofridos pelos seus povos.

Do ponto de vista religioso, os africanos que não se converteram ao cristianismo continuaram a fazer oposição ao domínio europeu e desafiavam as condenações dos missionários. Obedeciam à sua fé e praticavam seus ritos mesmo que clandestinamente. Aqueles que se haviam convertido, cujas crenças e atitudes estavam, portanto, fortemente influenciadas pela nova doutrina, exprimiam sua resistência integrando sincreticamente algumas crenças tradicionais à sua nova fé. Muitas vezes, os africanos empregavam a religião como arma para resistir à força daqueles que os ameaçavam. É nessa lógica de mistura de crenças que surge o congado que, além do sincretismo religioso, expressava uma forma de resistência contra a liberdade dos africanos e uma maneira de vivenciar aquilo que acreditavam ser sagrado, como afirma Góis (2008):

O Sagrado, nessas expressões, ou é uma energia que se revela na natureza das coisas ou é uma energia que se desvela na força dos ancestrais; uma “energia revelada” que o devoto cultua numa relação de domínio (conhecimento) e submissão, num processo gradativo de crescimento espiritual, de modo que, quanto mais domínio tem desse Sagrado, mais se submete aos seus desígnios, na liberdade responsável de sua realização pessoal e comunitária (ancestral). (GÓIS, 2008, p. 94).

2.2 Nossa Senhora do Rosário e as Irmandades

Diante desses aspectos ressaltados sobre a convergência religiosa entre o catolicismo e algumas crenças africanas, é salutar destacar um dado decisivo na questão do congado: a representatividade de Nossa Senhora do Rosário. A presença da Senhora do Rosário é o marco no surgimento do congado.

Sobre a sua importância, é conhecida a narrativa do senso comum, de que, certa vez, a Santa teria aparecido no mar para os negros. A guarda do Congo se dirigiu para areia e, tocando instrumentos, só conseguiu fazer com que a imagem se movesse uma vez. Nossa Senhora caminhou para frente e parou, então, vieram os negros moçambiqueiros, batendo seus

tambores, cantando para a santa e pedindo-lhe que viesse protegê-los. A imagem caminhou, no movimento das ondas, até chegar à praia. Existe ainda essa outra versão, apresentada por Martins (2002):

Na época da escravidão, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário apareceu no mar. Os escravos viram a santa nas águas, com uma coroa cujo brilho ofuscava o sol. Eles chamaram o dono da fazenda e lhe pediram que os deixasse retirar à senhora das águas. O fazendeiro não permitiu, mas lhe ordenou que construíssem uma capela para ela e a enfeitassem muito. Depois de construída a capela, o Sinhô reuniu seus pares brancos, retiraram a imagem do mar e a colocaram em um altar. No dia seguinte, a capela estava vazia e a santa boiava de novo nas águas. Após várias tentativas frustradas de manter a divindade na capela, o branco permitiu que os escravos tentassem resgatá-la. Os primeiros escravos que se dirigiram ao mar eram um grupo de Congo. Eles se enfeitaram de cores vistosas e, com suas danças ligeiras, tentaram cativar a Santa. Ela achou seus cânticos e danças muito bonitos, ergueu-se das águas, mas não os acompanhou. Os escravos mais velhos, então, muito pobres, foram às matas, cortaram madeira, fizeram tambores com os troncos e os recobriram com folhas de inhame. Formaram um grupo de Candombes e entraram nas águas. Com seu ritmo sincopado, surdo, com sua dança telúrica e cânticos de timbres africanos cativaram a Santa que se sentou em um de seus tambores e os acompanhou até a capela, onde todos os negros cantaram e dançaram para celebrá-la. (MARTINS, 2002, p. 75).

Além dessas versões sobre a origem de Nossa Senhora do Rosário, sabe-se que a sua devoção é muito antiga. Aquino (2015) descreve que a origem da devoção a Nossa Senhora do Rosário se inicia com os Monges irlandeses, no século VIII, que recitavam os 150 Salmos. Como os leigos não sabiam ler, os monges ensinaram a rezar 150 Pais Nossos, que, mais tarde, foram substituídos por 150 Ave-Marias. Assim, a devoção, começou a se espalhar pelo mundo. Em muitas aparições de Maria Santíssima, Ela pede, ensina e reza junto à oração do Rosário, como em Lourdes, Fátima e tantos outros lugares que relatam sua presença. A palavra Rosário quer dizer um tanto de rosas, um buquê de rosas que se oferece a Nossa Senhora. Cada Ave-Maria é uma rosa que oferecemos à Mãe, com carinho e esperança, assim, quando rezamos o Santo Rosário completo, oferecemos um buquê de duzentas rosas a Nossa Senhora.

Ainda segundo Aquino (2015), existem duas versões conhecidas sobre o título de Nossa Senhora do Rosário. Uma diz respeito à Santa Maria, quando apareceu para São Domingos de Gusmão, em 1208, fundador da Ordem dos Dominicanos, e lhe entregou um rosário. Ele foi o grande propagador do Rosário, no início do século XIII, e a Igreja conferiu-lhe o título de Apóstolo do Santo Rosário. Naquela época, havia muitos hereges que desafiavam os fieis da Igreja Católica, e São Domingos, com a prática da oração do Rosário, a pedido de Nossa Senhora, começou a combater as heresias dos albigenes, que cresciam

vertiginosamente na França. O Papa Inocêncio III mandou vários missionários para combater os hereges, mas nada conseguiram. Somente São Domingos, com a criação de sua ordem e com a insistente oração do Rosário, conseguiu acabar com esses hereges. Ele dizia que, em todas as orações do Rosário, pedia a intercessão de Maria Santíssima para convertê-los.

A outra versão corresponde a Nossa Senhora das Vitórias, com destaque para a batalha de Lepanto. Além de apelar às nações católicas para defender a Cristandade, o Papa Pio V estabeleceu que o Santo Rosário fosse rezado por todos os cristãos, pedindo a ajuda da Mãe de Deus nessa hora decisiva. Em resposta, houve um intenso movimento de oração por toda a Europa. Finalmente, 07 de outubro de 1571, a frota ocidental, comandada por D. João de Áustria (1545-1578), teve uma retumbante vitória na batalha naval de Lepanto, ao largo da Grécia. Conta-se que, nesse mesmo dia, no meio de uma reunião com os cardeais, o Papa levantou-se, abriu a janela e disse: “Interrompamos o nosso trabalho; a nossa grande tarefa neste momento é a de agradecer a Deus pela vitória que ele acabou de dar ao exército cristão”. A ameaça fora vencida, esse foi o último grande feito da Cristandade, e o Papa sabia bem quem ganhou a batalha. Para louvar a Vitoriosa, ele instituiu a festa litúrgica de ação de graças a Nossa Senhora das Vitórias no primeiro domingo de outubro. Hoje celebrada com o nome de Nossa Senhora do Rosário, no memorável dia 7 de outubro. Segundo Scarano (1978):

Quanto à Senhora do Rosário, seu culto tornou-se popular com a batalha de Lepanto e sua fama, bem como a recitação do terço, foram intensamente divulgadas pelos dominicanos. Os inúmeros privilégios que mereceram dos pontífices provocaram um florescimento de igrejas, conventos e irmandades, de geral aceitação. Divulgada a devoção de Nossa Senhora do Rosário na península ibérica, logo foi tida como protetora de inúmeros grupos, como os homens do mar no Porto, sobretudo, e considerada milagrosa entre os marinheiros. (SCARANO, 1978, p. 39-40).

No decorrer da história, a Igreja seria ainda sacudida por muitas tempestades. Visando fortalecer seus filhos e prepará-los para suportar as grandes provações futuras, suscitou Deus uma alma de fogo com a missão de reacender a chama da devoção ao Rosário, o qual mais uma vez tinha caído no esquecimento. Nesse sentido, são conhecidas algumas histórias da presença e devoção a Nossa Senhora como, por exemplo, a de São Luís Maria Grignon de Montfor. Conhecido como o grande doutor da devoção à Mãe de Deus, exerceu sua missão profética um século antes da Revolução Francesa. As regiões nas quais se deram ouvidos à sua pregação foram as que melhor resistiram aos erros de sua época e conservaram íntegra a

fé. Já no século XX, quando a Primeira Guerra Mundial estava em seu auge, Nossa Senhora veio, em pessoa, lembrar aos homens que a solução para seus males estava ao alcance das mãos, nas contas do Rosário: “rezai o Terço todos os dias para alcançar a paz e o fim da guerra”, repetiu Ela maternalmente aos três pastorzinhos, em Fátima. Na última aparição, em outubro de 1917, a Virgem Maria disse quem era: “Sou a Senhora do Rosário”. E, para atestar a autenticidade das aparições e a importância do Rosário, operou um milagre de grandeza nunca vista, presenciado por uma multidão de 70.000 pessoas: o sol girou no céu, ao meio-dia, parecendo precipitar-se sobre a terra, retomando depois sua posição habitual no firmamento¹.

Milagres dessa magnitude encontram-se apenas no Antigo Testamento. Mas nem assim o mundo deu ouvidos à Mãe de Deus e nunca se abateram sobre a Terra tantas desgraças, nunca houve tantas guerras, nunca a desagregação moral chegou tão baixo. Entretanto, o meio de obter a paz para o mundo, para as famílias, para os corações, continua ao alcance de nossas mãos, nas contas benditas do Rosário, que Maria Santíssima trazia suspenso em seu braço quando apareceu em Fátima².

Atualmente, o Santo Rosário é dividido em quatro conjuntos de Mistérios, nos quais contemplamos os momentos da vida de Jesus e de Maria. Esses quatro conjuntos de Mistérios são: *Mistérios Gozosos*, nos quais se contemplam a anunciação do Anjo a Maria, a visita de Maria a sua prima Isabel, o nascimento de Jesus em Belém, a apresentação de Jesus no templo, e Jesus perdido e achado no templo entre os doutores da lei; *Mistérios Dolorosos*, nos quais se contemplam a agonia de Jesus no Horto das Oliveiras, a flagelação de Jesus, a Coroação de Espinhos, Jesus carrega a Cruz até o Calvário, a Crucificação e morte de Jesus; *Mistérios Gloriosos*, nos quais se contemplam a Ressurreição de Jesus, a sua Ascensão ao Céu, a vinda do Espírito Santo Sobre os Apóstolos e Maria, a Assunção de Maria ao Céu, a coroação de Maria; *Mistérios Luminosos* foram escritos pelo próprio Papa João Paulo II, em sua carta apostólica, *Rosarium Virginis Mariae*, no ano de 2002. Nestes mistérios contemplam-se toda a Vida pública de Jesus, o Batismo no Rio Jordão, o Milagre nas bodas de Canaã, a proclamação do Reino do Céu e o convite a Conversão, a Transfiguração de Jesus no Tambor, a Instituição da Eucaristia.

Ainda sobre o cristianismo na África e a devoção a Nossa Senhora do Rosário, de acordo Reginaldo (2005), em 1409, foi fundada em Dusseldorf, na Alemanha, a primeira

¹ Essas informações estão disponíveis no site: <http://osegredodorosario.blogspot.com.br/p/aprenda-rezar-o-santo-rosario.html>.

² Idem, nota acima.

irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sob o nome de Irmandade das Alegrias de Nossa Senhora para Irmãos e Irmãs do Rosário. Em 1474, foi fundada mais uma em Colônia, que serviu de modelo para várias outras e, em 1481, já contava com 100 mil membros.

Na época, as confrarias religiosas eram muito seletivas. Recrutavam seus membros entre um grupo homogêneo, no qual o estatuto social e profissional constituía um critério determinante. (...) Cada membro devia contribuir financeiramente, o que concorria para afastar os mais desprovidos. Em resumo, as confrarias eram instituições "fechadas" e ninguém aí entrava sem satisfazer vários critérios de seleção, entre eles, o de limpeza de sangue. (LAHON, 1999, p. 59-60).

Em 1478, surgiu, em Lisboa, a primeira Irmandade do Rosário dos Brancos de Portugal. Em 1496, na mesma Lisboa, e quatro anos antes da chegada dos portugueses no Brasil, há menção a uma Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em um alvará para distribuir círios e recolher esmolas nas caravelas que vão à Costa da Mina e aos rios da Guiné, na África. No Porto, em Portugal, existiram, entre 1650 e 1749, Irmandades do Rosário dos Homens Pretos, com reis Congos e danças e, por volta de 1698,

as irmandades religiosas do reino procuraram integrar toda a população, inclusive os representantes das raças exóticas, como mouros, pretos e até índios que afluíssem eventualmente em Portugal. Desde os primórdios tentou-se sujeitá-los ao catolicismo e a irmandade foi, para tanto, um dos meios mais eficazes. As confrarias de pretos logo se tornaram numerosas em quase todas as comunidades do reino e nem aí faltaram associações de indígenas americanos como a de São Tomé dos Índios, na época de D. João VI. (SCARANO, 1978, p. 26).

Vale apresentar, ainda, outra observação sobre as irmandades portuguesas:

Nesta Irmandade se admitirão por irmãos della a todos os criollos e criollas desta terra calado a homens pela assim de Angola, Cabo Verde e como Moçambique, como da Costa da Mina assim livres e forros como sujeitos captivos. E procurar cada membro os que louvarem de serem Irmãos da Irmandade do Rozario da Virgem Maria. [...] E tão bem se pode não aceitar por Irmãos os homens que assim brancos como os pardos este nunca intrometerão nem terão voto nas eleições e nas determinações da Irmandade por se evitarem alguns inconvenientes³.

³Arquivo Nacional Torre do Tombo, Provisão de Confirmação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos Pretos da Igreja e freguesia de Santo Antonio do Cabo, no Bispado de Pernambuco, 1767, Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo. Livro 283, folha 110.

Diante do exposto, questionamos: como Nossa Senhora do Rosário entrou na devoção dos negros na África? Pela devoção e caráter missionário é de se destacar os dominicanos como influenciadores da presença de Nossa Senhora do Rosário em terras africanas. É possível que suas ações humanitárias, e também de cunho religioso, tão conhecidas na Europa, tenham chegado à África pela boa receptividade em suas missões. Isso, inclusive, teria facilitado a chegada dos portugueses em terras africanas. Todavia, cabe, ainda, evidenciar o papel das irmandades e as relações sociopolíticas da Coroa Portuguesa. Sobre as irmandades existia uma identificação muito profunda com os africanos baseada no ideal de liberdade e luta contra o processo de escravização que ocorria no continente africano, como apresenta Reginaldo (2005):

A identificação foi se dando na experiência cotidiana da escravidão. Neste ambiente, as irmandades jogaram um papel fundamental na defesa dos interesses das populações escravas e libertas. Por outro lado, a manutenção destes espaços permitiu a criação de uma experiência do catolicismo certamente imbuída de valores africanos. Infelizmente, os registros produzidos pelos irmãos negros não deixam escapar quase nada sobre suas práticas devotas mais particulares. Também neste aspecto é possível falar de uma experiência atlântica das irmandades de negros. (REGINALDO, 2005, p. 57).

Esse viés possibilitou a inserção com mais afinco da devoção a Nossa Senhora do Rosário. Quanto aos interesses da coroa portuguesa, eles se encontram subentendidos no próprio processo de cristianização da África. Embora não tenham significado uma abertura por parte dos europeus à cultura dos diferentes povos africanos, tais esforços representaram, muitas vezes, um caminho de diálogo que permitiu um posterior intercâmbio mais profundo. O aumento do interesse desses esforços era, no entanto, a propagação da mensagem cristã e da cultura da Europa, de modo que tal empresa era, antes de tudo, um ato de força. Segundo Reginaldo (2005):

A aceitação da “amizade” dos reis de Portugal supunha o reconhecimento de uma nova religião com novas práticas e novos ritos. A pequena mostra do poderio tecnológico dos recém-chegados, somadas as promessas de uma associação vantajosa em termos políticos e econômicos, avalizou, de imediato, a religião trazida pelos brancos. A partir do século XVI, centenas de missionários alcançaram à costa

e os sertões africanos. Varias ordens religiosas aventuraram-se por esse vasto continente. Companhia de Jesus, Franciscanos, Carmelitas Descalços, Capuchinhos, Dominicanos, Marianos, Espiritanos, foram os principais responsáveis pela ação missionária católica em África. (REGINALDO, 2005, p. 20).

2.3 Os bantos

Pela diversidade étnica e cultural dos negros que aportaram no Brasil, a sociologia do tráfico negreiro mostra que o contingente dos povos de origem banto se fizeram mais presentes por aqui. De acordo com Lopes (2012):

O escravismo brasileiro foi eminentemente banto, como prova a presença afro-originada, principalmente na música, nas danças dramáticas, na língua, na farmacologia, nas técnicas de trabalho e até mesmo nas estratégias de resistência aqui desenvolvidas, como nos casos exemplares dos quilombos e das irmandades católicas. (LOPES, 2012, p. 09)

Isso não quer dizer que a influência dos povos de origem sudanesa não tenha seu destaque e presença no país, muito pelo contrário, sua forte presença também se faz sentir no Brasil, seja através da religião ou por manifestações culturais, os baianos são exemplos dessa convergência étnica. Os negros de origem banto influenciaram tanto a cultura brasileira que são os maiores responsáveis pela caracterização do congado no Brasil, como afirma Sant'Anna (2003):

Trabalhando no eito, no engenho, na mina ou na cidade, os homens e mulheres bantos foram deixando sua marca no comportamento, no fazer, no falar e no ser brasileiro. Marca tão profunda que hoje nem se sabe da sua origem africana, pois é vista e sentida como parte constitutiva do que somos e do que é, cada vez mais, a nossa língua. Hábitos como o “cafuné”, festejos, que atravessam regiões, como as **congadas**, e palavras como cachaça, samba e muitas outras, dão uma medida da profundidade da assimilação de elementos dessa cultura no Brasil. (SANT'ANNA, 2003, p. 02)

Os bantos são conhecidos pela diversidade étnica na África, tendo a língua com a maior responsável pela identificação cultural. Existem duas teorias que explicam a expansão

banto e suas diversidades: uma sugere o abandono de uma economia precária de caça e colheita em proveito de outra fundada na agricultura, proporcionando migrações de populações em busca de um espaço vital. A outra teoria, a da conquista, estabelece uma ligação entre a expansão dos bantos e os primórdios da idade do ferro: o trabalho com esse metal teria facilitado a produção agrícola graças ao aperfeiçoamento das ferramentas, permitindo aos bantos estabelecerem o seu domínio sobre os povos das regiões nas quais se instalaram.

Nesse contexto, é salutar retomar a questão linguística, pois, sem dúvida, por meio dela podemos visualizar a diversidade banto e o modo como suas nuances influenciaram o congado. Segundo Lwanga-Lunyiigo e Vansina (2010), a família de línguas banto abrange mais de quatrocentas variantes, derivadas de uma mesma língua ancestral chamada protobanta. Nenhuma dúvida sobre isso é atualmente permitida em razão das semelhanças que existem entre as suas características lexicais, fonéticas, morfológicas (gramaticais) e sintáticas. Tais semelhanças não se devem ao acaso nem tampouco a empréstimos, elas devem referir-se a um parentesco comum, como exemplo, apresentamos o termo que significa “pessoas”. As suas formas são as seguintes nas diferentes línguas: *bato*, em duala; *bot*, em fang; *baaru*, em tio; *bantu*, em kongo; *banto*, em mongo; *baat*, em bushong; *bantu*, em luba; *abantu*, em rwanda; *vanhu*, em shona; e *abantu*, em herero (LOPES, 2012).

Essas formas são todas similares. É possível observar que todas derivam da forma *ntu* para a raiz e *ba-*, marca do plural para o prefixo. Ademais, as diferenças entre línguas são regulares, encontradas em outras comparações. Assim sendo, todas as ocorrências da letra *t*, em segunda posição na raiz, tornam-se *r* em *tio*, isso exclui uma semelhança devido ao acaso e a empréstimos. Foi possível estabelecer um léxico protobanto para mais de quinhentas raízes, as quais seguem todas as correspondências fonéticas regulares.

Entretanto, o léxico não corresponde senão a um aspecto da língua. O sistema morfológico (gramatical) das línguas banto igualmente apresenta analogias até nos detalhes. No exemplo acima, o prefixo rege as concordâncias gramaticais e pertence a uma série de classes de prefixos. O prefixo regular correspondente é *mu*, em combinação com a raiz, a palavra significará então “pessoa”. O sistema das concordâncias, a formação dos adjetivos, dos pronomes de todo tipo, a estrutura do verbo em partes – prefixo, marca, infixo, raiz, extensão, final – e os funcionamentos dessas partes, as invariantes, a formação deverbativa dos substantivos (formas nominais), tudo isso é tão similar entre essas línguas quanto são as gramáticas do banto comum. Finalmente, aquilo que é válido para a morfologia é igualmente válido para a sintaxe e para o sistema fonológico, de onde origina a constatação segundo a

qual mais de quatrocentas línguas espalhadas em um terço do continente africano derivam uma língua ancestral apenas.

As implicações históricas de um fenômeno de tamanha envergadura são evidentes. No século XVI, quando os primeiros navegadores portugueses chegaram à África, foram surpreendidos pelo parentesco linguístico entre os habitantes do Reino do Congo e aqueles do litoral oriental do continente. Desde que Wilhem Bleek⁴ (1862) identificou pela primeira vez, em 1862, o grupo de populações de línguas bantas e batizou essa família com o nome “Bantu”, segundo a reconstrução da palavra significando “pessoas”, os antropólogos, linguistas e historiadores, entre outros, demonstraram curioso interesse pela questão banto e se esforçaram para explicar as origens e os movimentos dessas populações. Duas grandes hipóteses visando explicar as origens dos povos falantes das línguas banto foram propostas pelos linguistas. Segundo Joseph Greenberg⁵ (2011), os povos bantos seriam originários da zona onde as línguas banto são mais divergentes, apoiando-se nessa proposição, ele situa o berço desses povos na Nigéria, na região do médio Bérnoué, no Nordeste do vasto território onde as línguas estão solidamente implantadas.

Essa teoria é admitida hoje por muitos linguistas. Todavia, ainda corre uma outra teoria: de que a origem dos “protobantos” deveriam se situar na região onde as línguas banto são mais convergentes, ou seja, em torno das bacias dos rios Congo-Zambéze, devendo-se encontrar o núcleo na província do Shaba, no Zaire. Foi com base nessas duas hipóteses discordantes que vários linguistas construíram suas próprias teorias acerca das origens e da expansão dos bantos. Inegavelmente, os dados linguísticos têm implicações históricas; a difusão, em uma área tão extensa, de uma mesma família de línguas deve ter uma causa, o mais provável, entre tantas teorias, seria que a própria migração dos seus locutores contribuiu para isso.

Enfim, essas explicações sobre a origem linguística e mesmo dos povos bantos são para mostrar que toda essa variedade também se refletirá no congado brasileiro. É possível perceber, pelo país afora e mais de perto no estado de Minas Gerais (Ouro Preto e Abaeté), que a ancestralidade banto dos negros que vieram para o Brasil pôde ser percebida por aqui, principalmente, por meio do congado.

⁴ Linguista alemão que teria vivido entre 1827 e 1875. Publicou a Gramática Comparada de línguas Sul-Africanas.

⁵ Linguista americano que teria vivido entre 1915 e 2001. O mérito de seu trabalho se deve à classificação das línguas quanto à tipologia.

2.4 Configurações sociais no surgimento do congado

Quando o mercado negreiro ganhou força nas transações comerciais, no início do século XVII, muitos desses povos localizados em Angola, Moçambique e no Congo, trouxeram consigo uma estrutura familiar hierarquizada, reinados inteiros foram trazidos pelos Calungas, como observa Marques (2014):

Ao falarmos de tráfico negreiro, automaticamente temos que compreender uma experiência histórica que irmana todos os negros do mundo: a diáspora. Por outro lado, a experiência diaspórica contribuiu para a desterritorialização de símbolos, até então restritos às suas comunidades de origem. Nesse sentido, concordamos com Joseph Miller (1988) ao afirmar que a travessia do Atlântico, não foi apenas um deslocamento de mão de obra, mas significou, também, a transferência de hábitos, tradições culturais e costumes, que adquiriram um novo significado na América. (MARQUES, 2014, p. 09)

No Brasil, esses trabalhadores escravos foram levados para diversas regiões, principalmente, para os estados de Pernambuco, Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. Estados que, nos períodos colonial e pré-republicano, comportaram grandes movimentações sociais, sobretudo, pela importância que tinham na economia do país nesses períodos: Pernambuco, pelo cultivo e produção da cana-de-açúcar; Minas Gerais, pelas riquezas minerais; Rio de Janeiro, por ser sede do governo; São Paulo, com riquezas diversas, era o centro comercial do país. Fatores que convergiram para que esses estados recebessem um número maior de trabalhadores escravos.

À luz do tempo, a presença do negro no Brasil acompanhou o desenvolvimento das fazendas de engenho de açúcar, partir do século XVII para o XVIII. À medida que a produção crescia, mais negros eram aprisionados e escravizados. Nesse sentido, podemos pensar em qual Estado do país, naquela época, teria investido e crescido, tanto no setor açucareiro quanto na escravização. De acordo com a história econômica do Brasil colonial, o estado de Pernambuco se destacava na comercialização do açúcar, a sociedade pernambucana era constituída, além dos brancos europeus, por alguns nativos, mas o que destacava era a grande presença dos negros, oriundos das mais variadas regiões da África, tendo, muitas vezes, a convergência banto como aspecto de identificação étnica. De acordo com Salles e Soares, citados por Simão (2010),

nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, assim como nas vilas e arraiais das Minas Gerais ou nas plantações de café do Vale do Paraíba, locais de grande concentração de escravos africanos, foi frequente este reencontro de membros de determinados grupos étnicos. Se por um lado, o tráfico permitiu o reencontro, levou também à convivência de grupos desconhecidos que, muitas vezes, não falavam sequer línguas próximas, gerando uma enorme diversidade de formas de convívio no interior desta diversificada população africana ao longo dos séculos de cativo. (SALLES e SOARES *apud* SIMÃO, 2010, p. 50).

A junção dos fatores econômicos, à agitação política, a tudo o que perpassava os negócios no Estado e, principalmente, às relações sociais, faz de Pernambuco o centro das mais variadas manifestações culturais e sincretismos religiosos, viabilizando, entre outros, as congadas que ritualizavam reinados de outrora.

No Brasil, ainda que a devoção a Nossa Senhora do Rosário tenha surgido entre os frades dominicanos, de acordo com Scarano (1978), “[...] a Irmandade do Rosário foi trazida, sobretudo, pelos jesuítas e é mesmo possível que tenha vindo com confrades saídos de Portugal, empenhados em introduzir essa piedade nos lugares que procuravam.” (SCARANO, 1978, p. 47).

Há, no entanto, outra versão contada por Hoonert (1977), no livro *História da Igreja do Brasil* que versa sobre a introdução de Nossa Senhora do Rosário no Brasil:

Esta imagem está ligada à ocupação da África pelos portugueses e foi levada ao Congo pelos missionários dominicanos que introduziram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no ano de 1570. Essa devoção veio ao Brasil pelos navios negreiros: É uma herança dominicana no Brasil, onde os dominicanos não estiveram presentes senão a partir do século XIX. Os frades capuchinhos que fizeram a ponte entre uma pastoral africana e uma brasileira conseguiram do superior geral dos dominicanos a licença de pregar a devoção entre os pretos do Brasil, e foram desta maneira os grandes protagonistas do Rosário no Brasil. (HOONERT, 1977, p.348).

Na obra de Palazzolo (1966), obtivemos a informação de que os frades capuchinhos fizeram a ponte entre uma pastoral africana e uma brasileira e conseguiram, do superior geral dos dominicanos, a licença de pregar a devoção entre os pretos do Brasil, tornando-se, dessa maneira, os grandes protagonistas do Rosário no país. Por outro lado, segundo a crônica dos capuchinhos, essa autorização se deu apenas em 1720, quando frei Jerônimo de Montereale, no Rio de Janeiro, obteve, do ministro geral da Ordem de São Domingos, a licença e as faculdades de propagar a devoção do Rosário, erguer altares, instalar confrarias.

Com a aprovação do ordinário, foi fundada, na Igreja de São José dos Carpinteiros, a confraria do Santo Rosário. Acompanhava os padres capuchinhos, um capelão que rezava o terço e celebrava missa diariamente. Simão (2010) destaca algumas controvérsias de opinião sobre as irmandades, corroborando a diversidade de pensamentos sobre o tema. Por exemplo, Scarano (1978) destaca que, em São Paulo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é das mais antigas e vem mencionada em inventários e testamentos dos primórdios de Piratininga. Boschi (1986), por outro lado, afirma que “a primeira de seu gênero no país foi fundada em Pernambuco, no Recife, em 1552. Seis anos depois, outra Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é fundada na vizinha Olinda” (BOSCHI, 1986, p. 26). Carneiro (1954), entretanto, defende que:

Tudo indica que as primeiras irmandades do Rosário foram as do Rio de Janeiro, de Belém e da Bahia. A confraria carioca foi organizada por volta de 1639 e reconhecida pelas autoridades eclesiásticas trinta anos mais tarde; o compromisso da de Belém data de 1682 e, quanto à da Bahia, cuja época de fundação se desconhece, já estava em funcionamento em 1685. A do Recife será mais ou menos contemporânea da sua congênere da Bahia e somente alguns anos mais antigos do que as de Olinda e Igarauçu. (CARNEIRO, 1954, p. 88).

Ainda que os autores não estejam de acordo quanto à antiguidade dessas associações, parece que uma das características que pode ajudar a explicar a preponderância dessa devoção entre as irmandades leigas da população de origem africana é essa antiguidade. Várias dessas associações foram erguidas com o passar dos anos e, entre 1750 e 1850, elas atingem seu maior desenvolvimento, somando mais de uma centena ao longo de todo o território do Brasil. De um modo geral, as irmandades serviram aos negros vindouros da África como possibilidade de intermediação e adaptação a sua religiosidade. O pensamento de que os santos eram os intercessores entre os homens e Deus identificava-se com a noção de que os ancestrais eram responsáveis por levar seus pedidos a Zâmbi. Essa ideia vinha do entendimento de que a Virgem e os Santos viveram na terra antes de alcançarem o reino de Deus, acreditava-se, ainda, que a existência de virgens e santa negra podia fazê-los pensar que estes tivessem sido ancestrais de suas raças, ainda que deslocados do familiar e vistos sob a perspectiva da esfera nacional. Além do mais, observando hoje, pelas lentes da história, percebe-se que as irmandades serviram como ponto de referência para reivindicações sociais. Outra questão relevante também é que a elevação de templos religiosos em honra aos santos

serviu, muitas vezes, para assegurar aos africanos, habituados ao culto dos mortos, que cada um de seus membros, mulheres e filhos tivessem uma sepultura e enterros adequados.

As irmandades negras, ao se pautarem nos modelos das associações dos brancos, inevitavelmente, assimilavam, também, seus comportamentos e atitudes. Isso fez com que “as irmandades se tornassem uma forma de manifestação adesista, passiva e conformista das camadas inferiores” (p. 15), um modo de representar o “poder” entre os negros. (QUINTÃO *apud* NORONHA, 2011, p. 271).

A história do congado está associada à história das irmandades. A quantidade de Irmandades no estado de Minas Gerais mostra a relevância que tiveram e como estabeleceram o fiel da balança para que os negros pudessem se organizar e, através da forma que lhes era permitida, expuseram seus ideais. Tendo em vista o caráter religioso que perpassa as irmandades sem, no entanto, deixar transparecer aspectos políticos, podemos pensar o congado como um fenômeno que congrega essas duas situações. De um lado, é possível perceber o protesto, a crítica política, de outro, o sincretismo religioso, que contempla princípios da religião africana tradicional com todas as suas crenças e o cristianismo/católico que, simbolizado em Nossa Senhora do Rosário, define o congado.

2.5 O congado em Minas Gerais e a história de Chico Rei

O estado de Minas Gerais, por sua dimensão, comporta um regionalismo muito grande, e o povo mineiro é conhecido pelas suas várias tendências culturais. Ainda que não seja a intenção desta pesquisa lançar luz sobre os inúmeros trabalhos realizados sobre o congado nas cidades do interior do Estado, os bancos de dissertações e teses da UEMG (Universidade Estadual de Minas Gerais) e da PUC Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), por exemplo, apresentam diversidade a respeito do tema⁶. Isso nos mostra, além da riqueza do congado, a importância deste na história no Estado. Nas várias versões que discorrem sobre o congado em Minas Gerais, é possível notar que tendem a comentar um momento de grande relevância ocorrido em Vila Rica, atual Ouro Preto, que ficou

⁶ Verificar Assis (2009) e Santos (2011), que tratam do congado de Minas Gerais e que reforçam a importância de se abordar o papel de Chico Rei no entendimento do congado no Estado.

reconhecido como um marco para os congadeiros: a história de Chico Rei. Segundo Eugênio (2002):

As relações vivenciadas pelos agentes eclesiásticos e as irmandades religiosas de escravos e libertos no período colonial mineiro foram marcadas por uma gama complexa de práticas diversas que oscilavam entre negociação e ameaças, ou o acordo e a desobediência se tomarmos as festas devocionais que os irmãos negros organizavam para homenagear suas devoções católicas anualmente, como referência para analisarmos uma daquelas relações. (EUGÊNIO, 2002, p. 34).

Vindo da África, na primeira metade do século XVIII, no navio Madalena, Galanga foi rebatizado no Brasil com o nome de Francisco e popularmente conhecido por Chico Rei. Monarca, guerreiro e sumo sacerdote do deus Zambi-Apungo, foi capturado com toda sua corte por comerciantes portugueses, traficantes de escravos, mas, entre os membros da sua família, só ele e um filho sobreviveram. Durante a viagem, os negros sofreram maus tratos, obrigados a comer e forçados a dançar de tempos em tempos para chegar com um aspecto melhor, muitos não resistiram. Houve uma forte tempestade (após doze dias de viagem) e, para não afundar o barco, cargas foram jogadas ao mar e, junto delas, mais de 225 negras e crianças vivas, dentre as quais, a rainha Djalô e sua filha Itulu, a princesa. Trinta negros, entre eles o rei Galanga (agora Francisco) e seu filho Muzinga, foram comprados por um minerador de Vila Rica do Ouro Preto e do Arraial das Minas de Catas Altas do Mato Dentro. Era o ciclo do ouro nas Gerais, que, a cada dia, absorvia mais e mais escravos. Galanga foi escravo do major Augusto de Andrade Góis. Na viagem para Minas Gerais, caminharam sem ferros e peias, Galanga seguia à frente e, ao subir a serra da Mantiqueira, é bem provável que tenha recordado as montanhas e planícies do território africano. Chegaram com tanga de saco. Ficaram na região de Vila Rica, Vila do Carmo e alguns, nas minas de Catas Altas. Na senzala, Francisco (Galanga) encontrou outros congolezes e conquistou a simpatia de todos, pois era discreto, tratava-os com distinção, amizade e cordialidade. Sua fama de Rei do Congo logo foi conhecida e ele passou a ser chamado de Chico Rei. Em plena sociedade escravocrata, após um período de cinco anos de trabalhos forçados para o Major Augusto de Andrade Góis, Chico Rei com a colaboração do Padre Figueiredo⁷ comprou sua carta de alforria e adquiriu uma mina de ouro supostamente esgotada, a Encardideira.

⁷ Padre português que teria vivido entre 1725 e 1797, na qual teria desempenhado inúmeras atividades, sendo latinista, historiador, canonista e teólogo. Seu trabalho mais importante foi à tradução da Bíblia da Vulgata Latina para a língua portuguesa.

Examinando as entranhas da mina, Chico conseguiu extrair ouro suficiente para alforriar aproximadamente 400 escravos, muitos de sua antiga tribo na África. A ousadia não parou por aí: aproveitando-se das brechas que o Sistema Colonial oferecia, foi coroado “rei” numa terra estrangeira e, como fonte de devoção à divindade, construiu a Igreja de Santa Ifigênia associando-se, também, a uma irmandade que levava o nome da santa. A Irmandade de Santa Ifigênia foi a primeira a comportar, nas suas fileiras, negros livres. A coroação de Chico Rei foi marcada por uma grande festa, fazendo de Vila Rica uma extensão de seu reinado e marcando o congado em Minas Gerais. Para Martins (1997):

Os Reinados, entretanto, são definidos por uma estrutura simbólica complexa e por ritos que incluem não apenas a presença das guardas, mas a instauração de um Império, cuja concepção inclui variados elementos, atos litúrgicos e cerimoniais e narrativas que, na performance mito poética, reinterpretem as travessias dos negros da África às Américas. (MARTINS, 1997, p. 31).

Muzinga, após a morte do pai e esgotamento da mina, teria comprado um terreno conhecido como Pontinha, na região de Paraopeba. Apesar de haver dúvidas quanto à veracidade da história, há quem diga que, até hoje, existem descendentes diretos de Chico Rei vivendo por lá.

2.6 A estrutura do congado

A estrutura do congado, apesar das diferenças por causa também do regionalismo, comporta alguns princípios comuns. Sua caracterização pode ser percebida em duas acepções ritualísticas distintas e complementares: a corte que representa o Reino de Nossa Senhora, composto pelo Rei Congo e Rainha Conga, Reis Perpétuos, Rei de São Benedito e Rainha 13 de Maio, Rainha de Santa Ifigênia e os Reis Festeiros, que são os patrocinadores da festa, e a Capitania. As capitânicas, guardas ou ternos, são compostas pelos soldados de Nossa Senhora. São aqueles que tocam, cantam, dançam podendo, dentro da diversidade dos ritos, contar, num mesmo grupo, com grupos ou guardas de Candombes, Congo e Moçambique, comandadas pelo Capitão-Mor, Capitão Regente, Primeiro Capitão, Capitães de Bastão e de Espadas e os dançantes ou vassalos, que invocam os poderes mágicos/religiosos incorporados

pelos reis e rainhas e comandam a festa. Sobre essa metáfora militar, Costa (2006) apresenta o seguinte:

Vale dizer que a metáfora militar acompanha os ternos de forma marcada, sobretudo no que tange ao vestuário e à dominação dos que ocupam posições de chefia no interior do grupo (como o capitão). O uso da metáfora pode ser decorrente dos militares serem emblemáticos da ordem e da hierarquia que se quer destacar no interior dos congados, fornecendo a todos e de forma amplamente compartilhada os símbolos reconhecíveis de posições e de poder (dominação e subordinação). (COSTA, 2006, p. 78)

Mais do que um grupo de pessoas, a coroação é a principal referência da festa e responsável pelo poder mágico/religioso dos grupos, é o momento da manipulação do sagrado, das orações, dos pedidos e agradecimentos, do compromisso e cumprimento de promessas aos santos de devoção. Reis e rainhas incorporam as forças celestes como representantes do sagrado e se tornam não só representantes dos santos católicos, mas também da memória da força e poder ancestral de cada grupo, são os responsáveis por receber todos os convidados e distribuir as bênçãos e atenção a todos os integrantes dos grupos fraternais. Toda a ritualística do congado é marcadamente musical, “a irmandade, em procissão pelas ruas, executa bailados, jogos de agilidade, dança de bastões entre cantos, ao som de caixas e tambores. Escoltam o régio casal e todo estado de coroa (reis, rainhas, príncipes, entre outros) para ser coroados.” (CASCUDO, 1962, p. 243).

Os ritos de abertura, de iniciação de novena, de levantamento dos mastros, de coroação, de cortejo fúnebre, entre outros, são sempre acompanhados por tambores, caixas, patangomes, gungas e demais instrumentos utilizados pelos grupos, tendo sempre à frente uma guarda de Moçambique, pela importância que tiveram na relação direta com Nossa Senhora ao retirá-la das águas. A força da religiosidade está no som e no batuque dos tambores que liga passado e presente, que se transformam na voz da própria África, comunicando-se com seus filhos e filhas. É a fé que faz festa num lamento encadeado pelo bater de mãos e pés, por corpos que se tornam condutores do sagrado. Segundo Lucas (2006),

As cerimônias do Reinado se cumprem através da música incessante produzida pelos vários grupos participantes – anfitriões e visitantes – que tocam e cantam músicas distintas simultaneamente, durante os três dias de duração de uma festa. O Reinado é então um contexto de vivência musical extremamente rico e complexo, pois a música é o meio organizador do tempo ritual do Congado, sendo fundamental

para a criação de um ambiente diferenciado em relação ao cotidiano. É, portanto, através da música que as obrigações e interações espirituais, como também grande parte das relações sociais, acontecem. (LUCAS, 2006, p. 07).

Ainda sobre a estrutura do congado, vale destacar os candombe que, dentro do congado, podemos dizer que é um grupo de raiz. Um grupo fechado no qual se reúnem os negros de Nossa Senhora do Rosário que desejam ser cristãos, sem deixarem de ser bantos. Sabendo que, desse modo, correm o risco de alguma perseguição dão-se ao direito de utilizar linguagens enigmáticas e de não revelar o candombe aos estranhos. No candombe, são lembrados os ancestrais africanos aos sons das cantigas e tambores de couro cortido.

A congada pode ser vista como uma forma particular de conceber e transmitir a história, permeada de ritos religiosos e mitos que fundamentam crenças e comportamentos, pois a história pode ser guardada e transmitida de modos diferentes, característicos de sociedades diversas, que constroem a memória à sua maneira própria. (SOUZA, 2006, p. 315).

Portanto, existe toda uma história e mística que envolve o congado. São essas configurações referidas por Souza que encontraremos também, na historiografia do congado na cidade de Abaeté.

3 A HISTÓRIA DE ABAETÉ

Muito embora a constituição e consolidação do congado façam parte de um processo contínuo de construção de um *ethos* que delinea toda uma questão política e religiosa no Brasil, compreendê-lo demanda um olhar peculiar a partir do lugar em que se observa. Isso se deve, primeiramente, pela sucessão de acontecimentos típico do congado; segundo, devido à conceituação do que seja congado, que está longe do consenso; terceiro, o regionalismo que caracteriza o país. Observamos as coisas pelas lentes que perpassam nosso universo cultural, de acordo com Laraia (2004), “a nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade” (LARAIA, 2004, p. 67). Sendo assim, é necessário apresentar os aspectos históricos que contribuíram para a edificação da cidade de Abaeté, pois estão intimamente relacionados com o congado local.

A análise da história de Abaeté parte do princípio básico de fundação de todos os municípios: seus primeiros habitantes. Portanto, é de suma importância salientar aqui os dados referentes aos fundadores e suas ações destacadas via cartas de sesmarias. Além da relevância dos fundadores, sem, no entanto, negligenciar, serão elucidados aspectos da presença da Igreja no desenvolvimento do município: serão salientadas as divisões eclesiais em bispados, com menção ao de Mariana, mas evidenciando o de Pernambuco pela relação com a cidade de Abaeté, além disso, também em relação aos bispados citados, serão destacadas a instituição de irmandades e como estas serviram de abrigo aos negros convertidos, mas que ainda mantinham raiz religiosa africana.

Ainda sobre a Igreja, analisaremos não só a ação dos seus agentes religiosos, mas como trabalharam na edificação da igreja matriz e a importância que tiveram no cenário social e político da época. Os missionários e suas ações peregrinas, na região, propagavam o cristianismo, além disso, tiveram um papel importante na constituição do município a partir da construção da primeira capela da cidade, exercendo a função de vigários paroquiais. Por último, ressaltaremos que, em meio ao processo de consolidação do município, a pessoa do negro/escravo se fez muito presente e, portanto, cabe destacar como, em dado momento da história, Abaeté serviu como uma forma de cativeiro. Mesmo sendo um lugar sem grandes contingentes de escravos, a cidade teve seu cativo. A partir dos vários aspectos elucidados,

pretendemos suscitar reflexões que nos façam compreender quais são os vieses que oportunizaram, de fato, o surgimento do congado em Abaeté, que foi evoluindo paralelamente ao desenvolvimento da cidade e, atualmente, se faz muito presente na vida do abaeteense.

3.1 As sesmarias e os fundadores

As cartas de sesmarias surgiram no Brasil, após o estabelecimento das capitâneas hereditárias. Segundo Cotrim (1994), no livro *História e consciência do Brasil*, o governo português não tinha recursos financeiros próprios para investir no processo de colonização brasileira e, por isso, resolveu implantar um sistema em que essa tarefa fosse transferida para as mãos da iniciativa particular. Assim, em 1534, o rei de Portugal, Dom João III, dividiu o Brasil em quinze grandes lotes (as capitâneas) e os entregou a pessoas de razoáveis condições financeiras, os donatários.

O donatário era a autoridade máxima dentro da sua capitania, tendo a responsabilidade de desenvolvê-la com seus próprios recursos. Com a morte do donatário, a administração da capitania passava para seus descendentes. Por esse motivo, as capitâneas eram chamadas de capitâneas hereditárias. (COTRIM, 1994, p. 42).

Em sua maioria, as sesmarias ocorriam nos chamados terrenos incultos e abandonados. As autoridades a cediam com a finalidade de melhorar a região, proporcionando mais aproveitamento das terras. Atualmente, as sesmarias servem como fonte de pesquisa, nas quais é possível identificar o local onde determinadas pessoas viviam e, frequentemente, revelam dados pessoais e familiares; se a propriedade foi herdada, doada ou ocupada; quais os seus limites; se havia trabalhadores e como era constituída a mão de obra; em que região ficava tal propriedade.

De acordo com o historiador da cidade de Abaeté José Alves de Oliveira:

O povoamento do atual território do Município de Abaeté, como o de todas as vizinhas comunas, teve começo, aproximadamente, em 1730. Foi quando se verificou a penetração dos primeiros sertanistas, que se apossaram de determinados

sítios, cultivando-os e mais tarde legalizando suas posses, regularizadas pelas cartas de sesmarias. (OLIVEIRA, 1970, p. 09).

As cartas de sesmarias presentes Arquivo Público Mineiro (1988, Livro de sesmaria nº 42), que compõem os documentos em relação à região onde se constituiu o povoado de Abaeté, revelam alguns detalhes de topônimos, entre eles: o Rio Indaiá, Ribeirão Marmelada, Córrego das Tabocas, Morro do Tigre, etc. Alguns desses topônimos sofreram alterações com o passar do tempo, muito em decorrência do uso popular ou com uma nova consagração desses lugares em documentos mais recentes. Em alguns pontos, possuem nomes locais, mas não existe uma denominação geral que possa ser identificada em cartas geográficas. O exemplo mais próximo é o da Serra da Saudade, pois alguns lhe atribuem o nome de Serra, Serra do Curral dos Bois ou simplesmente Serra dos Quatis. Enfim, as toponímias da região se alteraram muito com o passar dos anos, o que dificulta mais entendimento geográfico. Apesar disso, algumas sesmarias oferecem informações acerca da dimensão geográfica da região, essas informações, que serão apresentadas a seguir, encontram-se no Arquivo Público Mineiro (1988, Livro de sesmarias nº 42).

1ª - Sesmaria do Capitão José de Faria Pereira, já então denominada, como ainda hoje, Barra do Paraopeba e, abreviadamente, Barra. Tinham, no papel, três léguas de terras. Foi concedida por carta de 07 de novembro de 1738 e abrangia as atuais fazendas da Barra do Paraopeba, Flores, Poções, Gerais e Patos, cada uma destas, agora, repartidas em dezenas de grandes propriedades rurais.

2ª - Outra sesmaria do Capitão José de Faria Pereira, denominada Serra Branca, à beira do Rio Indaiá, à margem esquerda, no Distrito de São Romão. Com três léguas compridas por uma de largura, foi concedida em 08 de abril de 1741.

3ª - Também do Capitão José de Faria Pereira, a terceira sesmaria, com três léguas de terras em quadro, na Serra do Ribeirão, sitia à beira do Rio Indaiá, pelo qual acima partia com a fazenda da Barra. Essa sesmaria foi concedida por carta de 10 de abril de 1744 e abrangia os terrenos das atuais fazendas de Macaúbas, Campo Alegre, Tigre e Bom Jardim.

4ª - Sesmaria de Martinho Afonso de Melo, denominada Nossa Senhora da Vitória, com três léguas em quadro, partia pela parte de cima a chamada Barra do Paraopeba, que era do Capitão José de Faria Pereira, e pela parte de baixo, com outra de propriedade, do Capitão

Antônio da Costa Madureira, e lhe fazia encontro pelo sertão do Rio Indaiá. Foi concedida por carta de 10 de maio de 1737.

5^a - Sesmaria do Capitão Antônio da Costa Madureira, já denominada fazenda das Palmeiras, tinha uma légua e meia em quadrado. Divisava com a fazenda da Povoação, do Coronel Bernardo de Sousa Vieira, até a fazenda São João, de Dionísio Pereira Castro. Foi concedida em 12 de maio de 1747.

6^a - Sesmaria de Tomé Rodrigues da Fonseca, com o nome de fazenda do Ribeirão, se estendia por três léguas em quadrado tendo como limite, na parte de baixo, o Ribeirão da Estrema e com a fazenda da Barra, do Capitão José de Faria, subindo pelo Rio São Francisco até o Ribeirão da Marmelada. Foi concedida por carta de 30 de abril de 1739 e abrangia as atuais fazendas do Ribeirão, Império, Lajes, Alegria, Pasto dos Cavalos, Aldeia e Santa Cruz.

7^a - Sesmaria do Capitão José Fernandes da Costa, denominada Bom Sucesso, com três léguas de terras em quadrado, as quais partem pelo nascente com o Rio São Francisco. Pelo poente, com Antônio Pinto da Fonseca, pelo Ribeirão Sucuri. Pelo norte, com o Padre Antônio Correia da Silva, pelo Ribeirão Marmelada. Ao sul, com Miguel da Costa Siqueira, pelo Ribeirão Taboca. Foi concedida por carta de 21 de junho de 1800 e constitui, hoje, a Fazenda do Bom Sucesso da Barra do Pará.

8^a - Sesmaria de Joaquim de Oliveira, conhecida como Fazenda da Serra, com três léguas em quadro, situa no Ribeirão Marmelada, tendo como limites, por baixo, a várzea das Tabocas e, por cima, o gume da Serra, por um lado, o ribeirão Marmelada e, por outro, o ribeirão da Estrema. Essa sesmaria foi concedida por carta de 30 de abril de 1739 e devia abranger as atuais fazendas do Bandeira, Marmelada, Capão, Sant'Ana, Gamelão e Cipó.

9^a - A de Francisco Antônio Monteiro de Noronha, com três léguas de terras em quadro, as quais confrontam, pela direita, com o Córrego da Marmelada, pelo sul, com o Morro do Tigre, procurando as cabeceiras de Sant'Ana. Foi concedida em 08 de agosto de 1799 e está situada dentro dos limites da anterior sesmaria de Joaquim de Oliveira, que, por inobservância de alguma cláusula, deve ter caído em comisso, fato comum naquela época. Constituiu a grande fazenda de Sant'Ana, que veio a pertencer ao Major José de Deus Lopes.

10^a - Sesmaria de Felipe Joaquim da Cunha, com três léguas de terras em quadro, nos sertões da Marmelada e na paragem do Morro do Tigre, as quais confrontam, pela direita, com a Serra do Indaiá, pelo norte e sul, com os sertões incultos e, pelo oeste, com as de Silvério Alves. A confusa descrição das confrontações dessa sesmaria não permite localizá-la bem, mas parece que veio a formar a atual fazenda do Tigre, hoje partilhada entre inúmeros fazendeiros. Essa sesmaria é datada em 08 de outubro de 1883.

11^a - Sesmaria de José Gonçalves da Silva que, mais tarde, a cedeu a José Antônio de Moraes Pessoa, com três léguas em quadro, nos sertões além do Rio São Francisco, as quais partem, pelo nascente, com a Mata da Corda, nas cabeceiras do Indaiazinho e Borrachudo e, pelo sul, com o Indaiá. Foi concedida por carta de 1º de dezembro de 1801 e veio a constituir a fazenda Fragata ou Nau de Guerra, nome último que já constou da respectiva demarcação, feita no ano seguinte.

As cartas de sesmaria de Tomé de Rodrigues da Fonseca e Joaquim de Oliveira são os mais antigos papéis em que aparece o nome do Ribeirão Marmelada, hoje referência na cidade de Abaeté. Chama atenção devido à temática do congado, sobretudo, a chegada dos negros na região, a carta de sesmaria de Joaquim de Oliveira que, além do referido ribeirão, cita a presença de escravos no processo de povoamento do lugar. Vejamos, a seguir, uma citação que trata dessa questão:

GOMES FREIRE DE ANDRADA, do Conselho de Sua Majestade, Governador e Capitão-General das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Minas de sua repartição, etc. Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito a me representar JOAQUIM DE OLIVEIRA que ele era senhor e possuidor de uma fazenda chamada a Serra, sitia no Ribeirão da Marmelada, Comarca da Vila de Sabará, a qual descobriu, cultivou e povoou com escravos, gados vacum e cavalar tudo com grande despesa de sua fazenda, e de presente a conserva, servindo-lhe de estrema o veio d'água do ribeirão, que a divide com a fazenda do Capitão José de Faria Pereira, e por este e o da Marmelada acima até o gume da Serra, e pela parte de baixo com a vargem das Tabocas, com todas as suas vertentes e logradouros que a ela pertencem. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1988, Livro Nº 42, fls. 152).

Ainda sobre a presença dos primeiros negros na região, conta-se a história do chamado Diamante do Abaeté. Por volta do ano de 1796, explorando as cabeceiras do Rio Abaeté, alguns garimpeiros e escravos encontraram uma pepita de 138 quilates e ½. Pela dimensão, a pedra foi levada às autoridades militares que, prontamente, fizeram-na chegar à Corte. Na Europa, tal descoberta despertou um furor muito grande, pois chegaram a admitir, à época, que a pedra seria o maior diamante do mundo, batizado como o Diamante do Abaeté. Em reconhecimento, a Corte estipulou as seguintes gratificações aos que contribuíram com a descoberta:

O Marquês da Ponte de Lima, do Conselho de Estado, Ministro assistente ao despacho do Gabinete, Gentil-homem da Câmara da Rainha, minha Senhora, seu Mordomo-mor, Presidente do Real Erário e nele Lugar-tenente imediato à Real Pessoa da mesma Senhora etc. Faço saber à junta de administração da Real Fazenda da Capitania das Minas Gerais que a Rainha, minha Senhora, em atenção à denúncia e entrega que fizeram de um diamante grande, do peso de sete oitavas e três quartos, o Comandante e mais pessoas que compunham a partida que o descobriu nas cabeceiras do Rio Abaeté, foi servida mandar dar-lhes as gratificações pecuniárias que constam da relação inclusa nº I e que importam em 10:400\$000, incluídos 1:000\$000 que se destinam para resgatar e por em liberdade os 14 pretos cativos que se achavam na referida partida. E foi, igualmente, também servido a mesma Senhora, além das ditas gratificações, fazer mercê ao referido Comandante e mais pessoas mencionadas na outra relação – nº II – (que ambas vão assinadas por Luís José de Brito, contador-geral da África Oriental Portuguesa) dos empregos nela declarados, para se lhes verificarem as suas nomeações nessa Capitania e na do Rio de Janeiro, a João Vicente Pereira, em um lugar da Casa da Moeda daquela cidade, pelo Vice-Rei do Estado do Brasil, a quem se deve fazer a necessária participação, segundo as ordens que nesta ocasião se expedem pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos ao Governador e Capitão-General dessa Capitania. O que se participa a essa Junta, para assim lhe ficar constando e fazer dar o devido cumprimento à real determinação de Sua Majestade, pela parte que lhe tocar. Inácio Pedro Damásio de Aguiar a fez em Lisboa, a 6 de julho de 1797. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1897, p. 41-43).⁸

3.2 Os nomes da cidade

A cidade de Abaeté, até ser reconhecida pelo nome atual, teve vários outros ao longo da sua história, cada um deles revela um momento importante do município. Conhecer essa trajetória contribui para o entendimento de algumas características peculiares da cidade.

O povoado, trouxe, na sua gênese, um nome extenso e por sinal curioso: *Arraial Novo de Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada de Olhos D'Água*. Quanto ao nome central *Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada*, está clara a devoção à Maria, sob uma de suas várias nomenclaturas, pelos fundadores do povoado. Já *Olhos D'Água* refere-se ao sítio rural que foi escolhido para edificar o povoado. Outros nomes se seguiram, de acordo com Oliveira (1970), alterados pelas seguintes leis: Lei nº 334, de 1847: *Capela do Arraial Novo da Marmelada*; Lei nº 1.186, de 1864: *Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada*; Lei nº 1.412, de 1867: *Marmelada*; Lei nº 1.635, de 1870: *Nossa Senhora da Marmelada*.

Nessa multiplicidade de designações legais e usuais, nota-se a permanência, como núcleo, do termo *Marmelada*. Esse nome foi escolhido em decorrência do ribeirão que até hoje banha a cidade.

⁸ Essa citação, apesar da sua extensão, tem sua relevância por mencionar a presença de negros na região.

A lei de 1870, que elevou o arraial à vila, nomeou-a *Dores da Marmelada*. Essa palavra *Dores*, provavelmente foi introduzida ao nome da vila por causa da ligação com *Dores do Indaiá* que fora, até então, a sede do município. Finalmente, a lei de 1877, que graduou o lugar como cidade, mudou seu nome para *Abaeté*, que é um termo da língua tupi e significa "homem verdadeiro", pela junção dos termos *aba* (homem) e *eté* (verdadeiro).

Foto 1 - Vista Parcial de Abaeté (1970)



Fonte: Arquivo do pesquisador.

3.3 A Igreja Católica na fundação da cidade

A intenção, neste item, é ressaltar o papel da Igreja na edificação do município, bem como a localização eclesiástica da qual Abaeté fazia parte, respondendo, por exemplo, ao bispado de Olinda, estado de Pernambuco. O Brasil do século XVIII estava dividido em seis bispados – do Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, Pará, São Paulo e Mariana – e um arcebispado, o Arcebispado da Bahia, como pode ser observado no QUADRO 1.

Quadro 1 - Arcebispado e Bispados do Brasil, no século XVIII

BISPADO/ARCEBISPADO	CAPITANIAS
Arcebispado da Bahia	Bahia e Sergipe
Bispado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e

	Rio Grande de São Pedro
Bispado de Mariana	Minas Gerais
Bispado de Pernambuco	Pernambuco e Paraíba
Bispado do Pará	Pará, Goiás e Mato Grosso
Bispado de São Paulo	São Paulo
Bispado do Maranhão	Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte

Fonte: Dados baseados nos estudos Alencar (1864).

O Bispado de Pernambuco se estendia, na Capitania e depois na Província de Minas Gerais, por toda a região da margem esquerda do Rio São Francisco até as margens do Ribeirão Jorge Grande, próximo da atual cidade de Luz. Cabe destacar uma curiosidade a respeito dos Bispados: a presença das irmandades que, em meio à força da Igreja Católica, serviram para abrigar muitos negros que buscavam, de certa forma, manifestar seus cultos originais, oriundos da África.

Assim, o mito e o rito puderam se desenvolver porque houve o ambiente propício das irmandades dos homens pretos, nas quais eram toleradas manifestações marcadamente africanas, desde que estivessem voltadas para a expressão de uma religiosidade católica. Impossibilitados de manter as próprias crenças, os negros começaram a participar das agremiações católicas, guardando, ao mesmo tempo, algo de seu. Nas Confrarias do Rosário irão conservar seus reis e rainhas, personagens que terão lugar de prestígio, aos quais se tributa homenagem e respeito e que ocupam posição de realce, sobretudo, durante as festividades e comemorações.

Nesse sentido, podemos, elaborando quadros comparativos, observar a relevância que as irmandades tiveram nos bispados, no Brasil do século XVIII. Para tanto, destacamos as irmandades presentes no bispado de Pernambuco e Mariana por convergirem diretamente com o estado de Minas Gerais. Nota-se que as datas de fundação das irmandades são muito próximas em termos históricos, o que nos leva a refletir acerca da influência de uma sobre as outras, possibilitando um ciclo de manifestações do congado quase que na mesma época. Analisemos os QUADROS 2 e 3 a seguir.

Quadro 2 - Irmandades do Bispado de Pernambuco

DESIGNAÇÃO	LOCAL	ANO
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Sederido	1766
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Mesma invocação na Várzea	1767
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Igreja e Freguesia de Santo Antonio do Cabo, em Recife	1767
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Vila de Santo Antonio do Recife	1767
Nossa Senhora do Rosário	Igreja de São Cosme e Damião na Vila de Agarasu	1770
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Igreja da Vila de Igarauçu	1770
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Cidade de Parnaíba	1780
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Vila de Goiânia em Pernambuco	1783
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos Livres	Arraial e Subúrbios das Minas de Paracatu	1783
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Cidade de Olinda	1786
Nossa Senhora do Rosário	Capela de Nossa Senhora da Guia na Ribeira das Espinharas na Paraíba	1786
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Desterro do També na Paraíba	1790
Virgem Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Freguesia de São Miguel em Ipojuca	1770

Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais Torres do Tombo. Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. Maria I e Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. José I, Ministério do Reino. Arquivo Histórico Ultramarino, Códices do Brasil.

Quadro 3 - Irmandades do Bispado de Mariana

DESIGNAÇÃO	LOCAL	ANO
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Mesma Capela, no Arraial de Santa Ritta, Freguesia de Santo Antonio, Comarca de Sabará	1763
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Igreja do Rosário de Guarapiranga, nas Minas Gerais	1766
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Santo Antonio de Itaberaba	1766
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Nossa Senhora do Pillar na Vila de Pitangui	1766
Nossa Senhora do Rosário	Igreja da Conquista na Freguesia de Bom Jesus do Monte	1766
Nossa Senhora do Rosário	Capela Própria no Arraial de Santa Luzia na Freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro	1766
Nossa Senhora do Rosário	Nossa Senhora da Conceição dos Raposos	1767
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Igreja de Nossa Senhora de Nazareth do Inficionado em Villa Rica	1767

Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Igreja da Freguesia da Boa Viagem em Vila Rica do Ouro Preto, Itabira	1767
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Nossa Senhora da Conceição do Mato	1767
Nossa Senhora do Rosário	Arraial do Tejuco	1768
Nossa Senhora do Rosário	Nossa Senhora da Conceição no Rio das Pedras	1773
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Nossa Senhora do Pillar em Vila Rica do Ouro Preto	1773
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Congonhas na Comarca de Sabará	1773
Nossa Senhora do Rosário	Capela de Santo Antonio de Calambâu em Guarapiranga, nas Minas Gerais	1783
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Capela do Alto da Cruz, Freguesia da Conceição de Antônio Dias da Vila Rica de Ouro Preto	1785
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Igreja de São João Batista no Morro Grande nas Minas Gerais	1786
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Arraial da Conceição da Barra na Comarca do Rio das Mortes	1787
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos Livertos e Cativos	Freguesia da Lagoa em Minas Gerais	1793
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos Arraial do Rio Manso da Comarca do Serro do Frio na Freguesia da Villa do Príncipe	1794
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Vila de Campanha da Princesa na Comarca do Rio das Mortes	1800
Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Arraial do Pinheiro na Freguesia do Sumidouro nas Minas Gerais	1800
Nossa Senhora do Rosário	Arraial e Freguesia de São Miguel de Piracicaba na Comarca de Sabará	1801

Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais Torres do Tombo. Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. Maria I e Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. José I, Ministério do Reino. Arquivo Histórico Ultramarino, Códices do Brasil.

Entre as irmandades apresentadas, duas chamam atenção pela proximidade da cidade de Abaeté. Uma delas, no bispado de Mariana, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Nossa Senhora do Pillar, na Vila de Pitangui, fundada em 1766. A outra, pertencente ao bispado de Pernambuco, denominada Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos Livres, situada no arraial e subúrbios das Minas de Paracatu, fundada em 1783. Ambas são de bispados distintos, mas que abrigava, nas suas estruturas, o ideal sincrético religioso propício para o congado.

Naquele tempo, os limites dos bispados fixavam-se pela posse. Logo que se publicou o descobrimento das minas de Paracatu, em 1744, para ali se dirigiu o Padre Antônio Mendes Santiago⁹, indivíduo contraindicado para as funções evangélicas de pastor do rebanho de Cristo pelos seus costumes dissolutos. Apesar disso, padre Santiago, ergueu e consagrou capelas, tomando posse da região do novo *descoberto*, em nome de seu superior, que era o Bispo de Olinda.

A região de Minas sujeita a esse Bispado passou a constituir a Comarca Eclesiástica de Santo Antônio da Manga, com sede em Paracatu, onde o Bispo de Olinda, residente a mais de 500 léguas, deixava um vigário previsor e visitador a cargo de todos os assuntos daquela circunscrição. Dessa extensa freguesia, ficou fazendo parte o atual território de Abaeté, cujos habitantes tinham de rezar a cartilha do padre Santiago. O Arraial da Marmelada, futura cidade de Abaeté, tinha a designação de *curato, aplicação ou capela*, filial da matriz de Dores do Indaiá. Todavia, por Decreto Pontifício de 17 de setembro de 1860, as paróquias de Dores do Indaiá e Morada Nova foram transferidas do Bispado de Pernambuco para o de Mariana e deste, em consequência, Abaeté passou a fazer parte. Porém, de acordo com a Lei 1.186, de 21 de julho de 1864, o Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada foi elevada à categoria de paróquia, como consta nos registros do código 1.061, seção providencial do Arquivo Público Mineiro.

Quanto à chegada do congado ao Brasil, no estado de Pernambuco, não existe uma data precisa, mas alguns traços indicam-nos a presença de elementos que conspiraram para o seu surgimento. Segundo Silva (2013), bem como os autores citados em seu texto, Funari (*apud* Silva, 2013) e Melo e Souza (*apud* Silva, 2013),

as primeiras informações sobre o mais importante quilombo das Américas, o Quilombo dos Palmares, datam de 1612, quando então os portugueses empreenderam expedições preliminares destinadas a combater o Estado Negro. Palmares continuou, entretanto, a crescer. Em 1840, os holandeses que ocupavam Pernambuco passaram a considerá-lo “um sério perigo” (Funari, 2005, p. 31). As duas modalidades de ação coletiva, irmandades e quilombos, embora situadas em contextos distintos, apresentam elementos comuns. A presença de um rei negro sob a forma ritualizada, no caso das Irmandades Negras e a de um líder militar, no caso dos quilombos, resgatam um aspecto fundamental de organização das sociedades africanas, que é a ideia central do rei (Mello e Souza, 2002). Irmandades e Quilombos também guardam semelhanças quanto ao fato de se filiarem culturalmente à tradição banto. (SILVA, 2013, p. 09).

⁹ Presbítero do Hábito de São Pedro, clérigo secular, vigário geral do espiritual e temporal, juiz de casamentos e resíduos em toda a Comarca Eclesiástica de Santo Antônio da Manga, sertão das Minas Gerais, Bispado de Pernambuco. Habilitado como Comissário do Santo Ofício da Inquisição em 1744, nasceu em Guimarães, distrito de Porto, a 07 de fevereiro de 1696 e faleceu em 1774 em São Romão, Minas Gerais. (BOTELHO, 2013)

Como o congado comporta, na sua estrutura, a mistura do catolicismo europeu com traços africanos, é provável que o primeiro só tenha tomado às dimensões que alcançou pela grande presença dos negros em todos os cantos, somada ao trabalho dos padres peregrinos que, como representantes de Deus, levavam costumes e rituais de todos para todos os lugares. Nesse movimento de ir e vir, as festas de reinados que compunham o ideal do congado, permitidas pela Igreja, teriam chegado à mesma data de edificação dos povoamentos da região, passando por Paracatu à freguesia de Dores do Indaiá, chegando ao *Arraial Novo de Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada*.

Nesse sentido, após uma descrição histórica dos principais acontecimentos que marcam a edificação do município de Abaeté, podemos pensar também em um fio condutor que norteie um *ethos* do congado. Segundo Lima Vaz (1993), podemos entender o *ethos* a partir de duas acepções: a primeira como morada do homem, e a segunda como um comportamento constante dos mesmos atos. Na primeira definição, o autor chega à concepção de morada, que se dá pelo fato do homem romper com a natureza, instituindo seu *ethos* através da práxis. Através dos seus costumes e hábitos, o homem cria para si um espaço seguro no qual seus valores e crenças possam se fazer presentes. Mas a questão não é só se fazer presente, o estabelecimento do *ethos* requer uma constância, pois, a cada instante, a natureza se faz e refaz, ou seja, é necessário que a práxis se afirme na repetição dos hábitos e costumes, configurando, de um modo geral, a morada segura do homem.

Um das características das cidades mineiras é que boa parte delas teve início com a construção de um templo Católico. Em Abaeté, não foi diferente, a construção de uma capelinha coberta de palhas de indaiá, em 1842, anos mais tarde, tornou-se a primeira igreja matriz da cidade. Durante mais de 10 anos, foi nessa humilde capela que se praticaram os atos de culto, mas o grande desenvolvimento do povoado e as elevadas aspirações de seus primeiros habitantes exigiram sua substituição por um templo decente. Sobre essas capelas construídas junto às cidades, Boschi (1986) apresenta-nos o seguinte:

Se parte do pressuposto de que era à sombra do templo que os fiéis se congregavam, certamente será no estudo das primeiras capelas ali construídas que se encontrará as respostas. Cada povoado que se constituía tinha templo próprio. Embora simples em sua arquitetura, as primitivas capelas foram o núcleo e o eixo vital dos arraiais, e delas emanaram as normas de comportamento para as pequenas comunidades. E, assim, por ser elemento catalisador, desde o início necessitaram de bases mais sólidas. [...] Em outros termos, cabe dizer que, simbolizando estabilidade, as capelas representaram segurança para todos aqueles que arribaram à região de Minas. (BOSCHI, 1986, p. 22).

O projeto de construção da igreja definitiva não demorou a surgir e logo se cuidou do trabalho de arrecadar auxílios para este fim. Para tanto, foi nomeado procurador das esmolas o Alferes João Alves de Sousa.

Sabe-se como é demorada a realização de projetos de certo vulto, custeados, exclusivamente, por subsídios populares. Sempre há colaboradores generosos, mas, de modo geral, a boa vontade esfria na hora de entrar com o dinheiro, muitos aderem à empresa com um entusiasmo que não encontra eco nas minguadas contribuições pecuniárias, e outros se limitam a aplaudir a obra depois de concluída. Além disso, naquela ocasião, a população ainda era escassa, e tudo há de ter redundado em grande atraso nos trabalhos de edificação da igreja.

Devido a informações desencontradas e, principalmente, a falta de registros, não foi possível verificar com precisão quantos anos se gastou nesses trabalhos de arrecadação ou mesmo quando foi o início desse processo. De acordo com Oliveira (1970), essa arrecadação já se encontrava em andamento em 1856, pois uma audiência do juiz de paz desse distrito, Manuel José de Magalhães, realizada em 3 de março daquele ano, fez conciliação com seus cunhados Joaquim Vicente da Fonseca, Manuel Fernandes da Costa e outros, com relação a uma pendência entre eles existente e todos se obrigaram, caso faltassem à combinação feita, a pagar uma multa de 10\$000 réis para as obras da Capela da Marmelada. Semelhante estipulação não há de ter resultado em aumento dos cabedais necessários à construção do templo, mas, além de documentar o interesse com que via o povo, está servindo, agora, para lançar alguma luz sobre um ponto obscuro dessa questão.

Em 1861, a obra continuava. Em 10 de setembro desse ano, o Alferes João Alves de Sousa “apresentou-se no inventário de Maria Francisca da Silva como procurador das obras da matriz da Marmelada, requerendo praça da parte numa casa, que a finada deixara para essas obras, às quais, disse o requerente, se estava dando andamento”. (AUTOS do CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE ABAETÉ).

Em relação à matriz, o procurador deixou transparecer o fim para que se levantasse a igreja: servir de matriz da futura paróquia, cuja criação se pleiteava e talvez já estivesse prometida para logo depois da conclusão do templo. Em 1862, prosseguiram os trabalhos e persistia o procurador em seu esforço de reunir numerário, apresentando ao juiz, no inventário de Francisco José de Borba, a petição do teor seguinte, despachada a 16 de julho daquele ano:

Ilmo. Sr. Juiz Municipal e de Órfãos

Diz João Alves de Sousa, morador no distrito da Marmelada, que o suplicante tem sido e é procurador das esmolas pertencentes às obras da capela e que, tendo Francisco José de Borba prometido dar para as obras a quantia de quarenta mil réis e falecendo o dito Francisco José de Borba, tem de se fazer o inventário, e quer o suplicante, a bem da obra da igreja, ser pago nos bens do inventário. Pede a V. S. mandar que, respondido pela viúva, herdeiros e curador, não havendo dúvidas, se junte aos autos do inventário, a fim de serem separados bens, quantos bastem para o pagamento do principal e custas que com este fizer e ser entregue ao suplicante, para o uso da referida capela. E.R. J. (a) João Alves de Sousa. (AUTOS DO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ABAETÉ).

Não há o que estranhar no fato de que o requerente fale, agora, em capela, que se tratava da primeira igreja, não padece dúvida, pois o próprio João Alves também emprega a palavra igreja na petição transcrita, e, um ano antes, já se referia à matriz em construção. De tudo, conclui-se que os trabalhos de levantamento da igreja se prolongaram, aproximadamente, de 1856 a 1864.

Assim, cerca de vinte dois anos após a fundação do arraial, tinha-se a primeira igreja, não luxuosa, mas bonita, em razão de suas harmoniosas linhas arquitetônicas, um templo primoroso para um lugar pequeno. Naquele tempo, quando o catolicismo era a religião oficial do Estado, uma igreja tinha muito maior importância do que a que tem hoje, era uma repartição pública: o vigário recebia do governo seu ordenado (côngrua) e, na matriz, se realizavam atos oficiais, como a qualificação de eleitores pelas juntas paroquiais e outros. Dessa maneira, é provável que a nova igreja tenha sido um argumento de peso quando os chefes políticos pleitearam e obtiveram, seis anos depois de terminada, a transferência da sede do município de Dores do Indaiá para o então arraial.

Levantada à capela da Marmelada, em pouco tempo, esta recebeu seu primeiro capelão. Exatamente daí a dois anos, o padre Joaquim Francisco de Moraes assumiu suas funções eclesíásticas, permanecendo na capela até o seu falecimento. Além de comerciante, o Padre Joaquim foi o primeiro prático de medicina e farmácia que o arraial teve: receitava e vendia remédios na falta de médicos e farmacêuticos. Quando se fez seu inventário, entre os bens avaliados estavam uma flauta e uma clarineta. Como tais instrumentos não se encontram à venda até hoje em Abaeté, deduz-se que, eram de uso pessoal do capelão, nesse caso, também o primeiro musicista da cidade.

Após o falecimento do Padre Joaquim, o arraial ficou sem um capelão. Enquanto se providenciava outro, a assistência religiosa à população era prestada pelo vigário da freguesia, Padre João Batista de Aguiar, que frequentemente vinha de Dores do Indaiá para exercer seu

ministério, e pelos sacerdotes dos lugares próximos, quando chamados em determinadas circunstâncias. Foi assim que, além do vigário, estiveram no Arraial, várias vezes, os padres Francisco de Sousa Coelho (de Dores), Manuel Martins Ferraz (Abadia), Manuel Antônio da Silva (Tiros), Antônio Teixeira de Carmo (São Gotardo), Luís Ferreira da Silva e Luz (Quartel Geral) e também o Padre Davi José Pereira Júnior.

Somente em 1861, o arraial teve seu segundo capelão, o Padre Francisco Xavier da Silva. Com a graduação de arraial à freguesia, em 1864, o Padre Francisco foi nomeado vigário e exerceu seu cargo até seu falecimento, ocorrido em 1867. Ao Padre Francisco, sucedeu, como vigário do lugar, o Padre Miguel Kerdole Dias Maciel, que permaneceu de 1868 até 1874. Durante seu vicariato, o arraial foi alçado à categoria de vila (sede do município e do termo judiciário). O Padre Kerdole, ainda foi, sucessivamente, vigário de Bom Despacho, Dores do Indaiá, São Gotardo, Tiros e Rio Paranaíba.

O quarto vigário foi o Padre Belchior Rodrigues Braga, entre 1874 a 1879. Em seguida, o vigário foi o Padre José Alves de Oliveira, entre 1880 a 1890. O Padre João Ferreira Alves da Silva foi o sexto vigário, ele esteve à frente da paróquia no período de 1891 a 1897. Até o ano de 1938, os padres diocesanos estiveram à frente da paróquia de Abaeté, e, desse ano em diante, ela foi entregue aos franciscanos.

Desde então, vários franciscanos foram nomeados vigários paroquiais, entre eles, Frei Mário Cornelissen, que permaneceu até 1963 e teve como coadjutores Freis Estevão Shoemaker e Humberto Nuyens. Foi durante sua gestão que se comemorou o centenário da paróquia, com festejos que se prolongaram por uma semana. A presença franciscana se deu até o ano de 2008, sendo Marco Túlio seu último frei, depois deste, a paróquia passou, novamente, a ser presidida pelos padres diocesanos.

Outra questão que é preciso elucidar, diz respeito às ações missionárias da Igreja Católica na história do município, destacando a presença de Lazaristas e Redentoristas na forania de Abaeté. Muito embora as ações missionárias sejam do século XIX, alguns documentos posteriores (século XX) revelam a preocupação da Santa Sé em aproximar-se e dialogar com outras tradições religiosas (Concílio Vaticano II), sobretudo, a partir da publicação da encíclica *Redemptoris Missio*, do Papa João Paulo II, na qual é pontuada a urgência em discutir o papel das missões. Sobre o sentido de missão, ressalta João Paulo II (1990):

Esta missão é única, sendo a mesma a sua origem e fim; mas na sua dinâmica de realização, há diversas funções e actividades. Antes de tudo, está a acção missionária, denominada « missão *ad gente* » pelo Decreto conciliar: trata-se de uma actividade primária e essencial da Igreja, jamais concluída. Com efeito, a Igreja « não pode eximir-se da *missão permanente de levar o Evangelho* a quantos — e são milhões e milhões de homens e mulheres — ainda não conhecem Cristo Redentor do homem. Esta é a tarefa mais especificamente missionária que Jesus confiou e continua quotidianamente a confiar à Sua Igreja ». (IGREJA CATÓLICA, 1990, p. 50).

Como já abordado, após o Concílio Vaticano II, percebe-se uma preocupação muito da grande da Igreja Católica em dialogar com outras tradições religiosas, destacando, para isso, um fôlego para as chamadas missões ecumênicas. O reflexo dessa posição da Igreja, alguns anos depois, veio em ações e em documentos como, por exemplo, o trecho supracitado da Encíclica *Redemptoris Missio*, editado no papado de João Paulo II. A importância das missões já remonta longas datas, sendo, inclusive, parte inerente à Igreja.

A encarnação do Verbo de Deus em Jesus Cristo, como epifania decisiva do Desígnio misterioso de Deus a respeito do mundo, é o fundamento imediato da missão da Igreja. (...) A Igreja peregrina é por sua natureza missionária. Pois ela se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai. (*Ad gentes*, n.2 *apud* GEFFRÉ, 2013, p. 303)

O que pretendemos mostrar com essas informações é que esse caráter missionário da Igreja se faz presente na história de várias nações, principalmente, a partir da modernidade, com a chegada dos europeus ao Novo Mundo. Vale ressaltar que, segundo Fonseca (2010) nesse Novo Mundo, muitas posições se encontravam enigmáticas quando da chegada da Igreja, seja do ponto de vista dos religiosos ou mesmo dos cientistas da época. De um lado, estavam os teóricos do monogenismo, fiéis às escrituras bíblicas e à ideia de que a humanidade teria partido de um só núcleo original, de outra, os adeptos do poligenismo, que advogam a existência de diversos centros de origem, que, por sua vez, teriam levado às cisões fundamentais na humanidade. Enfim, as teses radicalizavam-se em meio a um momento em que parecia fundamental definir a origem da humanidade.

A burguesia européia, orgulhosa com seus avanços, passava a repartir o mundo e a colonizar os pontos distantes que a imaginação permitia sonhar. Nesse contexto, ninguém duvidava do progresso de um desenvolvimento linear e determinado, assim como não se questionava a ideia de que o único modelo de civilização era aquele experimentado pelo

Ocidente. Com efeito, e como afirma Hobsbawm (1988), esse não era mesmo um bom momento para a filosofia e mesmo para a religião, que passavam a ser entendidas apenas em termos evolutivos. Em tese, parecia que os escritos de Darwin, como *A origem das espécies*, colocavam um ponto final na disputa entre monogenistas e poligenistas, além de estabelecerem as bases para a afirmação de uma espécie de paradigma de época, com a imposição da noção de evolução. Todavia, é nesse cenário conturbado que as missões da Igreja se fizeram muito presentes no Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX, o país passou a viver um ambiente conturbado. As lutas pela a abolição da escravatura e contra o Império foram cada vez mais evidentes, até se tornarem realidades, 1888 e 1889. Por volta dos anos de 1849, as primeiras missões da Igreja Católica adentram a região do Alto São Francisco, inicialmente, pelos lazaristas e, posteriormente, pelos Redentoristas.

Ao entrar no Brasil, em 1820, a convite de Dom João VI (1816-1826), para governar a Imperial Casa de Nossa Senhora da Mãe dos Homens da Serra do Caraça, a Congregação da Missão passava a ser uma novidade em relação aos demais institutos religiosos que já estavam assentados no país, desde os tempos coloniais. Essa província receberia, em 1844, a diocese de Mariana, da qual esteve à frente, até a morte, Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875). É significativa a presença dos Lazaristas em Minas Gerais, posto que poucos eram os religiosos pela capitania do ouro, tendo em vista as limitações impostas pela coroa portuguesa à entrada destes na região. Entre as décadas de 1860 a 1870, os lazaristas se espalharam por outras dioceses do Brasil. Fundada em Paris, em 1625, para fomentar as missões, a Congregação atuaria com recorrência junto a uma população pobre e em estado de abandono espiritual e material por parte da Igreja e de suas Ordens Mendicantes. Em função de seu fundador, pode ser chamada, também, de Congregação dos Padres Vicentinos ou, ainda, Congregação dos Lazaristas, tendo em vista que seus componentes habitaram, inicialmente, um antigo leprosário francês, consagrado a São Lázaro. Por outro lado, os Redentoristas ou A Congregação do Santíssimo Redentor foi fundada em 9 de novembro de 1732, em Scala, na Itália, por Santo Afonso Maria de Ligório e outros cinco companheiros. O carisma deste grupo é a pregação das missões populares para as comunidades mais pobres e abandonadas. Chegaram ao Brasil, em 1893, na região de Minas Gerais.

Inicialmente, na região do Alto São Francisco, onde se encontra Abaeté, a primeira missão teve como padre-mestre Frei João do Lado de Cristo Pinheiro, que veio de Morada Nova e, depois de um tempo destacado na região do Patrocínio da Marmelada, seguiu para

Dores do Indaiá. A característica da missão coordenada por ele consistia em oficializar e celebrar os casamentos dos arredores, até então, em litígio com a Igreja.

A segunda missão da Igreja, datada pelos anos de 1868, teve à frente Frei Henrique do Castelo de São Pedro. De acordo com relatos populares, esse frade era muito severo e, além de ameaçar os fiéis recalcitrantes com castigos de toda espécie, usava contra eles processos coercitivos para atingir seus objetivos. Conta-se que, certa vez, obrigou um número de pessoas a seguir com ele, em busca de uma ovelha desgarrada do “Rebanho de Nosso Senhor”, três léguas até a fazenda de Nico Teodoro, um dos grandes e mais poderosos fazendeiros da região. Ao chegar defronte à fazenda para mostrar sua força, mandou os fiéis cercarem a propriedade, intimando o dono a se submeter às leis da Igreja, além disso, como evidência do seu poder, pôs, no ombro de Nico Teodoro, uma grande cruz de madeira e o fez marchar à frente da procissão, rumo à Igreja onde teria de se confessar. Sua missão ficou conhecida como “Missão Todos Unidos em Cristo” e, apesar da sua proposta, evidenciou a arrogância e o abuso de poder exercida por esse missionário.

Por volta de 1890, os lazaristas Padre Henrique Lacoste, Padre Pedro e Padre Máximo estiveram na região também para implementar Missão Todos Unidos em Cristo. Sob os auspícios dessa missão, mais outras sete estiveram presentes, como apresentado por Oliveira (1970): em 1917, pregadas pelos redentoristas padres Teodoro Kempers (superior), Lourenço e Gabriel; em 1925, pregadas pelos franciscanos frei Leopoldo (superior), frei Feliciano, frei Zaqueu e Frei Clemente; em 1937, pregadas pelos redentoristas padres Teodoro Kempers (superior) e Lourenço; em 1939, pregadas pelos franciscanos frei Optato (superior), frei Godoberto e frei Concórdio; em 1944, pregadas pelos redentoristas padres João Crisóstomo (superior), Lourenço e Boaventura; em 1956, pregadas pelos franciscanos frei Gabriel Sinzig (superior), frei Teodulfo e frei Irineu; em 1958, pregadas pelos franciscanos frei Gabriel Sinzig (superior), frei Paulo e frei Sebastião.

As orientações, a partir do Vaticano II e mesmo a *Redemptoris Missio*, eram de que as missões não fossem focadas *a priori* na conversão, mas num diálogo que viabilizasse uma abertura para proclamar o Reino de Deus em Jesus Cristo. No entanto, estas se mostraram com uma vocação totalmente voltada a conversão, muitas vezes, de forma severa. Missões como essas, na região de Abaeté, levaram o Vaticano a refletir e buscar uma nova dinâmica das missões, contrariando a perspectiva de que “fora da Igreja não havia salvação”.

Sobre essa nova forma de pensar o papel das missões, não no sentido da conversão, mas centrada no testemunho do amor de Deus revelado em Jesus Cristo, escreve o professor

Roberlei Panasiewicz (2007), na obra *Pluralismo Religioso Contemporâneo*, a partir do pensamento de Geffré:

Independente de o cristão viver em um horizonte favorável à sua religião ou não, ele deve dar testemunho do amor de Deus revelado em Jesus Cristo e das consequências que isso acarreta para a sua vida. Em outras palavras, o que fundamenta a missão cristã é o testemunho dado ao amor de Deus e aos valores do Reino. (PANASIEWICZ, 2007, p. 159).

Portanto, apesar de as presenças missionárias anteriormente destacadas serem recorrentes do século XIX, suas ações transcorrem décadas posteriores e seus efeitos contribuíram no bojo das reflexões do Vaticano a respeito do papel das missões. Com o reconhecimento de outras tradições religiosas, inclusive dos sem religião, a orientação, desde então, é dialogar, pois acredita-se que seja a maneira mais viável de proclamar o Reino de Deus revelado em Jesus Cristo.

3.4 A presença dos negros escravos em Abaeté

É conhecido na história do Brasil o regime de cativo, encontram-se nos autos da história muitos argumentos de defesa de tal instituição. Vejamos, nas palavras de Saint-Hilaire (1975), como é que se procurava afinar o discurso com a moral da época:

A conversão de que acabei de relatar, e da qual não modifiquei uma única palavra, prova que os negros não são sempre tão infelizes como se diz. A escravidão não é para eles o que seria para nós, porque se preocupam pouco com o futuro e, quando o presente é suportável, não precisam de mais. Além do mais, a maioria deles foi feita prisioneira em guerras cujo único objetivo é o de capturar homens para vendê-los, e o vencido acha bastante natural ser a vítima de um azar que fez correr o vencedor. O estado de guerra continua que o tráfico introduziu entre os africanos, é de tal modo horrível que, mesmo na escravidão, impede-os de sentir saudades da pátria, e dentre os negros aos quais perguntei se não desejavam voltar para a África, bem pouco não me responderam que a terra dos brancos era melhor, porque aí não se combatia continuamente. Seja como for, o que disse acima mostra que, no estado atual das coisas, devemos, para ser justo, fazer concessões aos partidários da escravidão. O negro, que cai nas mãos de um senhor bom e sinceramente cristão é, devemos confessá-lo, mais feliz do que a maioria dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos, não tem as mesmas inquietações, a fome e a miséria não o ameaçam constantemente, vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e aquilo de que carece seu senhor lhe dá. Se lançar um olhar para o

passado, reconhecerá que o presente é melhor, e o dia seguinte, se pensar nele, lhe trará as mesmas comodidades de que já goza. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 100).

Se todos os escravos fossem bem tratados, se todos os senhores fossem humanitários e bons, se dessem aos cativos melhores condições de vida do que as dos trabalhadores rurais livres naquela época, nem por isso a escravidão deixaria de ser repugnante. Não é tanto a maldade dos senhores, nem tanto o sofrimento dos cativos que deve provocar repulsa, o mais grave de tudo era a privação da liberdade sem caráter penal, era a degradação do homem a besta de carga que, nem por muito mimada, deixava de ser besta. O detestável era a sociedade em si, abstraindo-se do comportamento dos senhores e dos sentimentos dos escravos.

Aliás, é sabido que a miséria física na qual viviam os escravos só se podia comparar à abjeção moral, para a qual resvalavam quase sempre. As escravas, em sua grande maioria, eram consideradas devassas, prontas a satisfazer os apetites dos senhores e, na falta, os de qualquer homem. Os cativos, em proporção imensa, tornavam-se possuídos de maus instintos, executavam de boa vontade as violências ordenadas, inclusive o extermínio de quaisquer pessoas, desde que lhe pagassem por isto e os protegessem depois. Freyre (2003) assinala que “não há escravidão sem depravação sexual” (FREYRE, 2003, p. 440) e, acrescento, sem o desmoronamento de quase todos os bons sentimentos inatos, que são substituídos por outros piores, que constituem a vingança instintiva do escravo contra o escravocrata.

Não foi grande a população servil do então Arraial. De acordo com os dados do *Livro de Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais*, de Henrique Gerber (2013), em 1876, quando a Província de Minas contava 365.861 escravos, no Município da Marmelada, havia apenas 2.666. Para comparação, vejamos três municípios de maior e menor população servil no mesmo ano: os de maior escravatura eram Leopoldina, com 15.253 escravos, Juiz de Fora, com 14.368, e Queluz, com 13.993; os de menor número de cativos eram Pedra dos Angicos (hoje São Francisco), com 433, Jaguari, com 1.070, e Januária, com 1.115. Como se vê, na Zona da Mata, única cafeeicultora da Província, era onde convergiam em maior número os cativos.

Ainda sobre a presença de negros no município, segue uma escritura de compra e venda de escravo, lavrada no cartório do 1º ofício de Abaeté, 6º livro de notas, folha 144, a saber:

Saibam quantos este público instrumento de compra e venda virem que, sendo no ano do nascimento de N. S. Jesus Cristo de 1877, aos três dias do mês de novembro do dito ano, nesta Vila de Dores da Marmelada, Comarca de Pitangui, em meu cartório compareceram presentes as partes havidas e contratadas, de um lado, como

comprador, Aprígio Tavares da Silva, reconhecidos pelos próprios de mim, tabelião, e das testemunhas abaixo assinados, e pelo vendedor me foi dito, em presença das mesmas testemunhas, que é senhor e possuidor, livre e desembargado, da escravinha de nome Delmira, cor preta, idade 10 anos, filha de Baiana, já falecida, matriculada na Coletoria desta Vila a 5 de agosto de 1872, sob o nº 1.621, a qual vende e vendida a tem pela quantia de quatrocentos mil réis a Aprígio Tavares da Silva, cuja quantia recebeu ao passar a presente, e por isso na pessoa do comprador cede e cedido tem toda a posse, jus e domínio que na mesma tinha e o há por empossado dela. E sendo aí presente o comprador Aprígio Tavares da Silva, por ele em seguida me foi dito, em presença das mesmas testemunhas, que aceita a referida venda, na forma que lhe era feita e estipulada. Pagou a sisa, como se vê do talão nº 94 da Coletoria desta Vila, a 30 de outubro do corrente ano, na importância de 23\$000. Depois de escrita esta, eu, tabelião a li perante as partes, que reciprocamente aceitaram, outorgaram e assinam; e eu, como pessoa de fé pública, aceitei e outorguei em nome dos ausentes e pessoas a quem tocar possa. Testemunhas a tudo presentes, Modesto Pires Ribeiro e Joaquim Antônio Rodrigues, todos reconhecidos de mim, Antônio José Machado de Andrade, tabelião de notas, que o escrevi e assino, em público e raso. (CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ABAETÉ, 1877, p. 144).

Sabemos, na história do Brasil, que quando os protestantes vieram para país e se instalaram no estado pernambucano, trouxeram muitas novidades, sobretudo, mudaram um pouco a rotina de como era o trato com os negros cativos.

Os holandeses criaram sua própria igreja estatal nos moldes da Igreja Reformada da Holanda. Durante os 24 anos de dominação, foram organizadas 22 igrejas e congregações, dois presbitérios e um sínodo. As igrejas foram servidas por mais de 50 pastores (“predicantes”), além de pregadores auxiliares (“proponentes”) e outros oficiais. Havia também muitos “consoladores dos enfermos” e professores de escolas paroquiais. As igrejas destacaram-se pela sua atuação beneficente e sua ação missionária junto aos índios. Havia planos de preparação de um catecismo, tradução da Bíblia e ordenação de pastores indígenas. Todavia, levados por considerações econômicas e agindo contra as suas convicções religiosas, os holandeses mantiveram intacto o sistema de escravidão negra, ainda que tenham concedido alguns direitos aos escravos, como a guarda do domingo livre. (MATOS, 2011, p. 45).

O domingo habitualmente é o dia em que os católicos reservam para ir à missa. Os protestantes, no estado nordestino, respeitando especificidades do regime escravocrata, estenderam esse costume, próprio dos católicos e deles também, aos escravos. Como a influência eclesiástica pernambucana em Abaeté era constante, por responder ao Bispado de Olinda, alguns costumes, mesmo que seja uma postura adotada pelos protestantes no referido Estado, nos leva a acreditar que chegou até a região do Alto São Francisco.

O domingo pertencia aos cativos. Nesses dias, os que desejavam trabalhar para si, podiam fazê-lo. Muitos, acumulando pacientemente esta diminuta renda, juntavam o

necessário para comprar sua liberdade. Às vezes, iam comprando-a aos poucos e dava-se o caso de se estabelecer a comunhão num escravo, entre seu senhor e o próprio cativo. É importante destacar esse aspecto, pois, guardadas as devidas proporções, da mesma maneira, Chico Rei conseguiu aos poucos, explorando as entranhas da Encardideira, comprar sua carta de alforria e de outros pares, proporcionando, anos à frente, o surgimento do congado em Vila Rica, atual Ouro Preto. Veja-se, como prova disso, uma petição registrada nos autos do inventário de Valentina Angélica de Jesus, arquivados em Abaeté no Cartório do 2º Ofício, folha 75:

Recebi do meu compadre escravo Camilo, escravo que ficou por falecimento de meu sogro Pedro Ordenes da Cunha Lara, cuja quantia recebida é de 200\$000, para sua liberdade, e para o mesmo fim dou mais 100\$000 no valor dele, que fica a soma trezentos. Ficará de hoje em diante senhor e possuidor desta quantia em si liberto, ficando eu sempre obrigado a tudo o quanto for necessário para sua liberdade, nesta quantia de 300\$000 já declarada. E para seu título mandei passar o presente, que vai por mim assinado, em presença de testemunhas abaixo assinadas. (CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE ABAETÉ, 1862, p. 75).

Ressaltamos, anteriormente, a disposição dos cativos para o crime. Parece, à primeira vista, que eles deviam ter interesse em ir para a cadeia, onde ficariam ociosos, garantidos em seu sustento e embalados em seu sono pelo Estado paternal. Nada disso! A lei que vigorava naquele momento era sábia; se o criminoso escapava à pena capital (forca) e à lei Gales (trabalhos forçados), só lhe restava à alternativa dos açoites, cujo número a sentença devia fixar, não se podendo aplicar ao condenado mais de 50 por dia, era a única limitação ao arbítrio do juiz. Depois de convenientemente açoitado, voltava o réu para o cativo; era devolvido ao dono, que se obrigava a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira determinados na sentença, conforme o art. 60 do velho Código Criminal de 1830. Como exemplo, veja sentença proferida ao escravo Tibúrcio, de acordo com processo arquivado no Cartório do 1º Ofício, 9º livro, folha 81 do ano de 1882, a saber:

Termo do 4º dia de aplicação de açoites.

Aos 16 dias do mês maio de 1882, nesta Cidade de Abaeté, em a cadeia mesma, onde presente se achava o juiz municipal em exercício, Tenente Baldinho Soares Branco, comigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, aí pelo dito juiz foi ordenado a Agostinho Vaz Magana que aplicasse no réu Tibúrcio, escravo, em execução da pena que lhe foi imposta por decisão do júri, duzentos açoites e que os mesmos fossem aplicados 50 diários. Em seguida, o referido Magana, penetrando na enxovia e amarrando o réu nas grades da mesma, aplicou-se os números de 50. Tendo por esta forma o réu sofrido os 200 açoites em execução da pena que lhe foi

imposta, o juiz deu terminada a aplicação dos açoites e mandou lavrar este termo, que assina. Eu, Joaquim Alves de Andrade, escrivão, o escrevi. (a) S, Branco. (CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ABAETÉ, 1882, p. 81).

De acordo com Oliveira (1970):

Aquele 13 de maio de 1888, foi de geral satisfação e de grandes festas, aquele em que chegou a esta cidade a notícia da Lei Áurea. Os excetivos deliravam de contentes; o grosso da população solidarizava-se com eles e os ex-senhores, sorrindo amarelo, não davam o braço a torcer; fingiam estar satisfeitos também. À noite, puseram-se luminárias, dependurando-se lanternas coloridas nos portais da frente das casas, o que constituía, naquela época, a máxima demonstração de regozijo. Mestre Tôco, como ex-escravo, mobilizou prontamente a banda de música, e nunca tocou com tanta boa vontade e inspiração. Organizou-se uma grande passeata popular pelas ruas da cidade comemorando a boa nova. Seria essa comemoração uma apresentação de congado que outrora era marginalizada, agora com as prerrogativas da Nova Lei, eram festejos de homens livres!. (OLIVEIRA, 1970, p. 341).

Portanto, nessa trajetória histórica de Abaeté, alguns aspectos foram sinalizados quanto à presença de escravos na gênese da cidade. Desde a chegada dos sertanistas, a emancipação política do município é perceptível à figura dos negros. A construção da primeira capela, a exploração de diamantes e o entorno das grandes fazendas da região, todas revelavam a movimentação constante de cativos. Além de todos esses aspectos diretamente ligados a construção de Abaeté, podemos sinalizar a proximidade da cidade com as irmandades de localidades vizinhas.

A história das irmandades no Brasil está diretamente associada à figura do negro e a uma agenda de lutas. Essas irmandades proporcionaram a um grande número de negros adotarem o sincretismo religioso, ou seja, a junção entre a religião africana tradicional e todas as crenças pertinentes ao catolicismo europeu, viabilizando o surgimento do congado. Nesse sentido, a configuração dos bispados de Pernambuco e de Mariana foi salutar para que isso acontecesse, nesse processo, a que se destacar, também, a importância missionária.

Os missionários tiveram um importante papel na história de Abaeté. Com suas ações de peregrinação por todo o Alto São Francisco, mais especificamente nos arredores de Abaeté, onde proporcionaram mais integração entre os povos da região. Esse trabalho viabilizou uma identidade social religiosa entorno da mensagem cristã em relevo para os negros, a figura de Maria, ilustrada em Nossa Senhora do Rosário, ponto de referência do

congado. Nessa relação dos fatos históricos sobre o Município de Abaeté e na caracterização do que seja o congado que poderemos compreender a simbiose entre ambos.

4 O CONGADO E A CIDADE DE ABAETÉ

Chegamos à encruzilhada dos acontecimentos. Sabemos que a valorização da memória é decisiva na identificação de qualquer sociedade que queira conhecer-se como tal. Nas comunidades africanas, essa preocupação sempre foi uma constante, mesmo correndo o risco dos ensinamentos se perderem através dos anos, a oralidade, como forma de perpetuar o saber, foi o recurso utilizado pelos negros no tempo do cativo, e o fogo, a inspiração que não deixava o conhecimento sucumbir jamais.

Nesse sentido, falar do congado como um dos alicerces memorial de Abaeté significa não só resgatar um pouco da história local, mas também de parcela importante da cultura nacional. Uma história marcada por especificidades, sem, no entanto, perder de vista uma das temáticas sempre presentes na evolução do congado, a luta constante dos ideais de liberdade. Ideais que extrapolam os grilhões no tempo dos cativos que, atualmente, podem simbolizar uma sociedade mais justa e igualitária. Acreditamos que, por isso, o congado, ainda hoje, resiste e persiste, para além dos anos em Abaeté. É perceptível o quanto a cidade tem lutado contra as investidas dos novos tempos, que insistem em sucumbir sua cultura em nome de um capitalismo consumista, no qual o conceito de tradição remonta ao velho e ultrapassado e que precisa ser superado pelo novo e moderno. Porém, apesar das dificuldades, o congado ainda persevera na cidade, assim como os negros das senzalas, congadeiros de hoje, procuram manter acesa a chama do fogo que resguardam suas raízes, mantendo suas tradições vivas.

A diversidade típica de um país com dimensões continentais, para muitos, inviabiliza, de forma clara, o entendimento do que seja o congado. Caracterizado pela diversidade de histórias a respeito dos componentes sincréticos e ideológicos, de fato pode-se afirmar que o congado é tupiniquim. As influências que vem recebendo do regionalismo brasileiro, desde século XVI, possibilitaram uma caracterização específica do reinado no congado, como o processo de coroação de reis e rainhas e cortejo pelas ruas, os quais estão intrinsecamente ligados a elementos da corte luso/africana, além do catolicismo e as religiões de matrizes africanas. Sendo assim, por toda a sua trajetória nas mais variadas regiões do país, perpassando comunidades, quilombolas, é salutar reafirmar a importância do congado na cultura brasileira. Por acreditar nessa proposta, que, de fato, o congado pode e deve constituir uma parcela importantíssima da memória cultural do povo de Abaeté.

4.1 A institucionalização do congado

A relação do congado com Abaeté pode ter sido iniciado quando a cidade ainda era apenas um povoado a constituir-se. Dos primeiros sertanistas até bem próximo da emancipação político-administrativa da cidade, Abaeté, respondeu eclesiasticamente a Pernambuco. Sabendo da força política e principalmente religiosa do Estado nordestino, pois comandava a economia açucareira do Brasil na época, é bem provável que ritos seguidos no *Arraial Novo de Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada* eram os mesmos cultivados em Olinda, sede do Bispado.

A chegada do congado no Brasil é datada por volta da primeira metade do século XVIII, no estado de Pernambucano, quando os negros oriundos da África vieram para trabalhar nos engenhos de açúcar. Como o congado comporta, na sua estrutura, a mistura do catolicismo europeu com traços africanos, é provável que só tenha tomado as dimensões que alcançou pela grande presença dos negros em todos os cantos, mas também pelo trabalho dos padres peregrinos que, como representantes de Deus, levavam costumes e rituais de todos para todos os lugares. Nessa leva de ir e vir, as festas de reinados que compunham o ideal do congado, permitidos pela Igreja, teriam chegado à mesma data de edificação dos povoamentos da região, passando por Paracatu à freguesia de Dores do Indaiá, chegando ao *Arraial Novo*.

Durante todo o período do século XIX e até os anos de 1960, o congado em Abaeté sobreviveu à margem da sociedade por ser formado por negros, mas, sobretudo pelas conotações pejorativas que o mesmo recebeu. “Conhecido” por abrigar pessoas de índole questionável, essa visão do congado, só começou a modificar e ter uma aceitação pela população de Abaeté a partir da década de 1960. Dessa época até nossos dias, alguns fatos marcaram a relação do congado com Abaeté. Aliado ao desenvolvimento da cidade, o congado também evoluiu como manifestação popular levando-o a criação de uma associação e institucionalização jurídica.

Em meados dos anos 60, o Concílio Vaticano II se reorganizou em termos de aproximação das tradições religiosas não católicas. Nesse sentido, as missões católicas se abriram novamente ao diálogo em busca de transmitir a mensagem de Cristo. Essa retomada de diálogo gerou uma nova aproximação entre a Igreja Católica com as manifestações religiosas populares que convergiam o pensamento cristão às religiões de matrizes africanas,

entre elas, o congado. Sobre essa reaproximação consta no livro *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*, no capítulo que trata do Decreto *Ad Gentes* sobre a Atividade Missionária da Igreja a seguinte questão:

A Igreja tem de estar presente a estes agrupamentos humanos por meio dos seus filhos que entre eles vivem ou a eles são enviados. Com efeito, todos os fiéis cristãos, onde quer que vivam, tem obrigação de manifestar, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, o homem novo de que se revestiram pelo Batismo, e a força do Espírito Santo por quem na confirmação foram robustecidos, de tal modo que os demais homens, ao verem as suas boas obras, glorifiquem o Pai e compreendam mais plenamente o sentido genuíno da vida humana e o vínculo universal da comunidade humana. (DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1997, p. 447).

No início do ano 1965, um grupo de militantes do congado, contando com a colaboração de religiosos, entre eles, Frei Gustavo, começou a se organizar visando diminuir as distâncias entre a Igreja e os congadeiros da cidade. Após quase um ano de discussões, em 11 novembro de 1965, foi aprovado e estabelecido o primeiro estatuto da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, que veio a dar legitimação à manifestação religiosa Afrodescendentes do Brasil. Fizeram parte dessa comissão, além do Padre Frei Gustavo, vigário paroquial, os senhores: Geraldo Lourenço da Silva, Geraldo Espírito Santo, Gentil Lúcio de Jesus, Francisco Lopes, José Domingos, José Martins, Joaquim Arruda, Geraldo Estevão Chaga e Caetano José Pires. A legalização com CNPJ só ocorreu em 08 de novembro de 1979.

As forças dos acontecimentos só fizeram crescer os laços da cidade em torno do congado. Raramente, encontrava-se uma família que não tenha uma ligação direta com o congado, seja como dançante ou festeiro, em devoção à Senhora do Rosário. O dia devotado à Santa é 7 de outubro, mas as comemorações começam em julho, na cidade. Os festejos são realizados durante três dias, recebendo congadeiros de várias partes de Minas Gerais. Atualmente, a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que procura relembrar a história dos negros no tempo dos Reinados, é composta por dezesseis guardas de dançantes e uma representação dos escravos.

4.2 Os festejos de Nossa Senhora do Rosário em Abaeté

Antes de iniciarmos a apresentação deste item, vale ressaltar que as informações contidas neste e no próximo item (4.3) foram encontradas em reportagens sobre os 50 anos dos festejos de Nossa Senhora do Rosário em Abaeté-MG (NOSSO JORNAL, 2015) e no livro de registros das guardas, da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté. Esses registros demonstram a organização e importância dos festejos para a cidade.

Esses festejos ocorreram em 2015, entre os dias 1º e 13 de julho, nos quais foram comemoradas as Bodas de Ouro da Festa do Congado de Abaeté. Cinquenta anos de luta para manter viva a manifestação de rituais próprios, de respeito e amor as suas raízes, por meio dessa celebração anual. São pessoas que, durante todo o ano, compõem e ensaiam suas músicas, suas danças, procurando manter sempre seus princípios de fé, fortalecendo a nossa cultura popular. Em 2015, a festa foi enriquecida com a presença de 36 guardas visitantes, que se juntaram aos 16 ternos de Abaeté. Sob o mesmo espírito religioso, os dançantes alegraram, envolveram e coloriram toda a cidade com seus tambores, fardamentos e adereços. A comemoração do cinquentenário contou, também, com a presença do Superintendente de Interiorização e Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, João Miguel, do prefeito Armando Greco, de padres e freis franciscanos, de lideranças e devotos da comunidade.

A programação de sábado, dia 11, teve início com a apresentação dos ternos, na escola Frederico Zacarias, na qual os capitães foram homenageados e receberam uma placa com a imagem de Nossa Senhora do Rosário. A homenagem representou um reencontro entre gerações, e a sociedade abaeteense pode ver pessoas, com as quais convivem no dia a dia, que são responsáveis por manter vivas as raízes do congado por meio da participação de famílias inteiras. Uma tradição representada por avós, pais, filhos, netos, sobrinhos e familiares.

No domingo, dia 12, houve o ponto alto da festa, quando grupos de Dores do Indaiá, Luz, Quartel Geral, Bom Despacho, São Gotardo, Soledade, Ibitaré, Paineiras, Perdígão, Nova Serrana e Betim vieram participar do desfile. Nesse dia, foram recebidos pela Associação do Congado de Abaeté, e os festeiros ofereceram o café e a alimentação a todos. Toda a apresentação foi acompanhada pelas músicas cantadas e pelas danças, ao ritmo envolvente dos tambores, pandeiros, tamborins, sanfonas e outros instrumentos que arrepiavam e emocionavam as pessoas que assistiam. Além disso, as vestimentas correspondiam à importância do dia, cores, pedras, paetês, correntes e terços ornamentavam e coloriam-nas. Fardamento bem posto e caprichado por costureiras, desenhistas que trabalharam com afinco

para abrilhantar a festa. A procissão dos congadeiros acompanhados por reis, rainhas, príncipes, princesas, condessas, com os andores de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito, foi o ponto culminante do domingo, encerrado com fogos, celebração eucarística e muita alegria dos visitantes, que agradeceram com danças e músicas, antes de retornarem às suas cidades.

Na segunda feira, dia da visita à Prefeitura, casa paroquial, vila e devotos. A festa foi encerrada com a missa de despedida, apresentação das guardas de Abaeté, descerramento dos mastros e agradecimento de toda a comunidade congadeira pela realização do evento. Pela quantidade e diversidade de guardas presentes no domingo e o pouco tempo que tinham para cumprir todo o percurso do dia projetado pela Associação do Congado, não foi possível fazer um mapeamento mais aprofundado sobre as guardas que vieram de fora de Abaeté. Apesar disso, as que são oriundas do município foram analisadas quanto as suas origens e perspectivas em relação ao congado local.

4.3 As guardas de congado

Nenhum festejo de Nossa Senhora do Rosário seria completo sem as tradicionais guardas de reinado ou congado. Em Abaeté, essas guardas são as responsáveis por abrilhantar os três dias em comemoração e devoção a Nossa Senhora. Algumas, que veremos a seguir, está há cerca de cinquenta anos carregando a bandeira da santidade de sua devoção. A riqueza de detalhes das vestimentas e a diversidade de bailados são uma das características que marcam essas guardas, que são os baluartes desse evento e perduram através dos tempos. A seguir, apresentamos a caracterização e históricos das guardas de reinado de Abaeté¹⁰:

Guarda Congo Penacho: Esse congo lembra a dança e a cantoria realizada por caboclos, índios e negros, como um povo só, ao avistar Nossa Senhora à beira mar. Por representar essa unicidade, é ele que vem à frente de toda procissão congadeira. Em Abaeté, o Congo Penacho surgiu na década de 80, a partir do Catupé do Reco-Reco, atual Cazuá. Para isso, contou com a ajuda do 1º presidente da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, o Sr. Manoel Carvalho, e com as sábias orientações do Capitão do Penacho de Dores do

¹⁰ Os dados referentes às guardas de reinado de Abaeté são baseados no livro de registro das guardas, da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté e arquivos pessoais.

Indaiá, Sr. Ulisses. O Penacho é composto por irmãos, filhos, sobrinhos, primos, netos e pessoas que, de uma forma ou de outra, acabam criando grandes vínculos afetivos nesse meio. Aos 85 anos de vida, o Capitão Geraldo Julião preserva a linhagem do Congo dos Caboclos Penacho, expressando a religiosidade e o respeito, essenciais para a harmonia e o crescimento desse grupo. É uma guarda de tradição e princípios religiosos, de ritmos rápidos, com muita dança. A bateria é composta por sanfona, caixas cobertas com couro, pandeiro, banjo e maraca. A caracterização do Penacho é feita através de vários elementos: fundamentação mística, função, vestuário, símbolos condutores, instrumentos distintos de movimento e dança, além da linguagem dos cantos. O próprio vestuário se prende à estrutura do mito de que negros, índios e caboclos se enfeitaram e dançaram, festejando a aparição da Virgem Maria em alto mar. Através dos cantos e dança, procuram preservar sua história, nunca esquecendo de que congadeiro é povo abençoado por Deus.

Guarda Congo Real: Como o próprio nome indica, esse Congo representa a dança dos reis em louvor a Nossa Senhora ainda na África. Tem ritmo lento e cantoria compassada. A guarda mais antiga de Abaeté, Congo Real foi fundada em 1930, conforme registros da Associação do Congado. Hoje, com 22 integrantes, é comandada por José Antônio de Sousa (Azulão) e Carlos Antônio da França (Carlinhos). Traz, em sua história, a força e a paixão de saudosos congadeiros, como Zé Barcelos, Crioulo, Maurício, Tõe Parafuso e tantos outros que plantaram as sementes dessa forte tradição de fé, cultura e religiosidade popular na Cidade Menina. Em relação a essa guarda, podemos destacar a importante participação do Congo Real na construção da igreja do Rosário. A Igreja foi inaugurada em 1976 e contou com a participação de vários familiares pertencentes à guarda, tanto na inauguração quanto em sua construção – foram arrecadados muitos materiais, como tijolos, cimento e areia. À frente da coleta dos materiais estavam os dançantes do Congo Real.

Guarda Congo Sereno: Esse congo procura lembrar-se das cantigas e danças realizadas na senzala, nas madrugadas, festejando Nossa Senhora. Como não podiam fazer barulho, cantavam e dançavam serenamente. Há oito anos, essa guarda é comandada pelo capitão Carlito Teodoro de Lima. Não se sabe ao certo quando foi fundado esse terno em Abaeté, cujo primeiro capitão foi Antônio José Elias de Souza, mas é uma guarda antiga, que vem de gerações passadas. Já teve, por diversas vezes, suas atividades paralisadas e recomeçadas. Percebe-se que, atualmente, o maior desafio dessa guarda é aumentar o número de integrantes do Congo Sereno. Ela conta com 37 congadeiros para promover a roda de cantoria e

incrementar a representação do chamado “combate”, a batida de bastões em memória aos confrontos vivenciados pelos negros.

Guarda de Moçambique: Considerada a guarda mais importante e fundamental da Festa do Rosário, responsável por puxar a imagem de Nossa Senhora, o terno Moçambique foi fundado em 1965, por integrantes oriundos do Catupé do Cazuá. As guardas de Abaeté fundadas há muitos anos e que perpetuam, passando o comando de pai para filho. Por exemplo, no Moçambique, sua base está no Catupé do Cazuá, que outrora fora fundado por Tunico Cortado, no século passado. Depois, o comando passou para seu avô Quintino e, na sequência, para seu pai, Mozar Amaro da Silva. Foi senhor Mozar quem fundou o Moçambique e, há cerca de 25 anos, passou o terno para a responsabilidade do filho Tinoco. Com 55 integrantes, o terno Moçambique possui um ritmo mais lento, sem grandes passos de dança, mais focado no canto, em louvor a Nossa Senhora. Foi o Moçambique que Nossa Senhora acompanhou após diversos congos cantarem e dançarem para ela, durante sua aparição em uma nuvem que, ao tocar a terra, virou pedra. Ela seguiu o Moçambique durante longa procissão, com os demais congos à frente, e desapareceu. Se a cidade não tem Moçambique, somente o Cazuá tem permissão de buscar Nossa Senhora.

Guarda Congo Vilão: Com cantoria e ritmo balanceados, esse congo foi nomeado de Vilão pelos negros fracos e velhos que viviam nas senzalas. Como eles perdiam o direito à comida por não mais trabalharem, os escravos mais jovens esperavam anoitecer, assaltavam a despensa da casa grande e cozinhavam, ainda à noite, para alimentar os velhos negros. Nos dias de festa, os jovens nomeados de vilões cantavam pedindo perdão a Nossa Senhora pelo ato feito. Fundado em Abaeté, em 2008, com 40 pessoas, o Congo Vilão conta, hoje, com 63 integrantes da região do bairro São Pedro, liderados pelos capitães Bruna Pereira, Éder Braga e Tamires. Os ensaios são realizados na casa do casal Bruna e Éder, que também são responsáveis pela criação do figurino, compra dos tecidos, confecção das saias e dos chapéus, doados aos dançantes da guarda, a maioria crianças e adolescentes. Outro congadeiro responsável pela criação do terno foi Luís Carlos.

Guarda de São Benedito: Essa guarda louva e saúda um dos santos da devoção de Chico Rei, São Benedito. Através de seus cantos balanceados, pede paz, proteção a todos os povos. Há 25 anos, Arilda Antônia Gomes (Bete) e Cristina coordenam a guarda de São Benedito, uma verdadeira família, com cerca de 60 congadeiros do Bairro São João, alguns deles

bebezinhos de colo, que acompanham as mães. A guarda foi fundada pelo Zinácio, do Pau d'Óleo, que, há muitos anos, tinha uma fazenda lá no Abaetezinho, onde faziam a Festa de Nossa Senhora do Rosário. A guarda São Benedito veio do Congo Real, através do Ari Preto, do Crioulo, do Tõe Parafuso, do Juracir, Dona Fulô, Dona Tereza, que brigaram demais para manter essa tradição. Ela se chamava Congo Real Mirim, porque nasceu como uma filial do Congo Real.

Guarda de Contradança Santa Efigênia: É uma guarda de ritmo muito esperto, representante dos negrinhos, moleques de recado no tempo da escravidão. Dentre as crianças negras, somente as mais espertas e travessas eram escolhidas para servir à casa grande. As festas nas senzalas eram sempre alegradas por elas. Em Abaeté, essa guarda foi criada em 1992, com o objetivo de alegrar as Festas do Rosário e, dos seus 51 integrantes, a grande maioria são crianças e adolescentes. Há 23 anos, quem comanda essa guarda é a Dona Maria, no entanto, o fundador da Contradança foi seu marido, João Roxinho, a pedido dos filhos. Como ele era capitão-mor, não podia tomar conta da guarda, então, repassou o comando geral para sua esposa. No início, eram 25 componentes, além de Dona Maria, os mais velhos são os capitães, Halinho e Chiquinho, ambos com 39 anos. Em 21 anos, a contradança é responsável pelo levantamento do mastro de Santa Efigênia, em torno do qual são trançadas as fitas, no bailado que alegra e encanta a todos. Em algumas cidades, é a contradança que puxa a procissão. Em Abaeté, esse papel ficou com o Congo Penacho, mas a contradança faz de tudo: canta, dança e reza.

Guarda Estrela da Guia: No ano do seu cinquentenário (2015), o Rosário de Nossa Senhora ganhou uma nova conta: a guarda Estrela da Guia. Vindo de uma família religiosa e congadeira, com muita fé e devoção a Nossa Senhora do Rosário, o idealizador, José Lúcio da Silva, resolveu montar a guarda de Abaeté, juntamente com sua família e amigos. A escolha do nome foi simples e objetiva, numa homenagem à Estrela de Davi, que iluminou e guiou os três reis santos até o Menino Jesus, filho de Nossa Senhora. O céu é imenso e contém várias estrelas, assim como o congado de Abaeté, agora, a guarda Estrela da Guia também faz parte dessa constelação. A guarda tem 43 integrantes, e é comandada pelo senhor José Lúcio e sua filha Amanda, que é a capitã da Estrela Guia e compositora das músicas, que têm ritmo balanceado e cantoria alegre.

Guarda do Divino Espírito Santo: É uma guarda de dança esperta e de grande valor cristão. Representa primeiramente Deus, pois, se não fosse o Todo Poderoso, nada existiria. Essa é a mensagem da guarda. Ela foi fundada no dia 24/09/2002 e tudo começou como um grande sonho. No primeiro dia de treino, havia 58 integrantes reunidos em torno de um balde de banha vazio, no quintal de Dona Judite Rodrigues, no bairro São João. No início, essa guarda não tinha instrumento nenhum, nem dinheiro pra comprar as roupas. Nessa fase difícil, a Divino Espírito Santo recebeu o apoio de muitas guardas, principalmente da guarda de São Benedito, que emprestava os instrumentos para os ensaios. No primeiro ano, houve uma grande perda, com a morte da primeira rainha coroada de Abaeté, Dona Fulô. A guarda sempre contou com grandes devotos, como a rainha perpétua Carmélia e Sílvio de Assis, rei em memória. Atualmente, é composta por 43 integrantes.

Foto 2 - Guarda do Divino Espírito Santo – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté (2007).



Fonte: Arquivo do pesquisador.

Guarda Catupé do Pandeiro: A segunda guarda mais antiga de Abaeté, Catupé do Pandeiro foi fundada pelo saudoso Tõe Foieiro e é dirigida, há várias décadas, pelo Capitão Pedro Rodrigues da Silva. Ao longo dos anos, dançantes de renome na cidade, que já não estão mais entre nós, fizeram parte dessa guarda, como o Sr. Zé Maruca, Sr. Otávio, Tõe Guilherme, Joãozinho Gonçalves, João Vitória, Garrincha, Zé Gonçalves, Butata, Paulinho Caxeiro, Zé Pedreiro, Vantino, Tõe Juquinha, Pixincha e Dimas Baltazar. Grandes nomes da década de 80, uma verdadeira seleção do congado, um alicerce para os outros que continuam levando essa tradição, com muita fé e alegria. Atualmente, o Catupé do Pandeiro conta com 39 integrantes.

Guarda Catupé do Rosário: A guarda Catupé do Rosário foi fundada no ano de 2011, numa homenagem ao saudoso Tõe Foeiro, que ensinou a devoção e o amor a Nossa Senhora do Rosário aos integrantes, inclusive aos pequeninos, que aprenderam ali a serem congadeiros de coração. São 35 integrantes entre crianças, jovens e adultos.

Guarda Catupé do Tamborim: O Catupé do Tamborim foi uma das primeiras guardas montadas em Abaeté, nascida em 1975, vindo logo após Cazuá e Moçambique e antecedendo a do Penacho. O capitão dessa guarda é Evando José da Silva, filho do saudoso Vicente Camucica da Silva, mais conhecido como Vicente Soares. Essa guarda, que começou com apenas quinze integrantes, hoje conta com 40 pessoas, entusiasmadas em manter a tradição da família e de suas raízes.

Guarda Catupé de Santa Efigênia: Outra guarda criada no ano do cinquentenário da Festa do Congado de Abaeté. Sob a liderança do capitão Mauricélio Paulo de Lima, ela conta com 20 integrantes, vindos de outros ternos, que resolveram se unir em busca do seu próprio ritmo e sistema de trabalho. Como está começando agora, é difícil precisar se suas bases serão sólidas a ponto de se manterem. Até estabilizar, o terno costuma ficar desacreditado.

Guarda Unidos de Nossa Senhora Aparecida: Com 35 integrantes, a guarda Unidos de Nossa Senhora Aparecida foi fundada em 2004, composta por irmãos, sobrinhos, marido, primos, cunhada, netos, noras, tipicamente familiar. Tem dois ou três de fora, mas considerados também da família, porque, desde que a guarda foi instituída, participam na composição. A Unidos de Nossa Senhora Aparecida é liderada pela 2ª capitã, Ivonélia Geralda de Sousa, fundadora do terno, juntamente com a irmã Geralda, 1º capitã, e o pai, que se afastou do movimento ao mudar de religião. As letras e músicas em louvor à Nossa Senhora são compostas pelas irmãs que, depois, reúnem a guarda e passam os ritmos para a bateria. Nas apresentações, Ivonélia canta e a turma toda acompanha no refrão. Para confeccionar os figurinos, as capitãs conservam um cofrinho, onde juntam as contribuições dos congadeiros, devotos e as rendas de um forró que promovem, além da ajuda da Prefeitura.

Guarda Estrela do Rosário: Essa guarda faz alusão a Nossa Senhora e ao Rosário. Como estrelas, os congadeiros têm o compromisso de iluminar o Rosário de Nossa Senhora, através da bonita dança e dos cantos. Primeira guarda em estilo gaúcho de Abaeté, a Estrela do

Rosário foi fundada em 2011, por iniciativa de Eduardo Ribeiro (Du da Bola), congadeiro desde os sete anos de idade, quando ingressou na guarda infantil Congo Real, então liderada pelo Capitão Crioulo. O ideal dessa guarda, além de incrementar a cultura na cidade, é apresentar aos jovens do município uma outra alternativa de se divertirem sem usar o álcool, drogas ou mesmo caírem na prostituição, que são problemas sociais que afetam o município. Essa guarda gaúcha tem o mesmo estilo da originária, de Dores do Indaiá, com uma exceção: nesta todos os componentes são homens. A crítica é que mulher não usa bombacho, nem chiripá. Por incrível que pareça, hoje, o congado está sendo dominado pelas mulheres. A Estrela do Rosário tem 90% de mulheres e está rompendo com mais um tabu.

Guarda Rosas de Ouro: Conta a história que o Rosário provém de uma coroa de rosas que se colocava antigamente na cabeça da Virgem Maria. Daí o nome Rosas de Ouro. Fundada em 1988, pelo Sr. Gelomé Soares de Abreu, a guarda originou-se de uma promessa. Devido a um sério problema de saúde vivido pelo filho Ivanir, Sr. Gelomé pediu a Nossa Senhora do Rosário que intercedesse a Deus por ele, e a graça foi alcançada. Agradecido, ele prometeu à “Virgem Mãe do Rosário” que seu filho seria dançante de Congada por toda a vida. Sempre acompanhado pelo pai, Ivanir passou por algumas guardas, mas não se identificou com nenhuma, então, o Sr. Gelomé decidiu fundar uma guarda composta por crianças, adolescentes e jovens, a qual seria comandada por seus familiares. O nome “Rosas de Ouro” foi em referência às rosas ofertadas a Nossa Senhora, em agradecimento a tantas graças alcançadas em sua família. Inicialmente, a Guarda não tinha instrumentos, os integrantes ensaiavam tocando uma sanfona de brinquedo e caixas de papelão, só mais tarde, foram adquiridos os instrumentos adequados. Os primeiros capitães foram Ivanir e Irilda, depois passaram para Íris, Arlete, Renata, Patrícia, Jaqueline, Flaviana, Amanda e Simone. Atualmente, as capitãs são Maria Eduarda e Simone. Com 27 anos de existência, Rosas de Ouro passou por várias tribulações e inúmeros problemas que quase levaram à sua extinção. Mas, graças à perseverança dos componentes da guarda, que são unidos como uma verdadeira família, o terno continua na sua simplicidade, cantando e dançando, sempre com devoção para louvar a nossa Mãe, Nossa Senhora do Rosário. Sem perder a tradição folclórica, a guarda tem um jeito autêntico de dançar e cantar. A maioria de suas músicas é composição dos integrantes, que trazem letras louvando Nossa Senhora do Rosário, com ritmos de músicas sertanejas e caipiras.

Guarda das Escravas: A memória dos duros tempos de escravidão no Brasil é reverenciada pela presença da Guarda das Escravas, que representam as mães pretas dos congadeiros, ao lado da Princesa Isabel, do Rei do Chicote e da Rainha Condessa. Há 30 anos, as escravas fazem parte da Festa do Rosário de Abaeté. Na procissão, elas ficam à frente do cortejo real e carregam ornamentos como rocas, gamelas, pilões, colheres de pau, que simbolizam o trabalho exercido na escravidão.

Foto 3 - Guarda das Escravas – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté (2000)



Fonte: Arquivo do pesquisador.

4.4 O reconhecimento nacional do congado de Abaeté

Analisando o histórico e a caracterização das guardas, percebe-se que, entre elas, existe uma ligação muito estreita – a maior parte dos integrantes já transitou por outras guardas, trazendo e levando um pouco de uma para outra. É notório que cada uma mantenha uma espinha dorsal, principalmente por estarem ligadas por laços familiares, ou seja, percebe-se uma manutenção das capitâneas, mas a rotatividade é muito grande em relação aos soldados de Nossa Senhora. O interessante mesmo, que fica subentendido, é que, de certa maneira, essa transitoriedade contribui para que todos conheçam a história e o perfil das guardas da cidade. Com o conhecimento que vão adquirindo, reforça a tradição do congado na cidade, preservando a memória local, de tudo, isso é o mais enriquecedor.

Olhando a história de Abaeté e a do congado, percebemos que ambos trilham caminhos que convergiram numa mesma estrada em busca de realizações. Por tudo isso é que

podemos olhar pelas lentes do tempo e, com certeza, afirmar que o congado é inerente ao povo de Abaeté. Hoje, a cidade conta com uma população de aproximadamente 23.000 habitantes e tem como carro-chefe de sua economia, a agricultura e pecuária, mas também é conhecida pelos biscoitos de queijo. A cidade possui rico artesanato em cerâmica, de pedras vitrificadas, utilizadas para confecção de bijuterias. Faz parte da bacia hidrográfica da represa de Três Marias e, aliado ao carnaval, intitulado Abaeté Folia, o congado é a grande referência de turismo do município.

Observando esse cenário, sobretudo a importância do congado, no período de abril a setembro de 2007, desenvolvi um projeto de extensão intitulado *Congado: memória de um povo*, com recursos do Programa de Bolsas de Estudos – PROUEMG. Esse trabalho teve como objetivo possibilitar mais interação entre a Fundação Educacional de Divinópolis, unidade da Universidade do estado de Minas Gerais, através de seus institutos em Abaeté Instituto Superior de Educação do Alto São Francisco (ISAF) e Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ISAB), com a população local, por um aspecto peculiar: o congado. Nesse sentido, procuramos realizar um levantamento das guardas de reinado existentes na cidade, viabilizando um diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade local, na esperança de que pudesse gerar um trabalho maior, estreitando o relacionamento entre ambos.

Entre as ações realizadas, foi possível produzir um DVD sobre a tradicional festa de Nossa Senhora do Rosário em Abaeté. Além dos festejos, o filme focalizou o encontro de todas as guardas da cidade à época e de alguns congadeiros tradicionais da região Centro-Oeste e do Alto São Francisco, envolvendo, assim, um grande número de adeptos do congado. As filmagens duraram três dias. Tudo que envolvia os festejos foi registrado, desde os cafés oferecidos pelos festeiros, passando pelos tradicionais almoços, à descida do mastro no encerramento da festa. Enfim, esse trabalho foi o mais completo em termos de audiovisual já realizado sobre o congado na cidade.

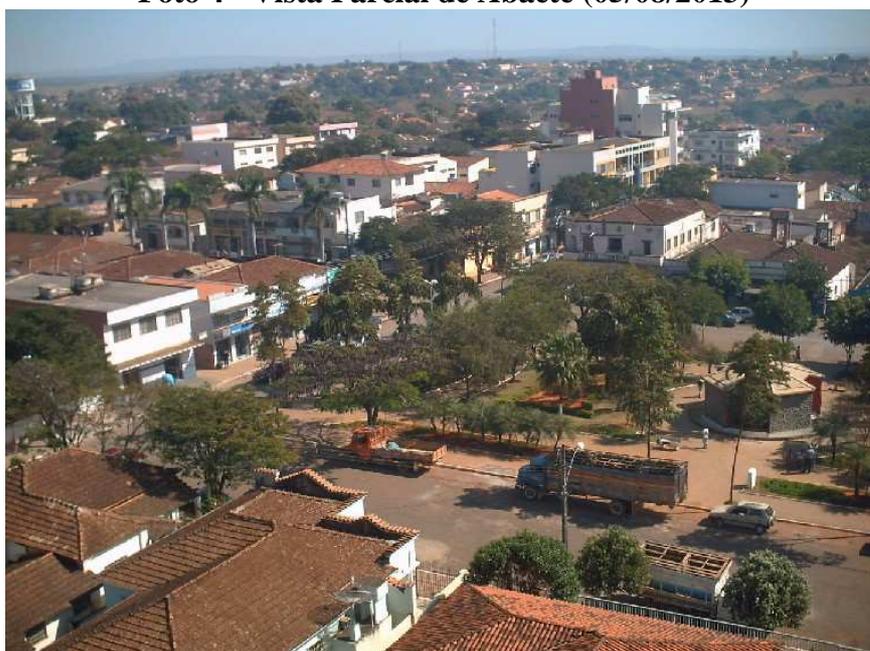
Ao final do projeto, aconteceu, um encontro cultural, no qual todas as Guardas de Reinado locais se apresentaram, marcando o lançamento oficial do DVD. Os Capitães de Guarda, representando seus comandados, receberam da Fundação Educacional de Divinópolis (FUNEDI)/UEMG o DVD contendo os melhores momentos da festa e um resumo da produção cultural de Abaeté.

A riqueza do material coletado fez com que fosse mais bem aproveitado. Por meio do Departamento de Extensão, o material coletado para a produção do DVD, foi inscrito no concurso *Prêmio Culturas Populares 2007 – Mestre Duda 100 Anos de Frevo do Ministério*

da Cultura. Seriam avaliados, os melhores trabalhos envolvendo a diversidade e identidade cultural do país. Publicado no edital número 9 do Diário Oficial da União, na Seção 3, no dia 26/12/2007, e no site www.cultura.gov.br/site, o conjunto da obra foi um dos 260 trabalhos classificados e selecionados para receber a premiação estipulada (R\$ 10.000,00), dentre os mais de 800 trabalhos inscritos em todo o país. Essa premiação, à época, foi repassada para os congadeiros. Durante dois anos, dez alunos tiveram suas mensalidades custeadas em parte pelos recursos da premiação.

É importante destacar que esse trabalho e a premiação revertida para os congadeiros causaram um grande impacto social em Abaeté. Primeiro, pelo reconhecimento nacional da festa do congado, que é um patrimônio da cidade. Segundo porque parte dos benefícios desse reconhecimento fora revertido para aqueles que eram os atores principais. Terceiro, pelo reconhecimento, que fez encher a cidade de orgulho e logo se viu muitas crianças querendo militar no congado, tendo em vista que sempre um receio dos congadeiros mais velhos que os jovens não quisessem participar das guardas por reportar acontecimentos do passado. Enfim, esses acontecimentos proporcionaram aos congadeiros da cidade, à Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, outra aceitação social, pois, apesar do congado ser tradicional no município, sempre incorria em preconceitos. Chegaram-se-se a associar o congado à feitiçaria, bebedeiras e outros tipos de depravação. Agora, o congado, como uma referência nacional, possibilitou que a sociedade o percebesse com outros olhos.

Foto 4 - Vista Parcial de Abaeté (05/08/2013)



Fonte: Câmara Municipal de Abaeté

4.5 A relação do congado com o poder público

De acordo com a tradição dos festejos de Nossa Senhora do Rosário em Abaeté, estes sempre ocorrem em três dias, sábado, domingo e segunda-feira. Sábado e domingo nunca representaram problemas aos participantes, pois a maioria trabalha no campo e, geralmente, a semana de trabalho se encerra na sexta-feira, ficando o final de semana para se dedicarem à Senhora do Rosário. No entanto, a segunda-feira, que marcadamente sempre foi solene para os congadeiros, pela descida dos mastros e escolha dos novos reis e rainhas a serem coroados no próximo ano, gerou uma grande dor de cabeça ao longo dos anos. Como não era feriado, automaticamente seria um dia útil, logo, todos deveriam trabalhar, mas muitos integrantes do reinado, pelo comprometimento ao congado e devoção a Nossa Senhora, preferiam ter seus dias de trabalho cortados ao faltar à responsabilidade religiosa. Isso causou um grande desconforto entre os congadeiros, patrões, Igreja e os poderes públicos. Aos congadeiros, porque, apesar das suas crenças, na terça-feira, a vida continua, e as contas não param de chegar. Nesse sentido, qualquer dinheiro a menos no orçamento significa, em certa medida, alguma dificuldade financeira. Aos patrões, do mesmo modo que o corte do ponto significa perda de dinheiro para os congadeiros, a queda na produção também significa perdas de vendas dos seus produtos e, conseqüentemente, menos entrada de recursos e maiores dificuldades de honrar seus compromissos.

Para os poderes públicos, principalmente o executivo, representado pela prefeitura, toda essa falta de recursos financeiros, seja dos congadeiros ou dos patrões, por meio de suas empresas, significa, para o município, menos recursos circulando pela cidade e, conseqüentemente, arrecadação de impostos a menos. Numa cidade onde há poucas empresas e na qual a prefeitura ainda é o carro-chefe de empregabilidade, qualquer que seja a queda na arrecadação de impostos pode representar, também, alguma dificuldade do município em arcar com suas responsabilidades. Enfim, a segunda-feira de reinado estava gerando um grande problema para todos. Apesar do congado fazer parte da tradição do povo de Abaeté, sempre surgem aqueles que são contra esse tipo de manifestação, principalmente se estão em falta de recursos financeiros. Foi, então, que entrou o trabalho de extensão da FUNEDI/UEMG, coordenado pelo autor deste estudo, que gerou, como mencionado anteriormente, reconhecimento nacional à cidade.

O prêmio do concurso *Culturas Populares 2007 – Mestre Duda 100 Anos de Frevo do Ministério da Cultura* possibilitou viagens pelo país, divulgando o congado de Abaeté, como

exemplo, teve participação no V Congresso Nacional de Culturas Populares, organizado pelo Ministério da Cultura, em 2008, na região Cariri cearense, com sede dos encontros em Juazeiro do Norte. Pesquisadores e estudiosos de todas as partes do Brasil puderam conhecer um pouco sobre o congado de Abaeté, despertando uma enorme curiosidade de pessoas de outros Estados em torno das festividades da cidade. Diante de tamanha repercussão, o poder executivo enviou à câmara municipal o pedido de aprovação de um projeto de lei que tornaria feriado as segundas segundas-feiras do mês de julho, em comemoração às celebrações de Nossa Senhora do Rosário. O primeiro projeto aprovado foi a Lei 2.461 de 2008, que tratou da seguinte redação:

“DISPÕE SOBRE FERIADO MUNICIPAL”.

O povo do Município de Abaeté, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Abaeté em seu nome sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica declarado Feriado Municipal a segunda segunda-feira do mês de julho de cada ano, dia dedicado à comemoração e devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

ART. 2º- As repartições públicas, os estabelecimentos bancários, comerciais, industriais e outras atividades não funcionarão neste dia, exceto casos especiais, regulamentados pela lei federal, estadual ou municipal.

ART. 3º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abaeté, aos sete dias do mês de maio de dois mil e oito (07/05/2008).

CLÁUDIO DE SOUSA VALADARES
Prefeito Municipal de Abaeté

Essa lei foi alterada pelo projeto de Lei 2.467 de 2008, trazendo o seguinte teor:

LEI Nº 2.467/2008

“Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº2.461/2008, que dispõe sobre Feriado Municipal”. O povo do Município de Abaeté, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Abaeté em seu nome sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º – O Art. 1º da Lei nº 2.461 /2008 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º- Fica declarado Feriado Municipal a primeira segunda-feira do mês de julho do ano de 2008 e a segunda segunda-feira do mês de julho de cada ano seguinte, dia dedicado à comemoração e devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia”.

Prefeitura Municipal de Abaeté, aos quatro dias do mês de junho de dois mil e oito (04/06/2008).

CLÁUDIO DE SOUSA VALADARES
Prefeito Municipal de Abaeté

A relação do congado com a prefeitura e mesmo com a população de Abaeté remonta a várias questões. Hoje, mesmo tendo um reconhecimento nacional e principalmente local, nem sempre a estrutura que perpassa o congado foi assim. Em tempos de capitalismo, por mais que os congadeiros tenham fé em Nossa Senhora do Rosário e queiram levar adiante os festejos, a questão financeira sempre bateu à porta, seja na compra de tecidos para a confecção dos fardamentos ou na compra dos instrumentos, o dinheiro sempre foi imprescindível. Além disso, os patrocínios destinados à cultura, no Brasil, são muito escassos pela demanda do país. Quando esse patrocínio não acontece, sofremos a perda de um arcabouço cultural muito grande, e gerações podem ser excluídas da apreciação de patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais. Situação parecida chegou a acontecer com o congado de Abaeté.

Foi então, no de 1999, que a relação entre os congadeiros, via associação, e o poder público se estreitaram. A seca que se alastrou pelas fazendas da região, naquele ano, prejudicou o plantio e a colheita dos agricultores, provocando demissões e falta de dinheiro, principalmente para os trabalhadores, a maioria congadeiros. Sem dinheiro para comprar os tecidos que fazem os fardamentos das guardas, muitos ficaram desmotivados em participar das festividades em honra a Nossa Senhora do Rosário. Por mais que tivessem fé, a falta de recursos financeiros poderia, de fato, comprometer a estética da festa e, também, afetar a autoestima. Naquele momento, essa situação gerou uma preocupação entre as autoridades públicas da cidade que, durante vários anos, recebia turistas de diversos lugares para apreciar a apresentação das guardas e tudo aquilo que envolvia o congado. Até então, a prefeitura nunca havia oferecido nenhuma subvenção para o custeio e manutenção do congado local, mas, diante da ameaça de não acontecerem às festividades e a consequente perda de visitantes e recursos, o prefeito Gilberto Alves Soares enviou um projeto de lei à câmara municipal, solicitando uma subvenção destinada aos congadeiros, por meio da Associação do Congado de Abaeté, para que se investisse em todo o aparato necessário ao incremento da festa. A primeira lei que tratou da subvenção destinada à Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, após aprovada pelos edis, foi redigida da seguinte maneira:

LEI N° 1.775/1999

Dispõe sobre a concessão de subvenções

A Câmara Municipal de Abaeté, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art.1° – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder no exercício de 1.999, subvenções até o limite fixado nesta lei, as seguintes entidades:

I – APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (parte da subvenção de 1.999).....2.000,00

II – Associação de Congado N. S. do Rosário.....3.000,00

Art. 2º – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Abaeté, 01 de julho de 1999.

Gilberto Alves Soares

Prefeito Municipal de Abaeté

Essa primeira lei foi importante porque a subvenção aprovada possibilitou às festividades do congado transcorrer normalmente. A consequência dessa lei foi maior, pois, em todos os anos que se seguiram, a prefeitura passou a enviar um projeto de lei com vistas a garantir recursos para os congadeiros. Apresentamos, a seguir, as leis com a quantidade de recursos determinados e a data de sanção do prefeito QUADRO 4.

Quadro 4 – Leis para aprovação de subvenções destinadas congado de Abaeté

LEIS	RECURSOS	DATA DE SANÇÃO
Lei 1.846/2000	R\$ 3.000,00	29/06/2000
Lei 1.924/2001	R\$ 3.000,00	21/06/2001
Lei 2.030/2002	R\$ 3.000,00	19/06/2002
Lei 2.129/2003	R\$ 3.300,00	12/06/2003
Lei 2.216/2004	R\$ 6.000,00	08/06/2004
Lei 2.308/2005	R\$ 7.800,00	22/06/2005
Lei 2.372/2006	R\$ 12.420,00	01/06/2006
Lei 2.424/2007	R\$ 12.420,00	06/06/2007
Lei 2.469/2008	R\$ 12.000,00	10/06/2008
Lei 2.508/2009	R\$ 18.400,00	25/06/2009
Lei 2.541/2010	R\$ 18.400,00	30/06/2010
Lei 2.569/2011	R\$ 21.600,00	25/05/2011
Lei 2.596/2012	R\$ 22.800,00	17/05/2012
Lei 2.626/2013	R\$ 18.000,00	18/06/2013

Fonte: Câmara Municipal de Abaeté.

Como forma de ilustrar as duas últimas subvenções concedidas pelo município (2014 e 2015 respectivamente) apresentamos estas, a seguir, no formato de lei:

LEI Nº 2.649/2014

“Autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição à Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté e dá outras providências”

O povo do município de Abaeté, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Abaeté, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição à **Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.917.696/0001-22 no montante de **R\$19.200,00** (dezenove mil e duzentos reais).

§ 1º- A contribuição ora autorizada será repassada em parcela única.

§ 2º- A contribuição de que trata esta Lei, destina-se ao auxílio financeiro face às despesas da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté com a realização da Festa do Congado de Abaeté/MG.

§ 3º- A entidade prestará contas à Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da liberação da contribuição.

ART. 2º- As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária nº 02.11.01.13.392.0009.2073 – Apoio a realização do Carnaval, Festas Cívicas e Populares – 3.3.70.41.00 – contribuições.

§ 1º- Fica aberto o crédito adicional suplementar para reforço da dotação orçamentária existente no valor de R\$13.713,75 (treze mil, setecentos e treze reais e setenta e cinco centavos), através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.11.01.13.392.0009.2073 – Apoio a realização do Carnaval, Festas Cívicas e Populares- 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiro – Pessoa Jurídica – 13.713,75.

ART. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Abaeté, aos vinte e três dias do mês de maio de ano de dois mil e quatorze. (23/05/2014).

ARMANDO GRECO FILHO

Prefeito Municipal

LEI Nº2.682/2015

“Autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição à Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté e dá outras providências”

O povo do Município de Abaeté, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Abaeté em seu nome sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição à Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, inscrita no CNPJ sob o nº 20.917.696/0001-22 no montante de R\$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

§ 1º- A contribuição ora autorizada será repassada em parcela única, mediante a comprovação junto ao Município da regularidade fiscal e tributária da beneficiada.

§ 2º - A contribuição de que trata esta Lei, destina-se ao auxílio financeiro face às despesas da Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté com a realização da Festa do Congado de Abaeté/MG.

§ 3º- A entidade prestará contas à Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da liberação da contribuição.

ART. 2º- As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da dotação orçamentária nº 02.11.01.13.392.0009.2073 – Apoio a realização do Carnaval, Festas Cívicas e Populares – 3.3.70.41.00 – contribuições.

§ 1º- Fica aberto o crédito adicional suplementar para reforço da dotação orçamentária existente no valor de R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos) através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.11.01.13.392.0009.2073 – Apoio a realização do Carnaval, Festas Cívicas e Populares

3.3.50.43.00 – Subvenções sociais – 14.500,00

ART. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Abaeté, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze. (23/06/2015).

ARMANDO GRECO FILHO
Prefeito Municipal
IVANETE APARECIDA PEREIRA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Se analisarmos a última subvenção dividida pelo número de guardas de reinado, que corresponde a 16, a ajuda de custo girou, em média, R\$ 1.200,00 para cada. Isso seria suficiente se todo o dinheiro fosse investido diretamente nas guardas. No entanto, a Associação, na organização da festa, tem seus dividendos, além dos cartazes, crachás e vestimentas da diretoria e auxiliares, equipamentos de som e iluminação, as refeições servidas aos visitantes no domingo, dia em que a cidade recebe guardas de congado de várias partes do Estado. Enfim, a própria Associação já tem uma despesa muito alta para a organização do evento, portanto, a verba, que parece ser considerável, torna-se insuficiente pela quantidade de gastos. Quanto aos recursos destinados especificamente às guardas, no ano de 2015, a ajuda de custo ficou em R\$700,00, ou seja, quase a metade do dinheiro liberado pela prefeitura ficou na organização da festa. Por isso, é comum, durante os meses que antecedem os festejos de Nossa Senhora do Rosário, as guardas organizarem bailes, rifas, feijoadas, no intuito de arrecadarem dinheiro para complementar os recursos necessários para a confecção dos fardamentos, que mudam todo ano, e compra e manutenção dos instrumentos.

Portanto, essa relação envolvendo os congadeiros com a prefeitura ao mesmo tempo em que possibilitou benefícios, gerou também uma relação de dependência. Não se pode afirmar, categoricamente, que a ajuda financeira ao congado se tornou tema de política. Todavia, a que se considerar o grande número de eleitores que participam diretamente na organização da festa e composição das guardas. Numa cidade considerada de porte pequeno, como é Abaeté, os congadeiros representam uma grande parcela de eleitores do município. Por isso, desde 1999, quando foi instituída a primeira contribuição à Associação do congado, essa subvenção tornou-se pauta de debates calorosos, não só na câmara municipal, mas também aos pleiteantes dos cargos públicos do município. Sempre há a promessa de aumentar a quantidade de repasses, deixando-nos a impressão de que, em alguns momentos, essa contribuição passou a ser uma forma de comprar votos. Essa relação de dependência ou mesmo de medo acabar, em certo sentido, inviabilizando outras pessoas de assumirem o poder na cidade e outras alternativas de apoio aos congadeiros. Enfim, guardadas as devidas proporções, pode ser comparado ao que se comenta, hoje em dia, em relação aos programas sociais do Governo Federal. Todavia, para além de todo assistencialismo que possa parecer,

sem esses recursos que foram alocados ao longo dos anos, o congado de Abaeté teria muitas dificuldades em sobreviver e ter a dimensão que alcançou atualmente.

Portanto, resta, apesar de poder haver alguma controvérsia, essa relação entre os congadeiros, via Associação, com a prefeitura, que pode atender aos interesses dos envolvidos e possibilita outras fontes de renda aos cidadãos locais. A cidade, de modo geral, foi enriquecida com o investimento financeiro nas guardas e, conseqüentemente, na criação do feriado, em decorrência dos festejos, em honra a Nossa Senhora do Rosário, pois houve um volume crescente de turistas que vem alavancando o comércio. É sabido que, em cidades do porte de Abaeté, a maior fonte empregadora e de renda é a prefeitura. Ainda continua assim, mas, no mês julho, os cidadãos têm a oportunidade de criar outras fontes de renda além do convencional – o setor hoteleiro tem praticamente todas as suas vagas preenchidas, os restaurantes e bares ficam repletos de pessoas que buscam o melhor da culinária mineira, as barracas de quitandas, doces e acessórios, são outras formas de incremento no orçamento dos abaeteenses. Em relação à prefeitura, com suporte da câmara, esta pôde cumprir um papel social na medida em que apoiou a manutenção e ampliação do congado como uma vertente cultural. A criação do feriado foi ao encontro de vários interesses. Evitou que maiores conflitos sociais fossem gerados, como o aumento no número de desempregados, falta de renda e diversas questões trabalhistas. No que diz respeito aos congadeiros, com uma verba inicial assegurada todos os anos, minimamente que seja, é possível planejar o próximo ano.

Nos últimos anos, a prefeitura tem mantido uma verba mínima para a Associação do Congado, salvo uma ou outra vez, o orçamento do ano seguinte foi menor do que o ano anterior. Sendo assim, mesmo tomando o orçamento do ano anterior, podendo vir um investimento maior, tanto a Associação na organização da festa como as guardas já sabem que o terão como recursos. Já tem sido uma prática, mas, cada vez mais, o planejamento e o profissionalismo financeiro têm imperado, bem como têm surgido alternativas de arrecadação. Isso mostra que, apesar do congado ter todo um histórico de lutas, devoção, hoje também tornou-se uma atração turística e, de certa forma, um meio de sobrevivência para alguns, pois toda a infraestrutura e estrutura da festa demandam profissionais especializados, por exemplo, costureiras que saibam trabalhar com tecidos finos e muitos adereços. Em relação ao feriado para os congadeiros, este deu a paz que procuravam, não só para dançar, mas também honrar Nossa Senhora do Rosário. Portanto, todos os setores sociais que foram envolvidos na festa de Nossa Senhora do Rosário tiveram seus interesses atendidos.

Vale ressaltar que, apesar do congado ter surgido com a ideia de um sincretismo religioso, em Abaeté, sua importância extrapolou o aspecto religioso. Os negros tiveram, nas

irmandades, a possibilidade de convergir as raízes da religião africana ao catolicismo vigente na Europa e aqui no Brasil. Isso viabilizou a presença dos negros na construção de várias cidades pelo país afora, como aconteceu em Abaeté. Em todo o momento da história local, eles estavam presentes, deixando suas marcas por todo o município, até que o ponto alto veio com a institucionalização do congado. Essa institucionalização representou um marco na história da cidade, mas, principalmente, para os negros que militam no congado. Muitos padeceram de toda forma de preconceitos para que tivessem uma aceitação social, por isso, a legalização do congado veio contemplar todo um histórico de lutas sociais em prol da igualdade.

Ao longo dos anos, à medida que o congado foi se solidificando, a cidade também se desenvolveu. Algumas poucas indústrias, o artesanato, carnaval e, como todo crescimento comporta uma dubiedade de situações, as dificuldades apareceram. Nesse contexto, a parceria entre a Associação do Congado e a prefeitura foi imprescindível para que os desdobramentos fossem positivos, seja através das subvenções ou pela criação do feriado, dedicado à comemoração e devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia na segunda segunda-feira do mês de julho de cada ano. Foram momentos de extrema importância e quem saiu ganhando com tudo isso foi o povo de Abaeté.

Por isso, os festejos têm tanta aceitação social atualmente. Os festeiros, além da devoção, contribuição em espécie ou mantimentos, recebem os dançantes, tanto da cidade como os de fora, com entusiasmo. A boa acolhida e hospitalidade, hoje, são sinônimas dos cidadãos de Abaeté. A cada ano que passa, eles recebem mais congadeiros e turistas para contemplar aquilo que a cidade tem de melhor: a boa culinária e a festa de congado da região, digno de reconhecimento nacional. Portanto, o que se pode pensar na relação entre o congado e a cidade é que são partes inerentes de um mesmo processo. Por tudo que passou, preservou de suas raízes e como lida com suas tradições, a cidade de Abaeté é chamada carinhosamente pelos nativos de Cidade Menina.

5 CONCLUSÃO

O objetivo da dissertação foi analisar o congado de Abaeté, sua gênese, formação e atualidade. Para tanto, apresentamos a trajetória histórica do congado, que configura a construção de um *ethos* por meio do sincretismo religioso. A partir do viés das Ciências da Religião, que se caracteriza por uma visão multidisciplinar, foi realizado um estudo sobre o congado, desde a chegada do cristianismo à África, passando por meandros de Ouro Preto, representando o estado de Minas Gerais, aos eventos de constituição e desenvolvimento do Município de Abaeté, que traz consigo o surgimento do congado na raiz de sua história. Tendo como referência a devoção a Nossa Senhora do Rosário, o congado apresenta uma mistura de crença, devoção e, também, de aspectos políticos e ideológicos, é carregado de simbologia. Em dado momento da história, o congado serviu com ideal e alento às pessoas escravizadas em sua terra natal, que o consideravam um meio de se manifestar. É justamente esse entrelaçamento que traz à tona o caráter visível e invisível que caracteriza a cientificidade das Ciências da Religião na análise do congado.

A busca e, posteriormente, a conquista da liberdade dos cativos simbolizou, no bojo do congado, aspectos políticos e ideológicos. Nesse sentido, as irmandades tiveram um papel determinante, muitas das vezes, como intermediária entre os negros rebelados, e a sociedade escravocrata pôde sob a bandeira de Nossa Senhora do Rosário, contemplar os interesses em conflito. Tanto é que, quando da divisão dos bispados no Brasil, o de Mariana, em Minas Gerais, e o de Olinda, do estado pernambucano, bases dessa pesquisa, eram repletos de irmandades que tiveram grande influência no congado brasileiro. No Brasil, as irmandades estão diretamente relacionadas ao congado.

Muitas dessas irmandades eram organizadas por religiosos, entre eles, podemos destacar os franciscanos, dominicanos, redentoristas, lazaristas. Tendo como característica o trabalho de peregrinação, os religiosos viajavam por todos os lugares do mundo, estando no Brasil praticamente na gênese de maior parte das cidades. Não foi diferente na história do Município de Abaeté, tendo em vista que, quando foi construída a primeira capela da cidade, foram eles os responsáveis por demarcar as bases da Santa Sé em Abaeté e na região. Como Abaeté está situada à margem esquerda do Rio São Francisco, naquela época, século XVIII, isso representou pertencer eclesiasticamente ao bispado de Pernambuco. A tese é de que, como a maioria dos religiosos eram ligados às irmandades, trouxeram consigo, além da

mensagem cristã, uma proposta de sincretismo religioso para acalmar os conflitos da região, entre negros e brancos. Por isso, na história de Abaeté, é recorrente a figura dos religiosos, sobretudo relacionados ao congado.

Em solo abaeteense, o congado foi se desenvolvendo à medida que a demanda social crescia, isso se deu a tal ponto que sua institucionalização passou a ser uma necessidade. Todavia, alguns entraves foram postos, principalmente pela Igreja Católica, por meio do Sumo Pontífice Pio XI. Sua orientação era para que os católicos afastassem os cultos de outras matrizes religiosas do cristianismo, segundo tal orientação, o congado manchava as vestimentas católicas. A reaproximação com o congado só foi ocorrer a partir do Concílio Vaticano II, por meio de uma nova proposta dialogal entre as várias tradições, cultos religiosos e Igreja. Nesse cenário, surge a Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, em 11 de novembro de 1965.

A institucionalização do congado via Associação celebrou bodas de ouro em 2015. Para tanto, uma programação intensa e extensa foi desenvolvida. Em destaque, foi mostrada a história das guardas de reinado que representam os traços marcantes do congado, cantos, danças e fardamentos deram o tom da especificidade que caracteriza o congado de Abaeté.

Na composição das guardas, é notória a representação de um combate. Por isso, a estrutura do congado toma uma forma militar, hierarquização que respeita uma ordem unida. Todos esses componentes estruturais das guardas, a coroação dos reis e rainhas, a crença nos Santos Pretos, como São Benedito, Nossa Senhora das Mercês, entre outros, além, é claro, de Nossa Senhora do Rosário, contribuíram para a instauração de um novo espaço na cidade. Como a diversidade é uma marca no congado local, este, podemos considerar, foi, também, uma forma de viabilizar a inclusão social, tanto que as relações com o poder público são constantes, inclusive, por meio de subvenções para a manutenção do congado.

Portanto, esses traços e elementos destacados do congado, sob os auspícios da religião, possibilitaram uma nova morada para o homem, como afirma Vaz (1993) “a religião é o meio mais antigo e universal de se fundamentar uma instância normativa” (VAZ, 1993, p. 40). Sendo assim, a compreensão que alcançamos a respeito do congado é que o processo de construção do *ethos* que o circunda está intimamente ligado a sua dimensão histórica, perpetuada pela tradição cultural de cada espaço aberto. Esse é o aspecto que as Ciências da Religião devem focar ao estudar o congado.

Cada espaço aberto pelo congado sinaliza um mar de possibilidades: possibilidades para abordar os traços da religião africana e todas as suas nuances; os princípios que norteiam o cristianismo no catolicismo; a junção das duas crenças; os aspectos políticos e ideológicos

que fomentam e dão impulso ao congado; a história do negro cativo, embalada nas cantigas de ordem unida. Para além de todos os aspectos políticos e ideológicos apontados, o que fica é a fé de simpatizantes e congadeiros em torno da figura de Maria, na personificação de Nossa Senhora do Rosário. Enfim, a dissertação procurou elucidar todos esses componentes, viabilizando mais um material para pesquisadores e estudiosos das Ciências da Religião, interessados em conhecer mais sobre o congado, com destaque para o vivenciado na cidade de Abaeté. Salve Maria!

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALENCAR, Carlos Augusto P. de. **Roteiro dos Bispados do Brasil e dos seus respectivos bispos, desde os primeiros tempos coloniais até o presente**. Ceará: Typographia Cearense, 1864.

ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de. **Roteiro dos Bispados do Brasil e dos seus respectivos bispos, desde os primeiros tempos coloniais até o presente**. Ceará: Typographia Cearense, 1864.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AQUINO, Felipe. **Nossa Senhora do Rosário**. Lorena: Cléofas, 2015. Disponível em: <<http://www.cleofas.com.br/0710-nossa-senhora-do-rosario>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Chancelarias antigas: Ordem de Cristo**. Livro 283, fls. 115 v-123v. Disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/>>. Acesso em: 08/04/2016.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Livro de sesmarias**. v.42, 1987.

ASSIS, Sônia Cristina. **As culturas do reinado mineiro: o processo de aprendizagem e transmissão de saber**. Divinópolis: UEMG, 2009.

ASÚA ALTUNA, Raul Ruiz de. **Cultura tradicional banto**. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985.

BASTIDE, Roger. **As Américas Negras: as civilizações africanas no novo mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, USP, 1974.

BASTIDE, Roger. **O sagrado selvagem e outros ensaios**. Introdução Dorothée de Bruchard; revisão técnica Reginaldo Prandi. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BLEEK, Wilhem. **Gramática comparativa de Línguas Sul-Africanas**. Londres: Trübner & Co., 1862 (Part I); 1869 (Part II).

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário**. Devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, José Aluísio. **Padre Antônio Mendes Santiago: breve nota biográfica e genealógica**. Raposa da Chapada: genealogia paracatuense, 2013. Disponível em:

<<http://araposadachapada.blogspot.com.br/2013/03/padre-antonio-mendes-santiago.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRETTAS, Aline Pinheiro; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **O registro do Congado como instrumento de preservação do patrimônio mineiro: novas possibilidades**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS Unirio – MAST, vol. 5, n° 1, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/138/176>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3ª ed. São Paulo: USP, 2000.

CARNEIRO, Edson. **Ladinos e Crioulos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ABAETÉ. **6º livro**. Folhas 144, 1877.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ABAETÉ. **8º livro**. Folhas 97, 1881.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ABAETÉ. **9º livro**. Folhas 81, 1882.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1962.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in Africa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. **Nas linhas da modernidade: continuidade e ruptura**. Divinópolis: Tese de Doutorado, UFMG, 2003.

COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **As raízes da congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário**. Brasília: Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1994.

COUTO, Patrícia de Araújo Brandão. **Festa do Rosário: Iconografia e Poética de um rito**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFF, 2001.

CRUZ, Wagner Rodrigues da. **Congado: Memória de um Povo**, In: *Construção de Identidade e Inclusão Social do Afro-brasileiro*. Belo Horizonte: UEMG/PROENEX, 2008.

DECRETO AD GENTES. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html>. Acesso em: 05/04/2016.

DICIONÁRIO de Sociologia. Porto Alegre: Globo, 1970.

DUPUIS, Jacques. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso**. São Paulo: Paulinas, 1999.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EUGÊNIO, Alisson. **Tensões entre visitantes Eclesiásticos e as Irmandades Negras no século XVII mineiro**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 22, n° 43, 2002.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GEFFRÉ, Claude. **De Babel a Pentecostes: ensaios de teologia inter-religiosa**. São Paulo: Paulus, 2013.

GERBER, Henrique. **Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Coleção Mineiriana, 2013.

GÓIS, Aurino José. **O diálogo inter-religioso entre o Cristianismo e as tradições afro-brasileiras**. In: AMÂNCIO, Íris Maria da (Org.). *África-Brasil-África: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 2008, p. 86-97.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é ciência da religião?**. São Paulo: Paulinas, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

IGREJA CATÓLICA. Papa (TEMPO DE PAPADO: Pio XI). **Carta Encíclica de Sua Santidade Pio XI “Mortalium Animus” sobre a Promoção da Verdadeira Unidade da Religião**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html>. Acesso em: 23/11/2015.

IGREJA CATÓLICA. Papa (TEMPO DE PAPADO: João Paulo II). **Carta Encíclica de Sua Santidade João Paulo II “Redemptoris Missio” sobre a Validade Permanente do Mandato Missionário**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em: 23/11/2015.. Acesso em 21/11/2015.

INVENTÁRIO DAS CARTAS DE SESMARIAS EXISTENTES. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 42, n.1, p.15-16, 1988.

J.H. GREENBERG. **Classificação das línguas da África. Parte I.** pag. 313-314. Disponível em: <<http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Classificacao-das-linguas-da-Africa.pdf>>. Acesso em: 31/03/2016.

KI-ZERBO, Joseph (coordenador). **História Geral da África.** Vol. I: Metodologia e pré-história da África. Tradução de Beatriz Turquetti et alli. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

KNITTER, Paul. **Jesus e os outros nomes:** missão cristã e responsabilidade global. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.

KRAUSS, Juliana Souza; ROSA, Júlio Cesar. **A importância da temática de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.** Santa Catarina: Antúteses, vol. 3, nº 6, jul-dez, 2010. p. 857-879.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho:** fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

LAHON, Didier. **O negro no coração do império:** Uma memória a resgatar, Séc. XV-XIX, Lisboa, Secretariado Coordenador dos programas multiculturais/Ministério da Educação, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LIMA, Rose Mary Oliveira. **Entre o profano e o sagrado:** a religiosidade, mitos e ritos da cultura popular na Folia de Reis. Dissertação de Mestrado. Divinópolis: FUNEDI, 2007.

LIMA VAZ, H. C. de. **Escritos de Filosofia II:** ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1993.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

LUCAS, Glaura. **Os Sons do Rosário:** O Congado Mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: UFMG: Humanitas, 2002.

LUCAS, Glaura. **Diferentes perspectivas sobre o contexto e o significado do Congado mineiro.** In: TUGNY, Rosângela Pereira de; QUEIROZ, Rubens Caixeta de (Orgs.) Músicas africanas e indígenas no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LWANGA-LUNYIIGO, Samwiri; VANSINA, Jan. Os povos falantes de banto e sua expansão. In: FASI, Mohamed (org.). **História Geral da África III.** Brasília: Unesco, 2010.

MARQUES, Bruna. **O perfil étnico dos bantos aportados no Rio de Janeiro (1790-1800).** Petrolina: Historien, ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014, p. 180-199.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar.** In: RAVETTI, Graciela;

ARBAX, Márcia (Orgs.). Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p. 69-91.

MATOS, Alderi Souza de. **Breve história do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2011.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Tomo I (até o século XVIII). Trad. De Alfredo Margarido. Salvador: Ed. UFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MEKOURIA, Tekle Tsadik. **Axum Cristão**. Brasília: Gamal Mokhtar, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. In: DELGADO, Ignacio et alii (org.). **Vozes além da África: Tópicos sobre identidade negra, literatura e história africanas**. Juiz de Fora: UFJF, 2006. p. 19-41.

MUNANGA, Kabengele. **História e cultura africana**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1320503-Historia-e-cultura-africana-volume-i.html>>. Acesso em: 30/04/2014.

NEVES, Guilherme Santos. **Bandas de congo**. São Paulo: Funarte, 1980.

NORONHA, Vânia. **Reinado de Nossa Senhora do Rosário: a constituição de uma religiosidade mítica afrodescendente no Brasil**. Belo Horizonte; Horizonte, v. 9, n. 21, abr./jun. 2011, p. 268-228.

NOSSO JORNAL. **Folha Comunitária de Abaeté**. Ano XX, nº239, 2015. Disponível em: <<http://www.nossojornalabaete.com.br/wp-content/uploads/2015/09/nosso-jornal-jul-2015.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

OLIVEIRA, Jose Alves de. **História de Abaeté: temperada com um pouco de sal e pimenta**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

OPOKU, Kafi Asare. A religião na África durante a época colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África**. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

OS POVOS BANTUS. **Angola-Inteligente ao serviço do povo Angolano**, 2011. Disponível em: <<http://angola-inteligente.over-blog.com/article-os-povos-bantus-80927063.html>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

PALAZZOLO, Jacinto de. **Crônica dos Capuchinhos no Rio de Janeiro**. Petrópolis: Vozes, 1966, p. 57.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo: diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré**. 2ª ed. São Paulo: Paulinas/PUC Minas, 2007.

PIMENTA, Silvério Gomes. **Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso: bispo de Mariana e Conde da Conceição**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ant%C3%B4nio_ferreira_vi%C3%A7oso>. Acesso em: 01 dez. 2015.

POEL, Francisco van der. **Congado**: origens e identidade. Disponível em: <<http://www.religiosidadepopular.uaiVIP.com.br/congadorigem.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

POEL, Francisco van der. **Dicionário da Religiosidade Popular**: Cultura e Religião no Brasil. Curitiba: Nova Cultura, 2013.

POMIAN, Krzystof. **Memória**. In: GIL, Fernando. Sistemática. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda: 2000, p. 507- 516.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ. Lei 1.775/1999 de 01 de julho de 1.999. Disponível em: <<http://www.camaraabaete.mg.gov.br/site/camara/leis/lei-17751999/>>. Acesso em: 28/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ. Lei 2461/2008 de 07 sete de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.camaraabaete.mg.gov.br/site/camara/leis/lei-24612008/>>. Acesso em: 28/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ. Lei Nº 2.467/2008 de 04 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.camaraabaete.mg.gov.br/site/camara/leis/lei-24672008-2/>>. Acesso em: 28/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ. Lei Nº 2.649/2014 de 23 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.camaraabaete.mg.gov.br/site/camara/leis/lei-26492014-2/>>. Acesso em: 28/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ. Lei Nº 2.682/ 2015 de 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.camaraabaete.mg.gov.br/site/camara/leis/lei-26822015-2/>. Acesso em: 28/12/2015.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Irmandades Negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume, 2002.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. São Paulo, Nacional: 1979.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão**. Revista Tempo, Vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1996.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante do Malês em 1835, São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Itatiaia, 1975.

SALLES, Ricardo; SOARES, Mariza Carvalho. **Episódios de história afro-brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANT'ANNA. **Escravidão no Brasil**: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. Brasília: IPHAN, 2003.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino, no século XVIII. São Paulo: Nacional, 1978.

SILVA, José Carlos Gomes da. **Comunidades negras e identidades diáspóricas**: antigamente quilombolas, hoje periferia. São Paulo: UNIFESP, 2013.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do Século XVIII**. Lisboa: Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa, 2010.

SANTOS, Carlos Roberto Moreira. **Congada e reinado**: história religiosa negra em Jequitibá, Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

TEMPELS, Placide. **La philosophie bantoue**. Trad. Du néerlandais par A. Rubbbens. Paris: Presence Africaine, 1949.

THOMAS, L. V.; LUNEAU, R. **La terre africaine et ses religions**: traditions et changement. Paris: Librairie Larousse, 1975.

THOMPSON. **A voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Raimundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião**: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**, Rio de Janeiro: Objectiva, 2000.